

FACULDADE FIPECAFI

**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
CONTROLADORIA E FINANÇAS**

**IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA MENSURAÇÃO AO CUSTO
HISTÓRICO EM AMBIENTE INFLACIONÁRIO**

Elisson Paulo Silva

São Paulo

2019

Elisson Paulo Silva

**IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA MENSURAÇÃO AO CUSTO
HISTÓRICO EM AMBIENTE INFLACIONÁRIO**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Controladoria e
Finanças da Faculdade FIPECAFI, para a
obtenção do título de Mestre Profissional
em Controladoria e Finanças.**

Orientadora: Profa. Dra. Marta Cristina Pelucio Grecco

São Paulo

2019

FACULDADE FIPECAFI

Diretor Presidente

Prof. Dr. Welington Rocha

Diretor de Pesquisa

Prof. Dr. Fernando Dal-Ri Murcia

Diretor Geral de Cursos

Prof. Dr. João Domiraci Paccez

Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

Profa. Dra. Marta Cristina Pelucio Grecco

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Elisson Paulo

B228u

Implicações Práticas da Mensuração ao Custo Histórico em Ambiente
Inflacionário / Elisson Paulo Silva. -- São Paulo, 2019.
126 p.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Cristina Pelucio Grecco

Dissertação (Mestrado) – Faculdade FIPECAFI – Mestrado Profissional em
Controladoria e Finanças.

1. Palavra-chave 2. Palavra-chave 3. Palavra-chave 4. Palavra-chave 5. Palavra-chave
I. Faculdade FIPECAFI II. Título.

CDD-XXX.XXXX

Elisson Paulo Silva

**IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA MENSURAÇÃO AO CUSTO HISTÓRICO EM
AMBIENTE INFLACIONÁRIO**

Dissertação apresentada à Faculdade FIPECAFI, como requisito para obtenção do título de Mestre Profissional em Controladoria e Finanças.

Comissão julgadora:

Prof^a. Dr^a. Cecília Moraes Santostaso Geron
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Fabiana Lopes da Silva
Faculdade FIPECAFI

Prof^a. Dr^a. Marta Cristina Pelucio Grecco
Faculdade FIPECAFI
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 18 de setembro de 2019.

Agradecimentos

A Deus, por me proporcionar este momento tão especial, que jamais fora sequer imaginado por mim um dia chegar a conclusão deste sonho que se torna realidade.

A minha fiel companheira Doralice, a qual me acompanhou desde a primeira aula do curso, pesquisas, e até as escritas, que estive ao meu lado em todos os momentos, sempre me dando forças e apoiando no que foi necessário.

Aos meus pais, Adalberto e Nadir, que me deram discernimento e uma família maravilhosa que me serviu de base e exemplo até aqui.

Ao meu filho Caio, o qual mesmo sem saber é o maior professor de minha vida, onde aprendo todos os dias a ser um ser humano melhor.

A todos os colegas de profissão que puderam de alguma forma contribuir para minha evolução profissional e acadêmica, em especial a André Prétola, um dos mentores deste sonho, e como não poderia deixar de citar, Marcelo Vieira e Patrícia Paiva, amigos de profissão que sempre me estimularam a buscar mais.

Aos meus amigos de infância, que estiveram comigo em toda ou parte de minha jornada e contribuíram de alguma forma para minha formação como pessoa.

A todos os mestres, que durante minha vida acadêmica compartilharam conhecimentos preciosos para o meu crescimento. Em especial, a querida orientadora desta pesquisa, Prof^a Dr^a Marta Cristina Pelucio Grecco, pela dedicação diferenciada e estímulo para a execução deste trabalho.

Resumo

A convergência às normas internacionais ocorreu com a adoção das IFRS - *International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. Pela IAS 29 – *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies* (relato financeiro em economias hiperinflacionárias), as demonstrações financeiras devem ser corrigidas monetariamente, adotando-se o custo histórico corrigido em substituição ao custo histórico somente quando a taxa de inflação acumulada em três anos aproxima-se, ou excede, 100%. O presente trabalho teve o objetivo de analisar os impactos que podem ocorrer nos balanços das companhias em ambientes inflacionários, quando estes não são corrigidos, independente do índice inflacionário atingir o nível determinado pela IAS 29. A amostra selecionada para embasar essa pesquisa foram as empresas dos países membros do Grupo dos 20, que já aderiram às IFRS, devido a grande relevância das ações deste grupo no cenário mundial. Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa empírico-analítica e o método de pesquisa do estudo é quantitativo, com paradigma de pesquisa positivista, onde expressa relação entre variáveis. Foi analisada a distribuição de dados por meio dos indicadores ROA, ROE, LPA e Receita ponderada pelo total de ativos das empresas estudadas, antes e depois da correção monetária, através de estatística inferencial, avaliando-se a distribuição de probabilidade estatística por meio dos testes de normalidade *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*, e posteriormente foi aplicado o teste não paramétrico de Wilcoxon. Os principais resultados alcançados foram que a correção monetária nas demonstrações financeiras das empresas analisadas demonstra significância, tanto em países com altos índices de inflação, quanto em países com menores índices de inflação acumulada. Conclui-se que a inflação impacta significativamente nos resultados das demonstrações financeiras, dessa forma a mensuração ao custo histórico dos elementos contábeis perde sua relevância, sendo fundamental o uso do custo histórico corrigido com a aplicação da correção monetária. Esse trabalho contribui com a teoria da contabilidade junto à comunidade acadêmica com a discussão sobre o uso do custo histórico corrigido e com a prática aos analistas de mercado e normatizadores, com uma possível proposta de revisão ou alteração da norma internacional IAS 29, devido à perda de relevância contábil na apresentação de demonstrações ao custo histórico.

Palavras-chave: Inflação; IFRS; IAS 29; Correção monetária; Demonstrações financeiras.

Abstract

Convergence with international standards occurred with the adoption of IFRS - International Financial Reporting Standards, issued by the IASB - International Accounting Standards Board. According to IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies, adopting the historical cost adjusted to replace the historical cost only when the three-year cumulative inflation rate approaches , or exceeds 100%. This paper aimed to analyze the impacts that may occur on companies' balance sheets in inflationary environments, when these are not corrected, regardless of whether the inflation index reaches the level determined by IAS 29. The sample selected to support this research was the companies of the countries of the Group of 20, which have already adhered to IFRS, due to the great relevance of the actions of this group in the world scenario. This work is characterized as an empirical-analytical research and the research method of the study is quantitative, with a positivist research paradigm, where it expresses relationship between variables. Data distribution was analyzed through the ROA, ROE, LPA and Total Asset Weighted Revenue indicators of the studied companies, before and after the monetary correction, using inferential statistics, and the statistical probability distribution was evaluated using the Kolmogorov normality tests. -Smirnov and Shapiro-Wilk, and afterwards the nonparametric Wilcoxon test was applied. The main results achieved were that the monetary correction in the financial statements of the companies analyzed demonstrates significance, both in countries with high inflation rates and in countries with lower accumulated inflation rates. It is concluded that inflation significantly impacts the results of the financial statements, thus the measurement at the historical cost of the accounting elements loses its relevance, being the use of the historical cost corrected with the application of the monetary correction. This work contributes to the accounting theory with the academic community, the discussion of the use of corrected historical cost and the practice of market analysts and regulators, with a possible proposal for revision or amendment of the international standard IAS 29, due to the loss accounting relevance in the presentation of statements at historical cost.

Keywords: Inflation; IFRS; IAS 29; Monetary correction; Financial statements.

Lista de Figuras

Figura 1 - Equivalências das características da informação contábil da CVM 29/86 e CFC 785/95 com a CPC 2011	37
Figura 2 - Variação média anual das taxas, entre 2004 à 2014 (%).....	49
Figura 3 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária	76
Figura 4 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Alemanha	80
Figura 5 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Argentina.....	82
Figura 6 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Austrália	84
Figura 7 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária do Brasil.....	85
Figura 8 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária do Canadá.....	87
Figura 9 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Coreia do Sul.....	89
Figura 10 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Dinamarca.....	90
Figura 11 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Espanha	92
Figura 12 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Finlândia	93
Figura 13 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da França.....	95
Figura 14 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Itália.....	96
Figura 15 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária do México	98
Figura 16 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária do Reino Unido	100
Figura 17 – Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Suécia.....	101

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Pronunciamentos Técnicos (CPC) correspondentes as Normas Internacionais de Contabilidade.....	33
Tabela 2 – Características qualitativas da informação contábil	36
Tabela 3 – Países do G20 e seus respectivos planos de convergência às IFRS	42
Tabela 4 – Tabela mundial de hiperinflação de Hanke-Krus (2013, alterada 2016)	46
Tabela 5 – Seleção de amostra de pesquisa	65
Tabela 6 – Convergência dos membros do G20 às IFRS	65
Tabela 7 – Empresas componentes da amostra por país	66
Tabela 8 – Inflação histórica anual de 2012 a 2018 dos países estudados	68
Tabela 9 – Itens avaliados nos balanços das empresas estudadas.....	70
Tabela 10 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária.....	76
Tabela 11 – Testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W) sobre a base completa de dados.....	78
Tabela 12 – Teste de Wilcoxon sobre a base completa de dados – Teste estatístico	79
Tabela 13 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária - Alemanha	80
Tabela 14 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Alemanha.....	81
Tabela 15 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária - Argentina	81
Tabela 16 – Testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W) - Argentina	82
Tabela 17 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Argentina	83
Tabela 18 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária - Austrália	83
Tabela 19 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Austrália	84
Tabela 20 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária - Brasil	85
Tabela 21 – Testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W) - Brasil.....	86
Tabela 22 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Brasil	86
Tabela 23 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária - Canadá.. ..	87
Tabela 24 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Canadá	88
Tabela 25 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Coréia do	

Sul.....	88
Tabela 26 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Coréia do Sul	89
Tabela 27 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Dinamarca 90	
Tabela 28 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Dinamarca	90
Tabela 29 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Espanha	91
Tabela 30 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Espanha	92
Tabela 31 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Finlândia	93
Tabela 32 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Finlândia	93
Tabela 33 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – França ..	94
Tabela 34 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – França	95
Tabela 35 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Itália.....	96
Tabela 36 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Itália	96
Tabela 37 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária - México ...	97
Tabela 38 – Testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S- W) - México	98
Tabela 39 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – México	98
Tabela 40 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Reino Unido 99	
Tabela 41 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Reino Unido	100
Tabela 42 – ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Suécia...	101
Tabela 43 – Teste de Wilcoxon – Teste estatístico – Suécia	101
Tabela 44 – Resumo dos resultados obtidos por país	102
Tabela 45 – Países que deram significância com o ROA.....	103
Tabela 46 – Países que deram significância com o ROE	103
Tabela 47 – Países que deram significância com o LPA.....	104
Tabela 48 – Países que deram significância com o R/TA	104
Tabela 49 – Países que não deram significância com nenhum dos indicadores (ROA, ROE, LPA e R/TA	105

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
CA	Câmbio Administrativo
CE	Comissão Europeia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMB	Correção Monetária de Balanços
CMI	Correção Monetária Integral
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EY	<i>Ernest Young</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FGV	Fundação Getulio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSB	Conselho de Estabilidade Financeira
G20	Grupos dos 20
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GLENIF	Grupo Latino Americano de Normas de Informação Financeira
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Diário
IOSCO	Organização Internacional das Comissões de Valores
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPECAFI	Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis
IT	<i>Inflation Targeting</i>
LPA	Lucro Líquido por Ação
ONU	Organização das Nações Unidas
OTN	Obrigações do Tesouro Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
ROA	Retorno sobre o Ativo
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UE	União Europeia
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Sumário

1 Introdução	13
1.1 Contextualização do tema	13
1.2 Questão de pesquisa	17
1.3 Objetivo geral	18
1.4 Justificativa	18
1.5 Contribuições	18
2 Referencial Teórico	20
2.1 Formas de mensuração à luz da teoria da contabilidade	20
<i>2.1.1 O ciclo contábil</i>	<i>22</i>
<i>2.1.2 A mensuração contábil.....</i>	<i>24</i>
2.2 Formas de mensuração à luz das IFRS	28
<i>2.2.1 As normas internacionais de contabilidade (IFRS).....</i>	<i>28</i>
<i>2.2.2 A mensuração nas normas internacionais de contabilidade</i>	<i>31</i>
<i>2.2.3 Características qualitativas da informação contábil1</i>	<i>36</i>
<i>2.2.4 O Grupo dos 20 (G20) e sua adesão às IFRS.....</i>	<i>40</i>
2.3 Inflação e contabilidade.....	43
<i>2.3.1 Inflação e hiperinflação</i>	<i>43</i>
<i>2.3.2 Índices inflacionários</i>	<i>50</i>
<i>2.3.3 Evolução normativa das práticas de correção monetária.....</i>	<i>51</i>
<i>2.3.4 IAS 29 e CPC 42 - Relato financeiro em economias hiperinflacionárias</i>	<i>55</i>
<i>2.3.5 Impactos na comparabilidade temporal das demonstrações financeiras em ambientes inflacionários.....</i>	<i>59</i>
3 Procedimentos Metodológicos	64
3.1 Tipologia de pesquisa	64
3.2 População e amostra	64

3.3 Procedimentos de coleta de dados	67
3.4 Procedimentos de tratamento de dados	69
3.4.1 Correção monetária das demonstrações contábeis.....	69
3.4.2 Variáveis de estudo	74
4 Apresentação e Análise dos Resultados	76
4.1 Análise e discussão dos resultados da base completa.....	76
4.2 Análise e discussão dos resultados por país	79
4.2.1 Alemanha.....	80
4.2.2 Argentina.....	81
4.2.3 Austrália	83
4.2.4 Brasil	85
4.2.5 Canadá	87
4.2.6 Coréia do Sul.....	88
4.2.7 Dinamarca.....	90
4.2.8 Espanha.....	91
4.2.9 Finlândia	93
4.2.10 França	94
4.2.11 Itália	95
4.2.12 México	97
4.2.13 Reino Unido	99
4.2.14 Suécia	100
4.3 Análise comparativa dos resultados dos países da amostra	102
5 Conclusão	107
Referências	109

1 Introdução

1.1 Contextualização do tema

Com a divulgação das demonstrações financeiras as empresas cumprem com uma das suas mais importantes obrigações legais e sociais, que é o dever de exprimir com clareza, ao fim de cada exercício econômico, a verdadeira situação do patrimônio, bem como as mutações ocorridas. A expressão monetária dos elementos contábeis envolve a seleção da base de sua mensuração, o que inclui o custo histórico, custo histórico corrigido, valor justo, entre outras. O processo de interpretação das demonstrações financeiras se constitui em uma atividade de grande complexidade, muito ampliada pela existência da inflação, principalmente quando esta atinge níveis elevados (Szuster & Monteiro, 1989).

A inflação é um fenômeno global que provocou um efeito devastador na economia de muitos países, como Argentina, Brasil, Israel, México e Rússia (Matos, Marques, Ferreira & Tavares, 2013).

No Brasil, a economia foi marcada por altas taxas de inflação, principalmente no período que precedeu à implantação do Plano Real em 1994 (Gasparetto, 2013). O país chegou ao cenário econômico de hiperinflação, que causava forte impacto sobre os informes apresentados pelas organizações (Souza, 2016).

Diversos países, cada qual da sua forma, adotaram medidas para resolver o problema dos efeitos inflacionários sobre as demonstrações contábeis. O Brasil, entre as décadas de 1950 e 1990, desenvolveu e institucionalizou a ferramenta denominada “correção monetária”, com o objetivo de efetuar ajustes às demonstrações contábeis de forma a se refletir sobre estas os efeitos da inflação (Souza, 2016). Notadamente, em períodos de alta inflação a mensuração ao custo histórico dos elementos contábeis perde sua relevância e a mensuração ao custo histórico corrigido demonstra-se mais apropriada.

Com uma taxa inflacionária mais elevada que os países desenvolvidos, Hoffman (2004) e, posteriormente Souza (2016), demonstram preocupação de que as empresas brasileiras apresentem problemas de comparabilidade quando sua contabilidade é analisada, uma vez que após o Plano Real foi revogada a correção monetária das demonstrações contábeis por meio da Lei nº 9.249/95.

Para Goldschmidt and Yaron (1991), as demonstrações financeiras sem ajuste adequado à inflação não refletem apropriadamente a posição financeira e o desempenho das

empresas. Além disso, as demonstrações financeiras não ajustadas podem ser sem sentido, ou mesmo enganosas, sob condições inflacionárias.

As normas de contabilidade demonstram as teorias e doutrinas referentes a essa ciência, conduzindo a atuação das organizações frente à realidade social, econômica e cultural. Dessa forma, as regulamentações contábeis intervêm na sociedade através dos órgãos regulamentadores, limitando o arbítrio das entidades pelas escolhas das práticas e normas utilizadas na elaboração dos relatórios financeiros (Pasini, 2015).

No que concerne à contabilidade internacional, a partir da globalização dos mercados, foi verificada a necessidade de os investidores compreenderem a linguagem contábil de cada país, e a importância do processo de harmonização contábil internacional. A coexistência de práticas contábeis diversas entre países e a consequente necessidade de preparação de demonstrações contábeis em padrões distintos pelas empresas multinacionais concorrem para que haja dificuldade de interpretação das informações, tornando a globalização de mercado de capitais e a internacionalização das empresas, dois dos fatores mais importantes para se entender o processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade (Pasini, 2015).

Dessa forma, aderir à convergência dos padrões internacionais de contabilidade tornou-se relevante, para que houvesse uma estrutura mais acessível aos interesses de investidores do mercado de capitais e dos gestores de empresas em âmbito global. Essa convergência ocorreu por meio da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS (*International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), com vistas a atribuir qualidade e transparência à informação contábil e aprimorar as características qualitativas dessa informação (Souza & Botinha, 2017). Conforme Pelucio-Grecco, Formigoni, Geron e Segura (2013), a adoção das IFRS no Brasil apesar de apresentar dificuldades em seu processo de implantação podem ocasionar impactos positivos em termos de investimentos no país.

As IFRS são apoiadas por organizações dentro do sistema internacional regulatório, incluindo o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), o Banco Mundial e o Grupo dos 20 (G20) (Souza & Botinha, 2017).

A IFRS *Foundation* realizou um estudo do perfil de contabilidade adotado em uma amostra de 150 jurisdições de todas as partes do mundo, incluindo todos os países do G20, e concluiu que atualmente 126 dessas jurisdições requerem IFRS para suas empresas de capital

aberto; outras 12 jurisdições permitem, mas não requerem IFRS; 1 jurisdição requer IFRS apenas para instituições financeiras; 1 jurisdição está em processo de convergência para o padrão IFRS; e apenas 9 jurisdições adotam padrões locais de contabilidade (Ribeiro & Braunbeck, 2017).

As IFRS proporcionam para os países que as adotam informações de elevada qualidade, o que gera benefícios econômicos pela redução do custo de capital, sendo esses benefícios mais visíveis nas jurisdições que adotavam padrões contábeis que geravam informações contábeis de baixa qualidade (Ribeiro & Braunbeck, 2017). Conforme Pelucio-Grecco, Geron, Grecco e Lima (2014), a IFRS trouxe melhoria na qualidade da informação contábil no Brasil, com redução do gerenciamento de resultados.

No âmbito internacional o IASB regulamenta a IAS 29 – *Financial Reporting in Hyperflationary Economies* (relato financeiro em economias hiperinflacionárias), emitido inicialmente em julho de 1989 pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), com o objetivo de estabelecer uma norma específica para entidades inseridas em economias hiperinflacionárias, de tal forma que a informação financeira seja significativa. A IAS 29 determina, entre outras colocações, que a hiperinflação ocorre em um país quando a taxa de inflação acumulada ao longo de três anos aproxima-se, ou excede, 100%. Quando um país não atinge a inflação acumulada mínima sugerida por esta norma internacional, não se manifesta nos resultados das companhias o efeito, seja positivo ou negativo, da inflação sobre as demonstrações financeiras (Matos, Marques, Ferreira & Tavares, 2013).

Apesar do Brasil não apresentar índices de hiperinflação acima de 100% em três anos, o país manifesta índices preocupantes na visão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em documento enviado ao IASB, o CPC expressou a respeito desse tema, que “a experiência passada no Brasil revela que uma inflação em um nível muito menor (por exemplo, de 3% à 5% ao ano) produz impacto significativo no retorno do investimento, na posição financeira e na performance de uma entidade” (Torres, 2011).

De acordo com dados do site global-rates (2018), “nos últimos três anos (2016-2018) o Brasil apresenta um índice cumulativo de inflação, calculado por meio do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), de 12,981%, enquanto, países como Estados Unidos (6,094%), Espanha (3,865%), Portugal (3,008%) e, Japão (1,696%), apresentam menores índices”.

Mesmo com índices menores, e considerando que a inflação tem seu impacto exponencial, Franco (2006) assinala que a distorção causada nas demonstrações contábeis, devido ao efeito da inflação, é indiscutivelmente perturbadora, particularmente quando se procede à análise dessas demonstrações, pois elas deixam de representar a realidade

patrimonial das companhias. Melo, Martins, Nagai, Amaral e Salotti (2012) reforçam o equívoco do normatizador para o percentual estabelecido.

Em um estudo realizado por Oliveira, Marques e Canan (2007), percebeu-se que mesmo havendo uma inflação baixa, esta ocasiona distorções irreparáveis às informações dos balanços, e que no decorrer de um período de tempo maior, estas distorções serão ainda maiores. Na pesquisa realizada pelos autores foi realizada a correção do balanço do SESI – Serviço Social da Indústria, no qual em um período de onze anos, a entidade apresentou um acréscimo de patrimônio líquido de quase um terço do balanço corrigido em relação ao original (32%). Verificou-se que o patrimônio líquido não apresenta a realidade do desempenho econômico-financeiro da entidade. Em relação ao imobilizado, a pesquisa verificou que o efeito é de 143%, quando comparado o imobilizado líquido corrigido em relação ao original, ou seja, o valor do imobilizado líquido corrigido apresenta uma defasagem de quase uma vez e meia em relação ao seu valor original.

Somente em dezembro de 2018 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, em consonância com a IAS 29. Segundo o CPC, o pronunciamento não foi emitido ao longo de muitos anos, devido sua inaplicabilidade na situação brasileira atual, que possui níveis inflacionários abaixo dos limites convencionados internacionalmente. Contudo, baseado em dados divulgados publicamente, nota-se que certas jurisdições têm experimentado o aumento dos índices internos de inflação, o que tornou mais relevante a edição desse pronunciamento no Brasil (CRCSP, 2018). Relvas, Bertholini e Segato (2011) apontam ainda, que o CPC 42 já estava elaborado, entretanto, não foi emitido antes pois o CPC entrou com pedido junto ao IASB para modificação dos procedimentos. Todavia, não houve mudanças nas regras para aplicação de correção em ambientes hiperinflacionários, e o CPC 42 apresenta as mesmas diretrizes para economias hiperinflacionárias presentes na IAS 29.

Posta a importância de considerar a inflação nos balanços das organizações, diante do impacto que esta causa nos resultados, é preciso saber qual o índice de inflação oficial para essa medição. A forma de mensuração mais utilizada no mundo é através da aferição dos preços no varejo, por meio do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No Brasil o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é considerado o índice oficial de inflação, o governo usa o mesmo como referência para verificar se a meta estabelecida para a inflação está sendo cumprida (Trevizan & Cavallini, 2018).

Segundo Oliveira, Marques e Canan (2007), desde que foi instituída a correção monetária no Brasil, se discute qual é o índice de preços mais apropriado para realizar a

correção dos valores em uma economia inflacionária. A existência de uma variedade de índices que apresentam resultados bastante diversos cria muita confusão quanto à verdadeira taxa de inflação do país. Além disso, os autores ressaltam que a utilização dos índices oficiais foi sempre questionada pelo fato de não estarem livres de manipulação por parte do governo, sendo recomendada a utilização de índices apurados por órgãos que não tenham influência direta do governo, e que representem as variações gerais de preços da economia.

1.2 Questão de pesquisa

O efeito da inflação sobre os balanços de uma organização é um tema amplamente discutido. A norma IAS 29, permite a correção de contas no balanço somente em economias consideradas hiperinflacionárias, e um dos itens da regra diz que isso seria caracterizado quando a inflação atinge 100% num período de três anos. Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a inflação em níveis muito menores produz um impacto significativo nos resultados de uma entidade. O Grupo Latino Americano de Normas de Informação Financeira (Glenif) compactua com o mesmo pensamento, e pediu ao IASB tanto a retirada da referência aos 100% como a possibilidade de se corrigir os balanços caso os usuários das informações financeiras “considerem que a perda do poder de compra de uma moeda foi relevante durante determinado período” (Torres, 2011).

Sem correção dos balanços em um país que vive com inflação relativamente alta, o patrimônio líquido das organizações tende a ficar subavaliado, o que distorce indicadores que utilizam essa conta como referência, como as métricas de retorno e de endividamento. Outro desvio ocorre no imposto sobre o ganho de capital quando da alienação de um investimento, que usa o patrimônio como base de cálculo (Torres, 2011).

Diante deste contexto, o presente trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: “Quais as implicações causadas na comparabilidade das demonstrações financeiras à luz das IFRS em ambientes inflacionários?”.

A amostra selecionada para embasar essa pesquisa são empresas dos países membros do Grupo dos 20, devido a grande relevância das ações deste grupo no cenário mundial.

O G20 reúne as 20 maiores potências mundiais e conta com a participação de Chefes de Estado, Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais de dezenove jurisdições: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia

e Turquia, juntamente com a União Europeia. Esse grupo visa a incentivar a formação de um consenso sobre questões internacionais, tanto na área política como da economia financeira, e o grupo representa 90% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (Souza & Botinha, 2017).

1.3 Objetivo geral

A pesquisa tem por objetivo investigar os impactos que podem ocorrer nos balanços das companhias em ambientes inflacionários, quando estes não são corrigidos, independente do índice inflacionário atingir o nível determinado pela IAS 29.

O trabalho pretende expor o cenário da inflação nos países do G20, a sua influência na contabilidade, e as implicações causadas na comparabilidade das demonstrações financeiras devido a falta de correção dos resultados, que só é efetuada conforme determinado pela IAS 29, quando a taxa de inflação de um país, acumulada em três anos, se aproxima ou excede 100%.

1.4 Justificativa

A qualidade das informações contábeis e financeiras das empresas é crucial para o sucesso de um negócio. Diante dos preceitos presentes na norma internacional de contabilidade IAS 29, no tocante as condições para se determinar um ambiente inflacionário, faz-se necessário a avaliação das possíveis distorções que podem ocorrer na comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas de diferentes países, focando nos países do G20.

1.5 Contribuições

A pesquisa visa contribuir de forma prática e teórica, com um estudo mais profundo sobre a relevância da correção das demonstrações financeiras em ambientes inflacionários, mesmo em países que não atinjam os índices de inflação que viabilizam a correção, segundo as IFRS.

O mercado extremamente competitivo tem exigido informações mais qualificadas quanto ao desempenho das empresas. A contabilidade através de seu objetivo básico, de fornecer informações úteis aos seus usuários, modificou-se em prol da exigência de seus usuários por informações mais relevantes referentes à geração e distribuição de riquezas produzidas pelas empresas. Contudo, para serem úteis, as demonstrações contábeis devem refletir adequadamente a situação patrimonial de modo a permitir uma interpretação econômica e financeira assertiva da entidade (Oliveira, Cavalcanti, Lima & Silva, 2013).

Dessa forma, o estudo almeja colaborar de forma teórica para os acadêmicos, com a discussão sobre a mensuração dos elementos contábeis em teoria da contabilidade.

A mensuração das transações financeiras é um atributo essencial para se obter a informação contábil, fazendo-se uso da moeda para isso. Entretanto, a moeda é um ativo cujo poder aquisitivo não é constante no tempo, sofrendo alterações nos mercados de capitais por diversos fatores, e em decorrência dessas alterações poderão ocorrer a inflação ou deflação. Um ambiente inflacionário implica diretamente na mensuração dos elementos contábeis, prejudicando a comparabilidade de informações ao longo do tempo (Oliveira, Cavalcanti, Lima & Silva, 2013).

O trabalho espera prover também uma contribuição prática aos analistas de mercado e normatizadores, com uma possível proposta de revisão ou alteração da norma internacional IAS 29, devido à perda de relevância contábil na apresentação de demonstrações ao custo histórico, por não considerarem o impacto da inflação sobre elas, o que pode gerar demonstrações contábeis com valores equivocados em relação à realidade financeira das organizações.

Para Andrade, Segantini e Silva (2011), as informações contábeis baseadas apenas no custo histórico não representam adequadamente a posição patrimonial da empresa, reduzindo a utilidade da informação.

2 Referencial Teórico

2.1 Formas de mensuração à luz da teoria da contabilidade

A história da contabilidade revela que esta ciência era utilizada desde os primórdios pelos mais diversos povos para se controlar o estoque (inventário) de uma pessoa ou grupo de pessoas de uma mesma região. Com o enriquecimento da civilização, a contabilidade avançou de acordo com cada povo e sua cultura. Alguns povos do período antigo, como os da Mesopotâmia, registravam seus bens em papiros enquanto outros, como os da Babilônia, efetuavam seus registros em argila. O povo egípcio era o mais desenvolvido em inúmeras áreas do conhecimento, e um pouco da contabilidade evoluiu também lá. Os egípcios realizavam inventários físicos e anotavam sua produção para reportar patrimônio aos faraós. No presente, vivemos o período contemporâneo, onde a ciência contábil já é sólida em teoria e prática no mundo inteiro. A contabilidade é uma ciência milenar e repleta de acontecimentos históricos, as atribuições do profissional de contabilidade deixaram de ser apenas o registro dos fatos para se tornar protagonista na tomada de decisões das grandes corporações e governos do mundo (Almeida, 2017).

O objetivo básico da contabilidade pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais. Há muitos anos o patrimônio e suas variações quantitativas e qualitativas tem sido defendido como o objetivo da contabilidade, esse, todavia, é apenas um primeiro atalho para entender o assunto, mais recentemente, esta se desenvolvendo a noção de que o verdadeiro objetivo, amplo, da contabilidade é o estudo, em todos os aspectos, da informação contábil e financeira, e também, social e de sustentabilidade. Assim, na atualidade, o objetivo da contabilidade envolve os aspectos econômico-financeiros, sociais e ambientais (Iudícibus, 2017).

A teoria da contabilidade pode ser encarada sob várias abordagens, sendo as principais, a abordagem ética, a abordagem comportamental, a abordagem macroeconômica, a abordagem sociológica e a abordagem sistêmica. Ainda se tem a teoria normativa e a teoria positiva, que não são consideradas como simples abordagens, pois estas provaram ter uma densidade conceitual que as fazem ser, talvez as únicas, que possam se candidatar à posição de teorias integrais. A teoria normativa, apoiada mais no dedutivismo, procura de forma prescritiva, demonstrar como a contabilidade deveria ser, à luz de seus objetivos e postulados, que são dados e indiscutíveis. A teoria positiva, que surgiu na década de 60, procura explorar

o caminho inverso, ou seja, descrever como a contabilidade é, entender por que é assim e procura prever comportamentos, usualmente apoiada no método indutivo (Iudícibus, 2017).

Todo e qualquer evento ou operação realizado por uma empresa tem reflexo imediato em sua contabilidade, pois é nela que são registradas todas estas movimentações de acordo com a sua natureza e seus respectivos valores. Assim, são gerados os registros nos diversos livros contábeis, que dão origem aos demonstrativos contábeis e gerenciais, e para realizar a contabilização desses eventos, é necessário realizar a classificação das contas contábeis. As contas contábeis de uma empresa são classificadas em Ativos, Passivos, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas. Elas são utilizadas para organizar os registros, dando nome a cada movimentação realizada pelo negócio (Paula, 2013).

Nos Ativos ficam as contas nas quais são registrados os bens, créditos e direitos que compõem o patrimônio da empresa. Alguns exemplos de ativos são estoque, bens, como máquinas, equipamentos e prédios, e ainda contas de ativos financeiros, como investimentos ou duplicatas a receber (Rodrigues, 2015). O ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade (CPC 00 R1, 2011).

Nos Passivos são registrados os deveres e obrigações da empresa com terceiros, como parceiros de negócios, bancos e governos. Alguns exemplos de passivos são: fornecedores; empréstimos e financiamentos; obrigações fiscais e sociais (Martini, 2013). O passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos (CPC 00 R1, 2011).

O Patrimônio Líquido é a diferença entre o ativo e o passivo de uma organização, ou seja, é o valor residual dos ativos da empresa depois de deduzidos todos os passivos. No patrimônio líquido são registrados os recursos aportados pelos sócios, o resultado do exercício (lucro ou prejuízo), as reservas resultantes de apropriações de lucro (reservas de lucros) e as reservas para manutenção do capital (reservas de capital) (Martini, 2013).

Nas Receitas são registrados os acréscimos patrimoniais da empresa, não provenientes dos proprietários. Eles podem ser provenientes da operação direta, como venda de produtos ou serviços, de receitas não operacionais, como juros recebidos, e até mesmo da venda de um ativo que não é mais utilizado (Paula, 2013). As receitas são acréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos, ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais (CPC 00 R1, 2011).

Nas Despesas são registrados todos os decréscimos patrimoniais da organização, não devidos aos proprietários, como pagamento de funcionários e fornecedores, compra de matéria-prima ou equipamentos e pagamento por serviços de terceiros. Caso não ocorra esse registro, há possibilidade de ocorrer dois problemas: erro no processo ou falta de pagamento. Ambos são graves e devem ser motivo de preocupação para os gestores (Paula, 2013). As despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incremento de passivos, que resultam em redução do patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade (CPC 00 R1, 2011).

O controle patrimonial das empresas é feito pela contabilidade, e a sua principal ferramenta é o balanço patrimonial. O balanço patrimonial é um demonstrativo contábil cuja característica predominante é o equilíbrio entre os bens e direitos (aplicações dos recursos), que compõem o ativo, e as obrigações (fontes ou origem dos recursos da empresa), sendo estas divididas em exigíveis, correspondentes ao passivo, e não exigíveis, que são as contas de patrimônio líquido. Os valores de ativo são sempre iguais a soma do passivo e patrimônio líquido, pois para que haja equilíbrio nas contas, é necessário que para cada valor aplicado no patrimônio da empresa, exista uma origem de valor equivalente, esse método contábil é chamado de métodos das partidas dobradas (Galvão, 2016).

A contabilidade registra os eventos que ocorrem nas companhias, e esse registro é o responsável pelo equilíbrio entre os bens e direitos e as obrigações. Para que se efetuem os registros contábeis existe um procedimento conhecido como ciclo contábil, que é composto por cinco etapas, que vão da captação à evidenciação (Galvão, 2016).

2.1.1 O ciclo contábil

A palavra ciclo vem do grego “*kyklos*”, que significa uma série de eventos que se renovam constantemente. O ciclo presume uma situação dinâmica, sequencial, com fases ou elementos inter-relacionados (Galvão, 2016).

O ciclo contábil é um procedimento utilizado para identificar, classificar, mensurar, registrar, acumular, sumarizar e evidenciar a informação, este procedimento é utilizado para elaboração das demonstrações contábeis. O termo ciclo indica que tais procedimentos devem ser repetidos continuamente para possibilitar que se preparem demonstrações contábeis atualizadas (Szuster, Cardoso, Szuster, Szuster, & Szuster, 2008).

Segundo Galvão (2016), o ciclo contábil é composto por cinco etapas distintas: a captação, o reconhecimento, a acumulação, a sumarização e a evidenciação, que são descritas abaixo.

A captação é o processo de obtenção de dados e informações sobre eventos que, por sua natureza, afetem o patrimônio, independentemente da ação a empresa. Nessa fase, é feita a análise dos atos e fatos que serão objetos da elaboração das demonstrações contábeis/financeiras, analisando-se o cenário interno (notas fiscais, recibos, contratos, processos, etc.) e o cenário externo (leis, eventos macroeconômicos, mercado, etc.), com o fito de adequar a empresa e seus ativos e passivos.

O reconhecimento é a análise de critérios para a contabilização, como o momento adequado do reconhecimento, a classificação correta do fato e o valor a ele atribuído.

A acumulação é a estruturação do banco de dados utilizando-se os elementos captados e selecionados para serem reconhecidos. Os recursos tecnológicos são muito importantes para esse fim. A dinâmica e a complexidade tanto dos negócios como das regras contábeis, fiscais e tributárias, exigem agilidade, presteza e segurança nas informações, o que fica praticamente impossível de se atingir sem uma boa ferramenta tecnológica.

A sumarização é a organização, sistematização e estruturação dos dados obtidos, transformando-os em informações contábeis de mais alta relevância, por exemplo, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício (DRE), a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), a demonstração dos fluxos de caixa (DFC), a demonstração do valor adicionado (DVA), etc.

A evidenciação é o processo de tornar públicas as informações elaboradas pela contabilidade, o que é o cumprimento de uma exigência legal. Além disso, essa fase deve ser encarada como uma das principais características da governança corporativa, preocupando-se em levar aos interessados o conhecimento sobre a situação econômica, fiscal e social da empresa.

Galvão (2016) ainda destaca que os aspectos legais devem ser atendidos, respeitando-se as formas, os prazos e demais critérios. Contudo, deve-se perceber que isso não é suficiente nem para as boas práticas da gestão, nem para as boas práticas da governança corporativa.

2.1.2 A mensuração contábil

Os elementos da informação contábil são divididos em elementos relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira, e aqueles relacionados à mensuração de resultados. No primeiro grupo estão o ativo, passivo e, o patrimônio líquido, típicos do balanço patrimonial, e no segundo grupo estão as receitas e despesas, típicas da demonstração de resultado (Santos, 2009).

Uma vez definido os elementos da informação contábil, deve-se reconhecer os itens das demonstrações. O reconhecimento é o processo de incorporar um elemento à informação contábil, envolve a descrição do item, a atribuição do seu valor, e a sua inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado. Um item que se enquadre na definição de ativo ou passivo deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis se: for provável que algum benefício econômico futuro referente ao item venha a ser recebido ou entregue pela entidade; e se ele tiver um custo ou valor que possa ser medido em bases confiáveis (CPC 00 R1, 2011). O inter-relacionamento entre os elementos significa que um item que se enquadre na definição e nos critérios de reconhecimento de um determinado elemento, por exemplo, um ativo, requer automaticamente o reconhecimento de outro elemento, por exemplo, uma receita ou passivo (Santos, 2009).

Tendo definido o reconhecimento de um determinado elemento contábil, o problema a ser resolvido é o de determinação de seu valor, que é a mensuração. Mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado (CPC 00 R1, 2011).

Para Hendriksen e Van Breda (1999) mensuração é o processo de designar montantes quantitativos monetários significativos a objetos relacionados na empresa e obtidos de tal maneira que eles são apropriados para agregação (tais como, a valoração total dos ativos) ou desagregação como requerido em situações específicas.

Esse processo envolve a seleção de uma base específica de mensuração. Diversas bases de mensuração são empregadas em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Essas bases incluem: custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente. Para utilização das duas primeiras bases de mensuração consideram-se valores de entrada, e para as duas últimas, valores de saída (Santos, 2009).

Os valores de entrada representam os obtidos no mercado de uma entidade, ou refletem o custo ou sacrifício para se obter os ativos utilizados pela empresa em suas operações. Ao registrar um ativo pelo seu valor de entrada, o reconhecimento do lucro se dará somente no ato da venda, através da confrontação da receita com a despesa correspondente. Registros com base em valores de entrada, economicamente, não representam a mensuração real do patrimônio, pois não consideram o caráter dinâmico da economia com suas possíveis trocas de preços. Os princípios fundamentais da contabilidade valorizam os registros pelos valores de entrada, tendo em vista a objetividade e verificabilidade das informações, porém, esses registros não permitem comparação de valores de datas distintas, e por consequência tem pouca representatividade como medida de valor (Fernandes, 1998).

Nos valores de saída a premissa básica é a de que o preço de troca é o valor pelo qual os ativos podem ser vendidos ou trocados, quando deixarem a entidade, supondo-se que a empresa opera em um mercado organizado e o preço de mercado pode ser considerado uma estimativa bem próxima do preço real de venda em um curto prazo (Fernandes, 1998).

No custo histórico os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. O custo histórico é o critério padrão e corresponde ao Princípio Fundamental de Contabilidade do Registro pelo Valor Original (CPC 00 R1, 2011).

No custo corrente os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço. O custo corrente também é conhecido como custo de reposição, utilizado em algumas situações específicas para fins gerenciais (CPC 00 R1, 2011).

No valor realizável (valor de realização ou de liquidação) os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações. O valor realizável (de mercado) é utilizado em várias situações sob a denominação de “valor justo” (CPC 00 R1, 2011).

No valor presente os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. A ideia de valor presente é expressamente referida na avaliação de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e, indiretamente, quando da referência ao valor de uso (um dos critérios para apuração do valor recuperável) (CPC 00 R1, 2011).

Geralmente, a base de mensuração mais utilizada pelas entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis é o custo histórico, contudo, normalmente ele é combinado com outras bases de mensuração. Por exemplo, os estoques são usualmente mantidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização; os títulos e valores mobiliários negociáveis podem em determinadas circunstâncias ser mantidos pelo seu valor de mercado e; os passivos decorrentes de pensões são mantidos pelo seu valor presente. E ainda, em algumas situações, entidades usam a base de custo corrente como uma resposta à incapacidade de o modelo contábil de custo histórico enfrentar os efeitos das mudanças de preços dos ativos não monetários (CPC 00 R1, 2011).

Em épocas de inflação a mensuração com base no custo histórico é muito contestada, pois os ativos não monetários assim mensurados ficam rapidamente subavaliados. Acontece o mesmo com alguns custos associados a ativos, nomeadamente os custos das vendas e as apreciações e depreciações. Tal situação prejudica a relevância do balanço e da demonstração de resultados. O custo histórico tem, todavia, a vantagem de ser objetivo, facilmente verificável e está mais imune a qualquer tipo de manipulação (Nunes, 2019).

O custo histórico tem como premissa que é a representação de uma avaliação estática que não leva em consideração o caráter dinâmico da economia com suas constantes oscilações de preços. Do ponto de vista gerencial, a mensuração da entrada dos ativos por meio do custo histórico não é indicada para o administrador utiliza-lo como guia no momento de tomada de decisões, visto que esse não representa adequadamente a posição financeira, justamente por não levar em considerações as flutuações dos preços no mercado (Ageu & Firmino, 2014).

Para Schmidt, Santos e Fernandes (2005), o processo de conversão de uma contabilidade avaliada de acordo com o princípio contábil do custo histórico passa, inicialmente, pelo entendimento da teoria da correção monetária.

Uma alternativa para melhorar o nível de informação do custo histórico é a utilização do custo histórico corrigido como base para os valores de entrada. *Price-Level Accounting* é a

definição original quando o custo histórico é obtido de uma correção, quer por coeficiente da variação do Índice Geral de Preços (IGP), quer por um derivado da variação de outro índice mais específico (Fernandes, 1998).

Além da sua fácil utilização, o custo histórico corrigido permite a comparação de valores de datas distintas. Entretanto, devido a estrutura do ativo e o posicionamento das empresas no setor não serem semelhantes, a variação do poder aquisitivo da moeda pode não corresponder à variação do poder aquisitivo dos ativos da entidade. Nesse caso, será necessária a utilização de um índice específico para a empresa. A aplicação desse procedimento pode ocasionar sérios problemas para o conhecimento da posição da empresa no setor e na economia, devido a dificuldade de comparabilidade entre as empresas. Os ganhos ou perdas nos itens monetários mais a diferença entre as receitas e as despesas é que formarão o lucro, reconhecido somente pela realização (Fernandes, 1998).

Segundo Ageu e Firmino (2014) o custo histórico corrigido é uma forma de mensuração com maior riqueza de informações do que o custo histórico, sendo também de fácil utilização, entretanto ainda não é o mais adequado quando se trata de atender as necessidades dos tomadores de decisões gerenciais. É também conhecida como custo a nível geral de preços.

O custo corrente também pode ser corrigido, este conceito decorre da aplicação de um ajustamento do custo corrente por um coeficiente de variação do IGP ou outro índice específico. Para alguns pesquisadores é talvez o mais completo conceito de avaliação a valores de entrada, pois combina as vantagens do custo corrente com as do custo histórico corrigido. Ao se comparar o custo corrente com o custo corrente corrigido, verifica-se o surgimento de um novo elemento, definido como ganho ou perda nos itens monetários, que é a tentativa de reconhecimento do efeito inflacionário sobre as dívidas e créditos da empresa no período considerado, os demais elementos e contas permanecem com a mesma denominação adotada pelo custo corrente (Fernandes, 1998).

Para Tinoco (1992), o custo corrente corrigido é a melhor base de mensuração contábil. Contudo, o elevado custo dessa informação e a indisponibilidade de alguns dados, limitam a utilização do custo corrigido. Nesse contexto, o custo histórico corrigido é mais utilizado devido ao custo inferior e por refletir de maneira mais adequada as flutuações gerais ou específicas de preços, quando comparado ao custo histórico.

2.2 Formas de mensuração à luz das IFRS

2.2.1 As normas internacionais de contabilidade (IFRS)

O *International Accounting Standards Board* (IASB) é o organismo internacional responsável pela elaboração das normas internacionais de contabilidade, que são utilizadas por mais de 100 países do mundo (Costa, Theóphilo & Yamamoto, 2012).

O IASB foi criado em 2001 para emitir normas internacionais de contabilidade que até então eram emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), desde sua criação em 1973. As normas internacionais foram denominadas até o ano de 2003 como *International Accounting Standards* (IAS), que foi o corpo de normas anteriormente emitidas pelo IASC, e após este período passaram a ser chamadas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS) (Antunes, Antunes & Penteado, 2007).

O IASC foi criado a partir da associação entre organismos profissionais de contabilidade dos seguintes países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos, por ocasião do Congresso Internacional de Contadores em Melbourne, sendo um órgão independente do setor privado com sede em Londres na Grã-Bretanha. A importância desse órgão está na integração e emissão de normas contábeis em nível internacional, pois conta com a presença de todos os órgãos componentes do *International Federation of Accountants* (IFAC), que é uma organização global voltada para o exercício da profissão contábil, representando mais de 2,5 milhões de contadores atuando como auditores nas atividades de indústria, comércio, governo e academia, e tem a missão de servir o interesse público. Dessa forma, o IASB foi criado dentro de um processo de convergência de práticas contábeis, pois reuniu órgãos de vários países, e apesar de não ter poderes para impor suas normas contábeis localmente, sua influência, e dos demais órgãos envolvidos, é capaz de assegurar a sua aceitação nos diversos países (Oliveira & Lemes, 2011).

As normas internacionais de contabilidade (IFRS) foram desenvolvidas com o intuito de criar um padrão, em nível mundial, de normas contábeis, tendo em vista o crescimento da economia globalizada (Coutinho & Silva, 2013).

Na elaboração das IFRS existe uma comissão composta por 22 conselheiros individuais, que são nomeados para um mandato de três anos, o qual pode ser renovado por uma vez. Além dos conselheiros do IFRS, o IASB é constituído por um conselho com 16

conselheiros, sendo um dos membros presidente, um ou dois vice-presidentes, e até três membros podem exercer suas funções por tempo parcial. Desde julho de 2009 os membros do IASB são nomeados para um mandato inicial de cinco anos, podendo ser renovado por mais três anos. O IASB segue um processo formal aberto e rigoroso, todas as reuniões do IASB e do comitê de interpretações das IFRS são publicadas, e geralmente são transmitidas online (Rodrigues, 2014).

A opção pela adoção das IAS ao invés dos princípios contábeis norte-americanos conhecidos como US GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*), que são os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, emitidos de forma oficial pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), admite-se por questões políticas e conceituais. Apesar do mercado de capitais norte-americano se constituir a muito tempo como o mais desenvolvido do mundo, sua abordagem da contabilidade é profundamente vinculada a uma malha legal própria. Dessa forma, a adoção de seu conjunto de normas contábeis, por outros países, exigiria, a importação dos principais conceitos norte-americanos de direito societário, das leis comerciais, leis de valores imobiliários, entre outras coisas, que afetam a escolha desses princípios como padrão internacional (Antunes, Antunes & Penteado, 2007).

Segundo estudos, os primeiros países a implantarem as IFRS foram os países que fazem parte da comunidade europeia (Pasini, 2015). Para implantar a estratégia de divulgação de informações financeiras adotada pela Comissão Europeia (CE) em junho de 2000, a União Europeia (UE) aprovou em 2002 uma regulamentação contábil exigindo que todas as companhias abertas da UE, listadas em mercados regulamentados (por volta de 8.000) adotassem as IFRS na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 2005 (Rodrigues, 2014).

Em janeiro de 2011 a Comissão Europeia reconheceu a equivalência dos sistemas de supervisão de auditorias em 10 países fora da União Europeia, decisão que facilita a cooperação entre os estados-membros e os outros países que tiveram seus sistemas de supervisão considerados equivalentes, e estes podem confiar mutuamente nas inspeções de firmas de auditoria. Os países avaliados como equivalentes são Austrália, Canadá, China, Croácia, Japão, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul, Suíça e Estados Unidos (Rodrigues, 2014).

A *Securities and Exchange Commission* (SEC), que é a Comissão de Valores Mobiliários e Cambio dos Estados Unidos, permitiu desde 2012 no país, que emissores estrangeiros privados apresentassem suas demonstrações financeiras com base nas IFRS conformes emitidas pelo IASB, sem necessidade de apresentar a reconciliação dos valores das

IFRS com os do US GAAP. Em 2010 a SEC publicou uma declaração de apoio à convergência e normas contábeis globais, orientando sua equipe a desenvolver e executar um plano de trabalho, objetivando capacitar a SEC, e após a conclusão do plano de trabalho e dos projetos de convergência da FASB e IASB, a tomar uma decisão com relação à incorporação das IFRS no sistema de divulgação financeira para emissores norte-americanos (Rodrigues, 2014).

Para Ribeiro e Braunbeck (2017), um padrão contábil uniforme e de alta qualidade como as IFRS, poderia trazer grandes benefícios para as empresas dos Estados Unidos, como o aumento de investidores de outras jurisdições familiarizadas com IFRS, a redução do custo de capital devido ao aumento na demanda por investimentos nas empresas norte americanas, e o aumento da liquidez do mercado de capital.

Costa, Theóphilo e Yamamoto (2012) reforçam que o grande impulso à adoção das normas internacionais foi proporcionado pelos países da comunidade Europeia que desde 2005 passaram a utilizar as normas emitidas pelo IASB, e posteriormente devido a aceitação dos Estados Unidos, por meio da SEC, das demonstrações contábeis no padrão IFRS, desde que sigam rigorosamente as normas do IASB, emitidas em inglês para as empresas estrangeiras (que inclui as empresas brasileiras) listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e que preparam demonstrações contábeis no padrão US GAAP.

Além da Europa e EUA as IFRS já tiveram o início de sua implementação em países como Canadá, Chile, México, Argentina, e vários países da America Latina e Caribe. As jurisdições da Ásia-Pacífico, como Mongólia, Austrália, Hong Kong na Coreia, Nova Zelândia, Sri Lanka, Finlândia e Cingapura, vêm adotando diferentes enfoques na convergência dos princípios contábeis nacionais com as IFRS (Rodrigues, 2014).

No Brasil, o início das mudanças dos padrões contábeis brasileiros para o padrão internacional, ocorreu formalmente com as edições das Leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram os dispositivos da Lei nº 6.404/76, modernizando a contabilidade e exigindo que as companhias brasileiras, principalmente as sociedades por ações, passassem a utilizar pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade (Costa, Theóphilo & Yamamoto, 2012).

Segundo Antunes, Pelucio-Grecco, Formigoni e Mendonça Neto (2012), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado em 2005 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a atribuição de elaborar os pronunciamentos contábeis brasileiros em concordância com as normas internacionais (IFRS), conforme preceitua a Lei nº 11.638/07. Baseado nas normas internacionais o CPC produziu 65 documentos, sendo 42

pronunciamentos técnicos (denominados CPCs), 5 orientações técnicas (denominadas OCPCs), 17 interpretações técnicas (denominadas ICPCs), e a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (*framework*), entre os anos de 2007 e 2011.

O processo de convergência no Brasil culminou em 28 de janeiro de 2010, quando ocorreu a assinatura do Memorando de Entendimentos entre CFC, CPC e IASB. De acordo com o CPC, este foi um importante marco na inserção do Brasil no diálogo internacional sobre a elaboração e a adoção das IFRS (Oliveira & Lemes, 2011).

Devido à exigência regulatória de conversão ao padrão internacional, as empresas brasileiras prepararam suas primeiras demonstrações contábeis consolidadas no padrão IFRS a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em comparação com o exercício 2009. A solicitação para a convergência não parte somente das Leis 11.638/07 e 11.941/09, mas também de diversos órgãos reguladores que já aprovaram, no todo ou em parte, os atos normativos editados pelo CPC, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Monetário Nacional (CMN), a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o CFC (Costa, Theóphilo & Yamamoto, 2012).

Para Antunes, Antunes e Penteado (2007), a adoção de normas internacionais de contabilidade pelas empresas mundiais esta associada a benefícios econômicos concretos na forma de atração de maior volume de investimentos, uma vez que o processo de globalização trouxe para o primeiro plano a demanda por informações contábeis confiáveis e comparáveis, para suportar a variedade de transações e operações desse mercado.

2.2.2 A mensuração nas normas internacionais de contabilidade

As mensurações contábeis devem apresentar aos seus usuários informações relevantes, úteis e em tempo hábil, as quais serão utilizadas para controle, planejamento, avaliação e tomada de decisões. Essas informações devem ser fiéis aos fatos, e transparentes, levando à confiabilidade e mostrando neutralidade por parte de quem as gerou. Neste contexto, a adoção de uma linguagem comum internacionalmente é capaz de produzir benefícios concretos quanto a tomada de decisões por parte desses usuários. A possibilidade de comparação entre

os relatórios contábeis emitidos nos diversos países do mundo beneficia os usuários da informação contábil (Oliveira & Lemes, 2011).

A adoção das IFRS implica a elaboração de demonstrações financeiras seguindo todos os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos vigentes durante o período de transição. O princípio chave da adoção inicial é a aplicação retroativa de todas as demais normas vigentes na data de transição, executando-se certos aspectos estabelecidos pelo IFRS 1 – *First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards*, que especifica os procedimentos a serem seguidos por entidades que efetuam a transição para todo o conjunto de IFRS, ou que estão aplicando-o pela primeira vez (Oliveira & Lemes, 2011).

O principal objetivo do IFRS 1 é o de certificar que a primeira demonstração financeira de acordo com as IFRS contenha informações de alta qualidade, seja transparente para os usuários e comparável para os períodos apresentados, forneça um adequado início para a contabilidade sob os parâmetros das IFRS e possa ser produzida pelos usuários a um custo que não supere os benefícios (Antunes, Antunes & Penteado, 2007).

No Brasil a convergência às IFRS ocorreu com a alteração da Lei nº 6.404/76 por meio das Leis 11.638/07 e 11.941/09. Desde 2010, todas as demonstrações contábeis emitidas pelas organizações brasileiras devem seguir obrigatoriamente os padrões IFRS, sendo exigidas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (Szuster et al., 2008).

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício são os relatórios primários, por apresentarem as contas de patrimônio e de resultado, respectivamente, e os demais demonstrativos são derivados do primeiro (Szuster et al., 2008).

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta todos os elementos patrimoniais, e os classifica em três grupos, sendo um para as contas do Ativo, que compreendem os bens e os direitos, outra para o Passivo, que é responsável pelo registro das obrigações exigíveis, e o terceiro para o Patrimônio Líquido, onde são registradas as obrigações da empresa com os sócios ou acionistas, também chamadas de obrigações não exigíveis (Galvão, 2016). Segundo Szuster et al. (2008), o Balanço Patrimonial é uma fotografia dos bens, direitos e obrigações de uma entidade em determinada data.

A DRE é composta das contas de resultado, apresentando as receitas, os custos e as despesas. Consiste na apuração dos lucros ou prejuízos da empresa em determinado período,

ou melhor, na apuração das receitas auferidas deduzindo as despesas incorridas (Galvão, 2016).

A DMPL demonstra as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido, geralmente são os aumentos do capital social, a apuração e a destinação dos lucros. A rigor, a lei exige das empresas apenas a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, que é uma parte da DMPL, mas em virtude desta trazer mais informações preferem elaborá-la. A DFC evidencia as mutações ocorridas no caixa ou equivalentes. A DVA evidencia a riqueza gerada pela empresa e como ela é distribuída entre os empregados, governo, financiadores e os sócios (Moreira, n.d.).

Após a convergência do Brasil as IFRS muitas discussões ocorreram sobre os impactos da nova lei, com preocupações sobre a magnitude dos ajustes e a perda de comparabilidade das informações contábeis em relação a períodos anteriores. Se houver a perda de comparabilidade, a análise de demonstrações contábeis posteriores à transição completa às IFRS pode ser prejudicada por mudanças nas métricas dos balanços e escolhas contábeis dos diferentes adotantes. Isso se explica devido as IFRS serem baseadas no princípio da essência econômica sobre a forma. Dessa forma, a contabilidade é guiada por princípios, e não por regras (Pasini, 2015).

Na Tabela 1 constam todos os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no período de convergência às normas internacionais de contabilidade, de 2007 a 2011. Cada norma internacional (IAS ou IFRS) possui um documento correspondente do CPC.

Tabela 1

Pronunciamentos Técnicos (CPC) correspondentes as Normas Internacionais de Contabilidade

Descrição	CPC	IASB	Deliberação CVM	Resolução CFC
Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	S/N	<i>Framework</i>	539/08 675/11	1.121/08 1.374/11
Redução ao valor recuperado de ativos	01	IAS 36	527/07 639/10	1.110/07 1.292/10
Efeito das mudanças contábeis nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	02	IAS 21	534/08 640/10	1.120/08 1.295/10
Demonstração dos fluxos de caixa	03	IAS 7	547/08 641/10	1.125/08 1.296/10
Ativo intangível	04	IAS 38	553/08 644/10	1.139/08 1.140/08 1.303/10

Tabela 1
Continuação

Descrição	CPC	IASB	Deliberação CVM	Resolução CFC
Divulgação sobre partes relacionadas	05	IAS 24	560/08 642/10	1.145/08 1.297/10
Operações de arrendamento mercantil	06	IAS 17	554/08 645/10	1.141/08 1.304/10
Subvenção e assistência governamentais	07	IAS 20	555/08 646/10	1.143/08 1.305/10
Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	08	IAS 39 (parte)	556/08 649/10	1.142/08 1.313/10
Demonstração do valor adicionado – DVA	09	--	557/08	1.138/08 1.162/09
Pagamento baseado em ações	10	IFRS 2	562/08 650/10	1.149/09 1.314/10
Contrato de seguro	11	IFRS 4	563/08	1.150/09
Ajuste a valor presente	12	--	564/08	1.151/09
Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da medida provisória nº 449/08	13	--	565/08	1.152/09
Combinação de negócios	15	IFRS 3	580/09 665/11	1.175/09 1.350/11
Estoques	16	IAS 2	575/09	1.170/09 1.273/10
Contratos de construção	17	IAS 11	576/09	1.171/09
Investimento em coligada e em controlada	18	IAS 28	605/09	1.241/09
Participação em empreendimento controlado em conjunto (<i>Joint Venture</i>)	19	IAS 31	606/09 666/11	1.242/09 1.351/11
Custos de empréstimos	20	IAS 23	577/09 672/11	1.172/09 1.359/11
Demonstração intermediária	21	IAS 34	581/09 673/11	1.174/09 1.359/11
Informações por segmento	22	IFRS 8	582/09	1.176/09
Políticas contábeis, mudança de estimativas contábeis e retificação de erro	23	IAS 8	592/09	1.179/09
Evento subsequente	24	IAS 10	593/09	1.184/09
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	25	IAS 37	594/09	1.180/09
Apresentação das demonstrações contábeis	26	IAS 1	595/09 676/11	1.185/09 1.376/11
Ativo imobilizado	27	IAS 16	583/09	1.177/09
Propriedade para investimento	28	IAS 40	584/09	1.178/09
Ativo biológico e produto agrícola	29	IAS 41	596/09	1.186/09
Receitas	30	IAS 18	597/09	1.187/09

Tabela 1
Continuação

Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	31	IFRS 5	598/09	1.188/09
Tributos sobre o lucro	32	IAS 12	599/09	1.189/09
Benefícios a empregados	33	IAS 19	600/09	1.193/09
Demonstrações separadas	35	IAS 27	607/09 667/11	1.239/09 1.351/11
Demonstrações consolidadas	36	IAS 27	608/09 668/11	1.240/09 1.273/10 1.351/11
Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	37	IFRS 1	609/09 647/10	1.253/09 1.306/10
Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	38	IAS 39	604/09	1.196/09
Instrumentos financeiros: apresentação	39	IAS 32	604/09	1.197/09
Instrumentos financeiros: evidenciação	40	IFRS 7	604/09	1.198/09
Resultado por ação	41	IAS 33	636/10	1.287/10
Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41	43	IFRS 1	610/09 651/10	1.254/09 1.315/10 1.319/10
Contabilidade para pequenas e médias empresas (PME)	CPC para PME	IFRS for SMEs	--	1.255/09 1.285/10

Nota. Fonte: Adaptado de “A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade”, de J. A. Costa, C. R. Theóphilo, & M. M. Yamamoto, 2012, pp. 113-115.

2.2.3 Características qualitativas da informação contábil

Os fundamentos teóricos sobre contabilidade foram estabelecidos por muito tempo no Brasil com base em dois documentos sobre a estrutura conceitual da contabilidade. O primeiro documento denominado “Estrutura conceitual básica da contabilidade”, e o segundo intitulado “Princípios fundamentais de contabilidade” (Martins, 1991).

O documento “Estrutura conceitual básica da contabilidade” foi publicado em 1986, tendo a autoria do professor Sérgio de Iudícibus, que na época era membro do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis (IPECAFI). A aprovação e divulgação foram determinadas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e no mesmo ano a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sancionou o mesmo através da deliberação 29/86

(CVM, 1986), estabelecendo como obrigatório o seu uso para empresas brasileiras de capital aberto (Souza, 2016).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) foi o órgão responsável pela emissão do documento “Princípios fundamentais de contabilidade”, em 1993, mediante resolução 750/93 (CFC, 1993). Em 1994 foi introduzido um apêndice à resolução de 1993, com o intuito de detalhar os princípios (Resolução 774/94 – CFC, 1994), e em 1995 o CFC apresentou a definição das características da informação contábil por intermédio da resolução 785/95 (CFC, 1995).

Com a adoção do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), promulgadas pela Lei 11.638/2007, a CVM revogou em 2008 o documento 29/86 (CVM, 1986) e instaurou a deliberação 539/08 (CVM, 2008), e em paralelo o CFC revogou a resolução 785/95 (CFC, 1995) com a resolução 1.121 (CFC, 2008). Foi aprovado também o Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das demonstrações contábeis (CPC, 2008), o qual foi revisado em 2011, tendo o nome alterado para Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00 (R1)). Este pronunciamento foi estruturado de acordo com o documento “*The Conceptual Framework for Financial Reporting*”, emitido pelo IASB, com as mínimas alterações possíveis (CPC 00 R1, 2011).

Tabela 2

Características qualitativas da informação contábil

CLASSIFICAÇÃO	ATRIBUTOS
Características Qualitativas Fundamentais	Relevância Representação Fidedigna
Características Qualitativas de Melhoria	Verificabilidade Tempestividade Compreensibilidade Comparabilidade

Nota. Fonte: Adaptado de “Impacto da ausência da correção monetária na característica qualitativa de comparabilidade da informação: um estudo aplicado às empresas brasileiras de siderurgia e metalurgia listadas na BM&FBovespa”, de Souza (2016, p. 32).

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) efetuou uma mudança no campo de conservadorismo da deliberação 29/86 (CVM, 1986), com a retirada da característica “prudência”, por ser divergente do pressuposto de neutralidade da informação contábil, além de mudanças de nomenclaturas. Quanto à resolução 785/95 (CFC, 1995) ocorreu uma

mudança na nomenclatura “confiabilidade”, que passou para “representação fidedigna”, e todo os outros conceitos foram firmados na atual estrutura conceitual.

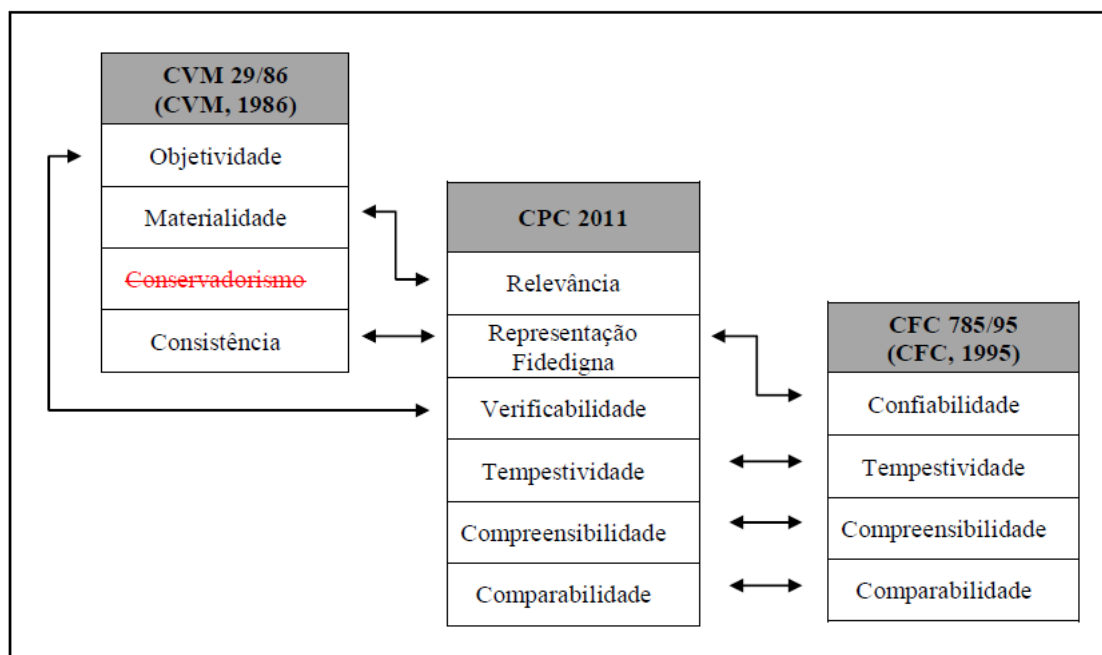


Figura 1. Equivalências das características da informação contábil da CVM 29/86 e CFC 785/95 com a CPC 2011

Fonte: Adaptado de “Impacto da ausência da correção monetária na característica qualitativa de comparabilidade da informação: um estudo aplicado às empresas brasileiras de siderurgia e metalurgia listadas na BM&FBovespa”, de Souza (2016, p. 33).

Em relação à relevância o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) salienta que a “informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários”, devendo possuir valor preditivo (base para projeções), comparatório (comparável com projeções anteriores) ou ambos (CPC 00 R1, 2011, p. 17). Para Hendriksen e Van Breda (1999) a informação relevante é aquela pertinente à questão sendo analisada, sendo que a informação pode ser pertinente ao menos de três maneiras: afetando metas, afetando a compreensão e afetando decisões. Já Iudícibus (2009) associa a relevância com a materialidade, sugerindo que nem tudo que é material (pelo alto valor) é relevante, cabendo a quem produz ou utiliza a informação o julgamento de valor.

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) diz a respeito da representação fidedigna, que para a mesma ser de fato fidedigna é necessário que seja completa, neutra e livre de erro. Contudo, sabe-se da dificuldade de se atingir a perfeição, mas o intuito é maximizar os referidos atributos na extensão que seja possível.

No tocante das características de melhorias, a verificabilidade deriva da necessidade de se assegurar a existência da medida apresentada na informação, em face da possibilidade de vieses por parte do mensurador (Hendriksen & Van Breda, 1999). Para o Pronunciamento

Conceitual Básico (R1), a verificabilidade acarreta em consenso entre os usuários da informação, de que as demonstrações retratam de maneira fidedigna os fenômenos econômicos aos quais se propõe apresentar.

A tempestividade conjectura que para uma informação ser útil deve estar disponível aos seus usuários a tempo de ser utilizada para tomada de decisões. Já a compreensibilidade determina que as informações contidas nos relatórios financeiros devam ser classificadas, caracterizadas e apresentadas de forma clara e concisa (CPC 00 R1, 2011).

A comparabilidade é uma característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles, sendo necessário no mínimo dois itens para realizar o comparativo (CPC 00 R1, 2011, p. 20).

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) ainda salienta que a informação acerca da entidade que reporta a informação será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

Van de Tas (1988) desenvolveu índices de comparabilidade das informações contábeis. O autor determinou três possíveis índices: o índice H representa a probabilidade de que as informações de duas empresas de um mesmo país, aleatoriamente escolhidas, sejam comparáveis, pressupondo-se a existência de um método contábil unificado; o índice C é aplicável a comparabilidade das informações contábeis de empresas localizadas no mesmo país, mas que apresentam métodos diversificadas; e o índice I é utilizado como métrica de comparabilidade de informações de empresas localizadas em diferentes países.

Taplin (2004) deu continuidade ao estudo de Van de Tas desenvolvendo um índice de comparabilidade unificado. O índice T representa a probabilidade de que duas empresas selecionadas aleatoriamente tenham informações contábeis comparáveis, sendo que o índice possui duas variáveis de cálculos, uma aplicável a empresas de um mesmo país e outra a situação de empresas localizadas em diferentes países.

Avaliando do ponto de vista temporal, a comparabilidade implica na análise das informações contábeis em dois períodos, com objetivo de verificar melhoria ou queda no desempenho da empresa ao longo do tempo (Souza, 2016).

A literatura contábil tem explorado a abordagem de análise da comparabilidade das demonstrações contábeis de diferentes países no período pós-convergência aos padrões internacionais preconizados pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o *International Accounting Standards Board* (IASB) (Souza, 2016).

A crescente necessidade de uma maior comparabilidade nas demonstrações financeiras entre os países, derivada das transações internacionais causadas pela globalização, levou ao surgimento da contabilidade internacional, que é o ramo da contabilidade que estuda as normas contábeis com o intuito de conseguir a convergência entre os diferentes países, para solucionar os problemas decorrentes das divergências oriundas do cenário atual. Essa harmonização das normas contábeis tem sido o objetivo de muitos profissionais contábeis, entretanto, o processo de harmonização pode ocorrer mais vagarosamente devido aos vários impedimentos causados pelas diferenças nas práticas e normas contábeis realizadas em cada país ou bloco econômico, assim como, por diferenças culturais, econômicas e legais (Ikuno, Niyama, Santana & Botelho, 2012).

Segundo Kang (2012), a harmonização contábil proposta pelo FASB visa, dentre outros fatores, aumentar a comparabilidade das demonstrações financeiras entre os diversos países que reportam informação. No estudo do autor, ele avaliou os ganhos na comparabilidade da informação entre Alemanha e França nos períodos subsequentes à adoção as IFRS pela Europa em 2005. Os resultados indicaram que a informações são comparáveis no ano subsequente à adoção, contudo, tornam-se menos comparáveis nos anos seguintes. Este fato é explicado pela discricionariedade praticada pelos gestores com o passar do tempo, através do gerenciamento de resultados, em contraponto ao maior rigor em relação à aplicação da norma no momento inicial.

Em estudo semelhante, Yip and Young (2012), verificaram o aumento na comparabilidade das demonstrações contábeis de 17 países da União Europeia, no período posterior à adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade, em relação à comparabilidade no período anterior à adoção.

Demonstrações financeiras mais comparáveis, como as pretendidas pelas IFRS, facilitam os investimentos entre diferentes jurisdições e a integração entre seus mercados de capitais. A comparabilidade pode facilitar a avaliação dos investidores de quais são as empresas mais ou menos lucrativas e de maior ou menor risco, e pode ainda aumentar a liquidez do mercado de capitais e reduzir o custo de capital das empresas (Ribeiro & Braunbeck, 2017).

Para Lima (2011) a adesão das práticas contábeis internacionais esta sujeita ao risco de que a aplicação dos normativos irá variar entre países, em resposta aos incentivos do nível do país e das empresas. Sendo assim, considerando a grande aderência ao padrão IFRS por diversas jurisdições do mundo e que os benefícios econômicos e financeiros ocorrem ou se tornam mais efetivos à medida que essas jurisdições adotem na prática um mesmo conjunto

de normas baseadas em princípios universais, as jurisdições que optaram por usar as IFRS em suas demonstrações contábeis, e o fizeram sem alterações relevantes de suas normas e princípios, permitem a comparabilidade de suas demonstrações com as de outras jurisdições, já as que adotaram as normas IFRS com alterações significativas comprometem a comparabilidade pretendida por esse padrão contábil.

Ikuno, Niyama, Santana e Botelho (2012), compactuam com esse pensamento, ao elucidarem que mesmo diante do avanço da aceitação das normas internacionais ao redor do mundo, deve-se atentar para a convergência de fato por parte dos países. Estudos indicam que ainda há diferenças sistemáticas entre os diversos países, tanto em assuntos triviais como complexos, mesmo após a adesão as IFRS, o que pode resultar em um obstáculo para a comparabilidade. Os estudos destacam também, que a adoção das IFRS, ainda que por países relativamente similares, leva a diferenças na qualidade contábil, e estas existirão mesmo com um grande esforço, devido as diferenças nos incentivos das empresas em emitir informações de alta qualidade.

2.2.4 O grupo dos 20 (G20) e sua adesão às IFRS

O Grupo dos 20, ou popularmente G20, é um fórum informal que promove o debate construtivo entre países industrializados e emergentes, sobre assuntos relacionados à estabilidade econômica global, além de oportunidades de diálogos sobre políticas nacionais e cooperação internacional com as instituições econômico-financeiras internacionais. O G20 é um canal de apoio da arquitetura financeira internacional, e devido a isso, conta ainda com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Santiago, n.d.).

A origem do G20 remete-se a uma reunião ocorrida em 1975 na França, da qual participaram as seis maiores economias mundiais da época (Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), com o objetivo de estabelecer a cooperação entre seus participantes. Tal grupo ficou conhecido como G6. No ano seguinte, o Canadá aderiu a este grupo, tornando-se o G7. Os acontecimentos do final do Século 20 acarretaram enormes mudanças à realidade mundial, e o G7 tornou-se um grupo obsoleto e considerado elitista. Neste período, a Alemanha foi unificada, e a União Soviética se dissolveu (Santiago, n.d.).

O G20 foi criado formalmente na reunião de 25 de setembro de 1999 dos Ministros das Finanças do G7, como um novo mecanismo para ampliar o diálogo sobre as principais questões de política econômica e financeira entre economias sistematicamente significativas,

e promover a cooperação para alcançar um crescimento mundial estável e sustentável que beneficie a todos. Para lançar o G20 em sua primeira reunião ministerial em Berlim, em dezembro de 1999, os Ministros das Finanças do G7 deveriam convidar contrapartes de vários países importantes de regiões ao redor do mundo, além de representantes da União Europeia, do FMI e do Banco Mundial (University of Toronto, 2010).

A maior herdeira da dissolução da União Soviética, a Rússia, iniciou-se na economia de mercado, tendo sua importância reconhecida pelo G7, que acolheu o país ainda no fim dos anos 90. Assim, o G7 tornou-se G8 (Vieira, 2015).

Com os novos tempos, foi verificada a necessidade de maior cooperação com as economias emergentes. Em novembro de 2008, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, convidou os líderes dos países do G20 para uma reunião em Washington, capital estadunidense. O objetivo da reunião era encontrar uma solução para a crise financeira que assolava todo o mundo, e que teve origem nos Estados Unidos. Essa foi a primeira reunião de Cúpula do G20 (Souza, 2017).

Após a reunião de 2008 em Washington a importância do G20 cresceu, e diante da crise econômica mundial, os líderes participantes anunciaram em 25 de setembro de 2009 que o G20 seria o novo conselho internacional permanente de cooperação econômica, eclipsando assim o G8 (CNN, 2009).

O G20 é constituído, portanto, pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Os países membros são representados pelos Ministros de finanças e Chefes dos Bancos Centrais, enquanto a União Europeia, por ser um bloco econômico e político, é representada pela Presidência Rotativa do Conselho Europeu e pelo Chefe do Banco Central europeu. Fazem parte do G20 os oito países mais ricos e influentes do mundo, o G8 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia), e onze países emergentes (África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México e Turquia) (Lesme, n.d.).

Os países do G20 representam: 90% do PIB mundial, 75% do comércio global internacional, 2/3 da população mundial, 84% das reservas de combustíveis fósseis do mundo e 80% dos investimentos mundiais (Bezerra, 2018).

Os integrantes do G20 se reúnem duas vezes ao ano, sendo que um encontro envolve os Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais de cada membro (reunião ministerial), e o outro encontro é dedicado aos Chefes de Estado (reunião de cúpula). O G20 não possui direção permanente, com o intuito de manter o fórum como um ambiente democrático. A presidência é anual e rotativa entre seus membros, sendo que o país presidente

deve montar um secretariado provisório durante sua gestão. A presidência funciona por um sistema denominado “troika”, onde se apoiam o país membro passado, o atual e o que presidirá futuramente (Souza, 2017).

A convergência às IFRS ocorre de forma voluntária pelos países, pois o IASB não tem poder de forçar qualquer jurisdição a utilizar seus padrões. Contudo, o Parlamento Europeu, ao determinar em 2005 que as demonstrações contábeis consolidadas das empresas do bloco europeu necessariamente seriam publicadas segundo as IFRS, deu ao IASB o reconhecimento de que ele precisava. Desde então, a adoção das IFRS tem sido extremamente abrangente, sendo adotadas ou requeridas por mais de 100 países (Thiry-Cherques, 2011).

O estágio do processo de convergência às IFRS pelos países do G20 é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3

Países do G20 e seus respectivos planos de convergência às IFRS

Países	Situação quanto aos planos de convergência às IFRS
Argentina	Obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2012
Austrália	Obrigatório para todas as empresas do setor privado e como base para a divulgação do setor público desde 2005
Brasil	Obrigatório para as demonstrações contábeis consolidadas de bancos e companhias abertas a partir de 31 de dezembro de 2010, e para demonstrações contábeis individuais, progressivamente, desde janeiro de 2008
Canadá	Obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2011 para todas as companhias abertas e permitido para entidades do setor privado, incluindo aquelas sem fins lucrativos
China	As empresas já adotam as IFRS desde 2006
União Europeia	Todos os países membros da UE são obrigados a adotar as IFRS desde 2005
França	Obrigatório desde 2005
Alemanha	Obrigatório desde 2005
Índia	Obrigatório a partir de 1 de abril de 2016 para empresas com patrimônio líquido de R\$ 500 Crore ou mais
Indonésia	Processo de convergência em curso, atualmente, não existe um plano para a adoção completa das IFRS
Itália	Obrigatório desde 2005
Japão	Permitida a partir de 2010 para algumas empresas internacionais; decisão no processo de considerar e decidir a adoção obrigatória de IFRS por empresas públicas
México	Obrigatório desde 2012
Coréia do Sul	Obrigatório desde 2011, exceto para os bancos mútuos de poupança, os quais devem adotar os K-IFRS dos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016

Tabela 3
Continuação

Rússia	Obrigatório desde 2012
Arábia Saudita	Obrigatório para empresas bancárias e de seguro. A convergência total com as IFRS ainda esta em estudo
África do Sul	Obrigatório para as companhias abertas desde 2005
Turquia	Obrigatório para as companhias abertas desde 2005
Reino Unido	Obrigatório desde 2005
Estados Unidos	Permitido para os emissores estrangeiros nos EUA desde 2007

Nota. Fonte: Adaptado de “Adoção das IFRS: análise dos impactos nas relações comerciais nos países do G20”, de Souza e Botinha (2017, p. 6).

É possível observar na Tabela 3 que alguns países apresentaram maior resistência do que outros, para a adoção das normas internacionais de contabilidade. Índia, Indonésia, Estados Unidos, Japão, China e Arábia Saudita ainda apresentam uma indecisão em relação ao processo de convergência (Souza & Botinha, 2017).

Os conselhos do IASB e FASB vêm sendo pressionados para a conclusão da convergência às normas internacionais. O G20 afirmou em comunicado após reunião de cúpula em Pittsburgh, EUA, em setembro de 2009, que estão conclamando aos seus órgãos contábeis internacionais para redobram seus esforços para completar seu projeto de convergência até junho de 2011. Em junho de 2010, em nova reunião de cúpula em Toronto, o G20 “incitou” ambos os conselhos a completarem seus projetos de convergência até o final de 2011 (Zeff, 2014).

Em 2012, em entrevista a Revista Brasileira de Contabilidade, Hans Hoogervorst, presidente do IASB, falou a respeito do processo de convergência dos países do G20 às IFRS. Segundo ele, das jurisdições restantes a adesão, as quatro mais importantes que ainda não se comprometeram formalmente com as IFRS são China, Índia, Japão e Estados Unidos. No entanto, cada uma dessas jurisdições está avançando bem em seu trabalho para adotar as IFRS. Em relação a adoção dos Estados Unidos às IFRS, Hans Hoogervorst ainda disse que vê como uma questão de quando, e não de se, os EUA virão a bordo (Santos, 2012).

2.3 Inflação e Contabilidade

2.3.1 Inflação e hiperinflação

A inflação é definida como um processo de elevação de preços que ocorre sempre que há procura maior do que a capacidade de uma economia produzir determinado bem ou serviço. Em resumo, a inflação pode ser de oferta, quando há escassez de produto, ou de demanda, quando a procura é maior do que a quantidade ofertada (Mundo Carreira, 2014).

Para Krugman e Wells (2007), a inflação do ponto de vista econômico, pode ser explicada utilizando o exemplo dos salários de um trabalhador. Se os honorários de um determinado ano forem comparados com os honorários de anos depois, ocorre a impressão de que o valor aumentou expressivamente, imagina-se a princípio que a quantidade de vezes do aumento é proporcional à quantidade adicional de bens e serviços que esse trabalhador pode comprar. No entanto, este aumento observado é apenas nominal, pois com o passar do tempo, o nível de preço de um mesmo bem ou serviço pode sofrer aumento, em função de diversas políticas adotadas em uma economia. Dessa forma, quando esse nível de preço aumenta, se diz que a economia experimenta a inflação, pois o aumento real de poder aquisitivo é menor que o aumento verificado pelos números nominais.

Do ponto de vista financeiro, a inflação é tratada conjuntamente ao conceito de juros e, por conseguinte, do retorno real de investimentos. A inflação é o incremento generalizado dos preços dos vários bens e serviços transacionais (Assaf, 2007).

Berk e DeMarzo (2009) completam em relação aos efeitos financeiros da inflação em face ao conceito de juros, que as taxas de juros que são cotadas por bancos e outras instituições financeiras, e que são utilizadas para descontar fluxos de caixas, são chamadas de taxas de juros nominais, e indicam a taxa pela qual seu dinheiro rende se investido por determinado período. Se os preços na economia estiverem crescendo devido a inflação, a taxa de juros nominal não representará o aumento no poder aquisitivo que resulta de investimentos. A taxa de crescimento de seu poder aquisitivo, após o ajuste pela inflação, é determinada pela taxa de juros real.

A inflação é prejudicial à economia do país, podendo ocasionar vários problemas e distorções econômicas. São consideradas altas as taxas de inflação superiores a 6% ao ano. Com a inflação elevada ocorre a desvalorização da moeda, prejudicando a economia. Como o salário dos consumidores não sofre reajustes constantes como os dos produtos, o poder de compra da população cai, sendo necessário mais dinheiro para comprar a mesma mercadoria (Mundo Carreira, 2014).

A hiperinflação ocorre quando a inflação fica elevadíssima e fora de controle. Além de corroer o poder de compra do consumidor, a alta generalizada e contínua dos preços costuma provocar recessão e desvalorização acentuada da moeda (Rossi, 2011).

No Brasil, a hiperinflação ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990, quando a inflação galopante chegou a superar os 80% ao mês, ou seja, o mesmo produto chegava a quase dobrar de preço de um mês para o outro. Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), mostram que entre 1980 e 1989, a inflação média no país foi de 233,5% ao ano. Na década seguinte, entre os anos de 1990 e 1999, a variação anual subiu para 499,2% (Rossi, 2011).

As causas da hiperinflação no país estão relacionadas ao aumento de gastos públicos durante o governo militar e pela elevação do endividamento externo, agravado pela crise mundial proveniente do aumento dos preços do petróleo e da retração na taxa de expansão econômica. No final da década de 60, e início da década de 70, a economia brasileira cresceu em torno de 10% ao ano, a base de empréstimos internacionais. A partir de 1973, quando a crise internacional do petróleo fez o barril subir 400% em três meses, a economia brasileira começou a apresentar taxas de inflação crescentes. O PIB do Brasil começou a não crescer como antes, e em 1980 o Brasil possuía um cenário de inflação, dívida externa elevada e indústria defasada. Apesar da crise do petróleo ter iniciado a hiperinflação no Brasil, ela se intensificou com as desvalorizações da moeda, para manter o país competitivo, e pelo aumento do dinheiro em circulação para financiar a dívida externa (Rossi, 2011).

Foram cerca de 15 anos de inflação acima de dois dígitos, onde, comerciantes remarcavam todos os dias os valores das mercadorias, que sumiam rapidamente das prateleiras, devido a população estocar mantimentos, temendo as sucessivas altas. Preços e salários eram reajustados imediatamente após a divulgação da inflação do mês anterior, levando a um efeito “bola de neve”, em que a inflação de um mês era instantaneamente repassada para o mês seguinte. Com essa situação quem mais perdia eram os mais pobres, que não podiam se defender das perdas colocando o dinheiro em aplicações que rendessem juros diários e acompanhassem a desvalorização da moeda (Rossi, 2011).

Com a introdução do Plano Real, a inflação anual medida através do IGP-DI (Índice geral de preços – Diário), caiu de 2.708,17% para 14,71% em 1995, e o governo anunciou o controle da inflação (Gorla, Oliveira & Lavarda, 2010).

Com o intuito de manter a inflação controlada, a política monetária brasileira mudou de um sistema de câmbio administrativo (CA), em operação entre 1995 e meados de 1999, para o de metas para a inflação (IT - *inflation targeting*), utilizado desde então. Os valores

médios da inflação caíram no período, passando de 9% (CA) para 7% a.a (IT), e o desvio padrão se reduziu de 11 (CA) para 5 (IT). Dessa forma, percebe-se que as variações nos preços se tornaram menores e menos voláteis desde a adoção do IT (Lopes & Soares, 2018).

Segundo Steve Hanke, professor de Economia Aplicada da Universidade Johns Hopkins, em Baltimore (EUA), um dos maiores especialistas em hiperinflação, houve 58 casos de hiperinflação no mundo, dentre eles o episódio do Brasil entre 1989 e 1990, e o caso mais recente de hiperinflação no mundo, que é a Venezuela. Hanke é um dos autores da “Tabela de hiperinflação mundial”, que passou a incluir a Venezuela em novembro de 2016, na época os preços subiam a um ritmo mensal de 219% e se duplicavam a cada 18 dias, até agosto de 2018, a alta acumulada dos preços nos últimos meses alcançou 65.000% (BBC, 2018).

A maior taxa de hiperinflação mensal da história foi registrada na Hungria, em julho de 1946. O país apresentou uma taxa de 41.900.000.000.000.000%, quase 42 quatrilhões por cento, que representa uma taxa de inflação diária de 207%, e o que significa que os preços dobravam a cada 15 horas (Hanke, 2014).

A segunda maior taxa de hiperinflação ocorreu no Zimbábue em 2008, onde ocorreu uma taxa de inflação diária de 98% e os preços duplicavam a cada 25 horas, a taxa mensal de inflação neste período chegou a 79.000.000.000%. Na República Federativa da Iugoslávia, em 1994, ocorreu o terceiro pior episódio de hiperinflação da história, onde a taxa de inflação diária era de 65%, os preços duplicavam a cada 34 horas, e os preços subiam 313.000.000% ao mês (BBC, 2018).

Temos na Tabela 4, 57 episódios de hiperinflação dos 58 ocorridos no mundo, segundo a atualização realizada em 2016 na tabela mundial de hiperinflação de Steve Hanke e Nicholas Krus.

Tabela 4

Tabela mundial de hiperinflação de Hanke-Krus (2013, alterada 2016)

Localização	Início	Fim	Mês com maior taxa de inflação	Maior taxa de inflação mensal	Taxa de inflação diária	Tempo para os preços dobrarem	Moeda	Tipo de índice de preços
Hungria	ago/1945	jun/1946	jun/1946	$4,19 \times 10^{16}\%$	207%	15,0 horas	Pengo	Varejo
Zimbábue	mar/2007	½nov/2008	½nov/2008	$7,96 \times 10^{10}\%$	98%	24,7 horas	Dólar	Taxa de Cambio implícita
Iugoslávia	abr/1992	jan/1994	jan/1994	$3,13 \times 10^6\%$	64,6%	1,41 dias	Dinar	Varejo
República Sérvia	abr/1992	jan/1994	jan/1994	$2,97 \times 10^6\%$	64,3%	1,41 dias	Dinar	Varejo

Tabela 4
Continuação

Localização	Início	Fim	Mês com maior taxa de inflação	Maior taxa de inflação mensal	Taxa de inflação diária	Tempo para os preços dobrarem	Moeda	Tipo de índice de preços
Alemanha	ago/1922	dez/1923	out/1923	29500%	20,9%	3,7 dias	Papiermark	Atacado
Grécia	mai/1941	dez/1945	out/1944	13800%	17,9%	4,27 dias	Drachma	Taxa de cambio
China	out/1947	½mai/1949	abr/1949	5070%	14,1%	5,34 dias	Yuan	Atacado Xangai
Cidade de Danzig	ago/1922	½out/1923	set/1923	2440%	11,4%	6,52 dias	Papiermark Alemão	Taxa de cambio
Armênia	out/1993	dez/1994	nov/1993	438%	5,77%	12,5 dias	Dram e Rublo Russo	Varejo
Turcomenistão	jan/1992	nov/1993	nov/1993	429%	5,71%	12,7 dias	Manat	Varejo
Taiwan	ago/1945	set/1945	ago/1945	399%	5,5%	13,1 dias	Yen	Atacado Taipei
Peru	jul/1990	ago/1990	ago/1990	397%	5,49%	13,1 dias	Inti	Varejo
Bósnia e Herzegovina	abr/1992	jun/1993	jun/1992	322%	4,92%	14,6 dias	Dinar	Varejo
França	mai/1795	nov/1796	½ago/1796	304%	4,77%	15,1 dias	Mandat	Taxa de cambio
China	jul/1943	ago/1945	jun/1945	302%	4,75%	15,2 dias	Yuan	Atacado Xangai
Ucrânia	jan/1992	nov/1994	jan/1992	285%	4,6%	15,6 dias	Rublo Russo	Varejo
Polônia	jan/1923	jan/1924	out/1923	275%	4,5%	16,0 dias	Marka	Atacado
Nicarágua	jun/1986	mar/1991	mar/1991	261%	4,37%	16,4 dias	Córdoba	Varejo
Congo (Zaire)	nov/1993	set/1994	nov/1993	250%	4,26%	16,8 dias	Zaire	Varejo
Rússia	jan/1992	jan/1992	jan/1992	245%	4,22%	17,0 dias	Rublo	Varejo
Bulgária	fev/1997	fev/1997	fev/1997	242%	4,19%	17,1 dias	Lev	Varejo
Moldávia	jan/1992	dez/1993	jan/1992	240%	4,16%	17,2 dias	Rublo Russo	Varejo
Venezuela	nov/2016	em progresso	nov/2016	219%	3,94%	17,9 dias	Bolívar	Taxa de cambio
Rússia/USSR	jan/1922	fev/1924	fev/1924	212%	3,86%	18,5 dias	Rublo	Varejo
Geórgia	set/1993	set/1994	set/1994	211%	3,86%	18,6 dias	Coupon	Varejo
Tajiquistão	jan/1992	out/1993	jan/1992	201%	3,74%	19,1 dias	Rublo Russo	Varejo
Geórgia	mar/1992	abr/1992	mar/1992	198%	3,70%	19,3 dias	Rublo Russo	Varejo
Argentina	mai/1989	mar/1990	jul/1989	197%	3,69%	19,4 dias	Austral	Varejo
Bolívia	abr/1984	set/1985	fev/1985	183%	3,53%	20,3 dias	Boliviano	Varejo
Bielorússia	jan/1992	fev/1992	jan/1992	159%	3,22%	22,2 dias	Rublo Russo	Varejo
Quirguistão	jan/1992	jan/1992	jan/1992	157%	3,20%	22,3 dias	Rublo Russo	Varejo
Cazaquistão	jan/1992	jan/1992	jan/1992	141%	2,97%	24,0 dias	Rublo Russo	Varejo
Áustria	out/1921	set/1922	ago/1922	129%	2,80%	25,5 dias	Crown	Varejo
Bulgária	fev/1991	mar/1991	fev/1991	123%	2,71%	26,3 dias	Lev	Varejo
Uzbequistão	jan/1992	fev/1992	jan/1992	118%	2,64%	27,0 dias	Rublo Russo	Varejo
Azerbaijão	jan/1992	dez/1994	jan/1992	118%	2,63%	27,0 dias	Rublo Russo	Varejo

Tabela 4
Continuação

Localização	Início	Fim	Mês com maior taxa de inflação	Maior taxa de inflação mensal	Taxa de inflação diária	Tempo para os preços dobrarem	Moeda	Tipo de índice de preços
Congo (Zaire)	out/1991	set/1992	nov/1991	114%	2,57%	27,7 dias	Zaire	Varejo
Peru	set/1988	set/1988	set/1988	114%	2,57%	27,7 dias	Inti	Varejo
Taiwan	out/1948	mai/1949	out/1948	108%	2,46%	28,9 dias	Taipei	Atacado Taipei
Hungria	mar/1923	fev/1924	jul/1923	97,9%	2,30%	30,9 dias	Crown	Varejo
Chile	out/1973	out/1973	out/1973	87,6%	2,12%	33,5 dias	Escudo	Varejo
Estônia	jan/1992	fev/1992	jan/1992	87,2%	2,11%	33,6 dias	Rublo Russo	Varejo
Angola	dez/1994	jan/1997	mai/1996	84,1%	2,06%	34,5 dias	Kwanza	Varejo
Brasil	dez/1989	mar/1990	mar/1990	82,4%	2,02%	35,1 dias	Cruzado e Cruzeiro	Varejo
República do Congo	ago/1998	ago/1998	ago/1998	78,5%	1,95%	36,4 dias	Franco	Varejo
Polônia	out/1989	jan/1990	jan/1990	77,3%	1,93%	36,8 dias	Zloty	Varejo
Armênia	jan/1992	fev/1992	jan/1992	73,1%	1,85%	38,4 dias	Rublo Russo	Atacado
Tadjiquistão	out/1995	nov/1995	nov/1995	65,2%	1,69%	42,0 dias	Rublo Tadjique	Atacado
Letônia	jan/1992	jan/1992	jan/1992	64,4%	1,67%	42,4 dias	Rublo Russo	Varejo
Turcomenistão	nov/1995	jan/1996	jan/1996	62,5%	1,63%	43,4 dias	Manat	Varejo
Filipinas	jan/1944	dez/1944	jan/1944	60,0%	1,58%	44,9 dias	Dinheiro japonês	Varejo
Iugoslávia	set/1989	dez/1989	dez/1989	59,7%	1,57%	45,1 dias	Dinar	Varejo
Alemanha	jan/1920	jan/1920	jan/1920	56,9%	1,51%	46,8 dias	Papiermark	Atacado
Cazaquistão	nov/1993	nov/1993	nov/1993	55,5%	1,48%	47,8 dias	Tenge e Rublo Russo	Varejo
Lituânia	jan/1992	jan/1992	jan/1992	54,0%	1,45%	48,8 dias	Rublo Russo	Varejo
Bielorrússia	ago/1994	ago/1994	ago/1994	53,4%	1,44%	49,3 dias	Rublo Bielorrusso	Varejo
Taiwan	fev/1947	fev/1947	fev/1947	50,8%	1,38%	51,4 dias	Taipei	Atacado Taipei

Nota. Fonte: Adaptado de “On Measuring Hyperinflation: Venezuela’s Episode”, de Hanke e Bushnell (2017, p. 8-9).

Na atualidade, com exceção da Argentina, nenhum dos países participantes do grupo dos 20 apresentam índices de inflação considerados como de economias hiperinflacionárias, contudo, alguns países apresentam índices de inflação altos. No início de 2016, por exemplo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas) divulgou a inflação oficial do Brasil acumulada no ano de 2015, com o percentual de 10,67%. Este resultado colocou o Brasil na posição de terceira maior inflação entre as 20 maiores economias do mundo neste ano. O país perde para a Argentina, com inflação de 14,30% ao ano, e Rússia, com alta de 12,90% ao ano

nos preços. Em quarto lugar está a Turquia (8,81%), seguida por Índia (5,41%), África do Sul (4,80%), Indonésia (3,35%), Arábia Saudita (2,30%) e México (2,13%) (R7, 2016).

Entre os países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a China é o que possui a menor taxa de inflação (1,5%). Os outros países do G20 possuem inflação menor do que a taxa chinesa. A Austrália tem alta de preços de 1,5% ao ano, o Canadá registra 1,4% e a Coreia do Sul tem 1,3%. Em seguida vem as taxas de inflação mais baixas do G20, com Estados Unidos com 0,5%, Alemanha e Japão com 0,3% cada, Zona do Euro com 0,2%, Itália e Reino Unido com 0,1% cada um, e com taxa de inflação zero, a França (R7, 2016).

Na Figura 2 temos o demonstrativo da variação média anual da inflação em comparação a expansão monetária de dez países membros do G20 (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, México, Estados Unidos, Japão, Alemanha e França) nos anos de 2004 à 2014, onde, é possível verificar que países com inflação mais alta são os que mais esticam o volume de moeda corrente na economia. Em outras palavras, quando o governo eleva muito o estoque de moeda em circulação os preços crescem mais rapidamente, e conseqüentemente maior a taxa de inflação a longo prazo.

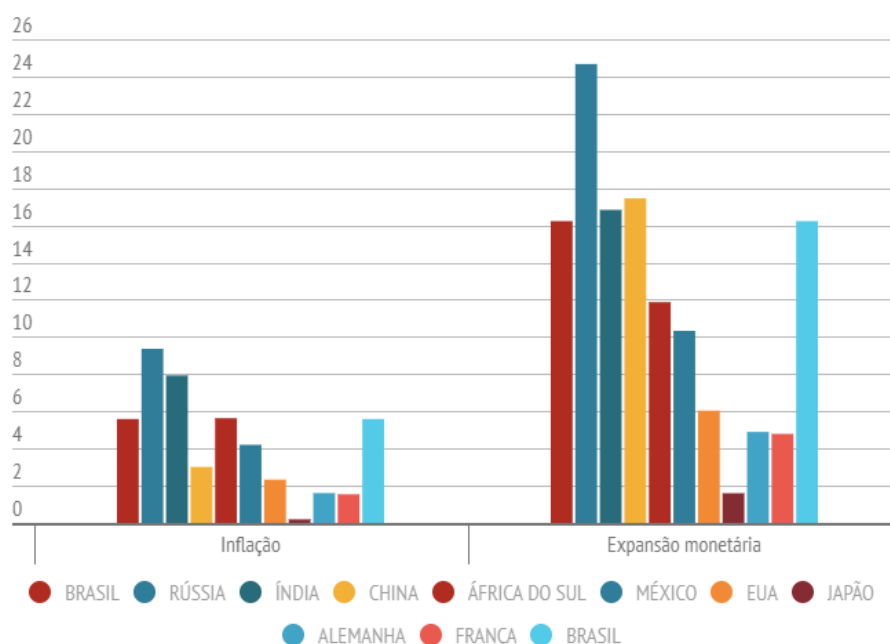


Figura 2. Variação média anual das taxas, entre 2004 à 2014 (%)

Fonte: Adaptado de “O que pressiona a inflação no longo prazo”, porque.Uol, n.d. Recuperado de <http://porque.uol.com.br/cards/o-que-pressiona-a-inflacao-no-longo-prazo/>

Na Figura 2 podemos observar que a Rússia apresenta a taxa de inflação mais alta (9%), e também a maior expansão monetária (24%). Proporcionalmente, os outros países também apresentam taxas de inflação equivalentes a expansão monetária, com exceção do

Brasil tendo uma taxa de inflação de 5% apresentou expansão monetária de 16%, enquanto a Índia apresenta a mesma expansão monetária, com uma taxa de inflação mais alta (7%), o que mostra um comportamento mais positivo do Brasil, que teve a mesma expansão com menos inflação. O outro caso na figura é uma exceção na expansão monetária proporcional a maior inflação é a China, que apresenta expansão monetária de 17% e apenas 3% de inflação.

Sob uma forte crise econômica a Argentina fechou o ano de 2018 com inflação de 47,6%. Este índice é o segundo mais alto da América Latina, perdendo apenas para os quase 1.700.000% registrados pela Venezuela. O patamar de inflação alcançado pela Argentina é o mais alto desde 1991 (Brasil Econômico, 2019).

2.3.2 Índices inflacionários

Independente da metodologia utilizada para correção de demonstrações contábeis, um aspecto prático e relevante é a escolha adequada de um índice geral de preços para este fim (Oliveira, Marques & Canan, 2007).

O termo índice de preços refere-se a um número que permite acompanhar a evolução do preço de um determinado produto (ou de uma cesta de produtos), no tempo. A taxa de inflação, tradicionalmente chamada de índice de inflação, expressa a variação de um número índice calculado a partir da média ponderada de preços de vários bens, que são previamente estabelecidos por um determinado instituto de pesquisa. Os índices podem ser muito úteis porque, dentre outras coisas, permitem avaliar a estabilidade da economia nacional, verificar o comportamento dos preços de determinados produtos e, conseqüentemente, o seu impacto sobre a renda da população, realizar atualizações de valores monetários históricos, e corrigir contratos entre pessoas jurídicas, pessoas jurídicas e pessoas físicas, e entre pessoas físicas (Roessing, Lazzarotto & Mello, 2003).

Devido ao interesse dos profissionais da área, em especial, nas relações de preços, quantidades e valores, têm-se os índices mais utilizados relacionados a essas variáveis. O processo de transformar valores nominais ou correntes em valores constantes ou reais denomina-se deflacionamento. Através dessa prática é possível equiparar valores de diversas datas ao valor da data base (Pereira & Ramalho, 1998).

A realização do deflacionamento é bem simples, ocorre dividindo-se os valores nominais de diversos períodos por um deflator (o qual é um índice de preços com base fixa). Dessa forma, a problemática não se encontra no processo de deflacionamento, contudo, se dá

no momento de escolher entre os variados índices e definir qual será o melhor deflator. A utilização de um deflator ou índice é o método de traduzir as demonstrações contábeis em moeda de valor constante. A moeda de valor constante representa a moeda ou unidade monetária que a qualquer tempo é passível de comparação para efeito analítico (Gorla, Oliveira & Lavarda, 2010).

A inflação é medida, acompanhada e regulamentada pelo governo federal, auxiliado por órgãos governamentais, como o Banco Central, Ministério da Fazenda e Economia, entre outros ministérios, secretarias, entidades, institutos e fundações importantes para o bom andamento da economia brasileira (Silva, 2019).

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é o índice oficial de inflação do governo brasileiro e verifica o custo de vida das famílias com renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos, que residem nas principais capitais brasileiras. Ele é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (Oliveira, 2019).

O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) é um índice de referência para avaliação do poder de compra do consumidor, medindo a variação de preços de um conjunto fixo de bens e serviços componentes de despesas habituais de famílias com nível de renda entre 1 e 33 salários mínimos mensais (Oliveira, 2019).

O Brasil utiliza o IPCA como índice oficial para a mensuração da inflação no país, contudo, a forma de medição mais utilizada no mundo é através do IPC. Cada índice tem sua própria taxa de inflação, pois cada família tem uma cesta diferente de consumo, dessa forma, se torna impossível fazer este cálculo para todo mundo, o ideal é utilizar um índice que tenha uma composição próxima aos seus padrões de consumo. A escolha do índice correto, desse modo, depende do padrão de consumo de cada setor, doravante, o IPCA ganhou uma maior importância, por ser utilizado pelo governo para guiar suas metas de inflação, mas nem sempre é o ideal a ser aplicado (InfoMoney, 2011).

2.3.3 Evolução normativa das práticas de correção monetária

A correção monetária pode ser definida com o emprego do termo “indexação”, que apresenta o mesmo significado. Segundo Martins e Assaf (1986, p. 45) “a indexação pode ser considerada como o processo de transformar determinados valores nominais, em moeda representativa de um mesmo poder aquisitivo posterior”.

Na visão de Miazzi, Nascimento, Parinos e Santos (2015) a correção monetária é o ajuste dos valores financeiros, de acordo com os índices inflacionários de um período, tendo como causa a perda ou ganho no poder aquisitivo da moeda econômica, onde atualiza os valores para a data presente, gerando informações imprescindíveis da empresa em seu todo.

A necessidade da correção monetária ocorre por consequência de os fatos contábeis serem dinâmicos e contabilizados em períodos diferentes, para que se tenham as demonstrações financeiras com os itens patrimoniais expressando a mesma capacidade aquisitiva, se faz necessária a adoção de um índice que reflita adequadamente a variação da inflação do período (Yamamoto, 1988).

Para Pinto (2012), a correção monetária é o reconhecimento de um fato econômico real visando preservar o capital investido. Ela busca excluir distorções dos balanços, como a desatualização da expressão monetária do custo histórico, a subavaliação dos ativos não monetários, e a subavaliação do capital aplicado e do capital próprio. Resumidamente, a correção monetária tem por objetivo reconhecer os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional, mediante o ajustamento dos valores históricos dos componentes patrimoniais.

A correção monetária é uma criação genuinamente brasileira. A expressão correção monetária surgiu pela primeira vez em 1956, no seio de um grupo de trabalho criado junto ao Conselho de Desenvolvimento, com o objetivo de estudar a implantação de um novo regime financeiro para as empresas de energia elétrica. O anteprojeto de lei elaborado por este grupo acabou sendo adotado mais tarde, com pequenas variações, pela Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, que alterou a legislação do Imposto de Renda, e deu novo tratamento à reavaliação dos ativos das empresas (Jansen, 2014).

A evolução das práticas de correção monetárias no Brasil pode ser dividida em três fases. A primeira fase ocorreu em 1958 com a Lei nº 3.470/58 (Brasil, 1958), que representou o início da correção monetária no país, ainda de forma opcional. Essa lei possui caráter predominantemente fiscal e intimamente societário. A segunda fase ocorreu em 1976 com a Lei nº 6.404/76 (Brasil, 1976), que contribuiu de forma importante no aumento da qualidade das demonstrações financeiras. O método desenvolvido com esta legislação ficou conhecido como correção monetária de balanços (CMB). A terceira fase ocorreu quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) expediu a instrução 64/87 (CVM, 1987) determinando a correção monetária integral (CMI) das demonstrações contábeis. Nesta fase concretizaram-se os resultados do aprimoramento técnico da correção monetária por importantes teóricos da

contabilidade brasileira. Estas três fases foram sucedidas pela proibição das práticas de correção, através da lei nº 9.249/95 (Souza, 2016).

No período inicial das práticas de correção monetária, a lei nº 3.470/58 concedeu a correção dos custos de aquisição do ativo imobilizado pelos coeficientes divulgados pelo conselho nacional de economia, mas a compensação deste registro contábil deveria refletir, impreterivelmente, em aumento do capital social. Além disso, as empresas que precedessem a correção eram obrigadas a recolher aos cofres públicos, a título de imposto de renda na fonte, o valor correspondente a 10% de correção. Este imposto não dava direito a posterior compensação na apuração do imposto de renda sobre o lucro tributável, e não era permitido o uso da depreciação oriunda da correção do ativo imobilizado para fins de crédito na apuração deste imposto (Souza, 2016).

No ano de 1964 foi criada a lei, nº 4.357/64 (Brasil, 1964), que tornou obrigatória a correção monetária do custo de aquisição dos ativos imobilizados. Esta lei determinou também o lançamento de obrigações do tesouro nacional (OTN), com prazos de vencimentos de três e vinte anos, e introduziu a possibilidade da utilização da depreciação relativa à correção para fins de abatimento da base de cálculo do imposto de renda.

O método de correção apresentado nesta norma era falho em alguns aspectos, como a defasagem de pelo menos um ano na correção do ativo imobilizado, que só era realizada após o encerramento do exercício. Esta circunstância distorcia a característica qualitativa tempestividade, que foi preconizada posteriormente pela CPC 2011 (Santos, 1980).

A lei nº 6.404/76 em 1976 levou a essenciais mudanças em relação a lei anterior. A correção monetária foi estendida dos custos de aquisição do imobilizado aos custos de aquisição de todo o grupo do ativo permanente, incluindo as depreciações acumuladas e os valores registrados no ativo diferido. Além disso, foi introduzida a correção do saldo de patrimônio líquido. A correção monetária representava um aumento no saldo das próprias contas patrimoniais elegíveis, com exceção do capital social, cuja contagem da correção era efetuada em reserva no patrimônio líquido para posterior integralização de capital. A contrapartida da contabilização era efetuada em conta de resultado de correção monetária, sendo que para o ativo permanente registrava-se receita, e para o patrimônio líquido o ajuste correspondia a uma despesa (Souza, 2016).

Segundo Oliveira, Marques e Canan (2007), a correção monetária de balanços (CMB) reconhece os efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, aplicando um índice geral de preços, com o objetivo de corrigir os valores do ativo permanente e patrimônio líquido (itens não-monetários). A contrapartida das correções deve ser lançada em uma conta denominada

“correção monetária”, cujo saldo é transferido para o resultado como despesa, se devedor, ou como receita, se credor. Essa técnica considerada, indiretamente, os efeitos da inflação registrados em uma única conta na demonstração dos resultados, onde, se representa a diferença líquida em ganhos nos passivos monetários, perdas nos ativos monetários e correção monetária não efetuada das receitas e despesas do exercício.

Esta nova forma de correção monetária das demonstrações financeiras era expressivamente avançada e eliminou falhas da legislação anterior, melhorando consideravelmente a qualidade destas demonstrações (Santos, 1980). Para Porto (1998), a existência deste mecanismo de correção monetária de balanços foi a alternativa necessária para conservar a principal característica da moeda, que é a de servir como unidade de medida.

Apesar das melhorias angariadas com a lei nº 6.404/76 o país passou nos anos posteriores por constantes elevações nas taxas de inflação, e devido a isso foi instaurada a instrução 64/87 (CVM, 1987), visando a melhoria da qualidade da informação por meio de demonstrações financeiras complementares às elaboradas com base na legislação societária, com correção monetária integral (CMI). Na CMI, os efeitos da inflação são reconhecidos em todos os componentes do patrimônio, além de explicitar os efeitos da inflação sobre cada conta, todavia, para a utilização dessa técnica é preciso proceder a certos ajustes nas demonstrações contábeis originais. O grande diferencial desse método é a apresentação do resultado de correção monetária de forma analítica, vinculando diretamente os efeitos da inflação aos respectivos itens (Oliveira, Marques & Canan, 2007).

A finalidade maior do sistema de correção monetária integral é produzir demonstrações financeiras que utilizem uma única moeda para todos os seus itens componentes (Yamamoto, 1988). Para Tinoco (1992), a utilização da correção monetária integral representou grande avanço na apresentação de informações contábeis, ratificando a relevância dessa sistemática no contexto econômico brasileiro na época.

A CMI, segundo Gabriel, Assaf e Corrar (2005), é uma técnica mais analítica e tem maior poder informativo. Para Iudícibus (1998), as principais vantagens da correção monetária integral são: divulgação de todos os valores das demonstrações contábeis ajustados ao mesmo poder aquisitivo; comparabilidade com outros períodos, independentemente do nível de inflação; possibilidade de ajustes a valor presente; análises e conclusões mais detalhadas; maior utilidade das demonstrações contábeis; busca de produtividade e eficiência e; mensuração e divulgação dos reflexos das decisões da administração.

O sistema de correção monetária integral, desenvolvido no Brasil, ficou vastamente conhecido pelo mundo. Em reunião realizada em 1989, a Organização das Nações Unidas

(ONU), através do grupo de trabalho de especialistas em contabilidade (ISAR/GROUP), reconheceu a legitimidade do método de correção integral pelo seu alto teor qualitativo (Martins, 1994a, 1994b). Além da ONU, o *International Accounting Standards Committee* (IASC), também participante da reunião, deliberou a favor do método de correção monetária integral brasileiro, considerando-o como o mais avançado que se tinha conhecimento até aquela época (Barbieri & Santos, 1996).

No ano de 1994 foi instaurado o plano real com o propósito de conter e diminuir a inflação no país, que em períodos anteriores havia apresentado curva ascendente, chegando a 2.477,15 % ao ano em 1993. Com a substituição do Cruzeiro Real pelo Real ao fim do ano de 1994 a inflação chegou a 916,46%, no ano seguinte baixou mais, atingindo a marca de 22,41%, e nos anos seguintes caiu ainda mais (IBGE, 2015).

A partir do Plano Real foram criadas as condições necessárias para a desanexação da economia, devido a estabilidade da moeda e a baixa inflação, em níveis declinantes, propiciando que tanto os títulos da dívida mobiliária interna da União, quanto os valores previstos na legislação tributária federal, deixassem de ser corrigidos monetariamente (Leal, 2011).

A correção monetária das demonstrações financeiras no Brasil vigorou até 26 de dezembro de 1995, quando a lei nº 9.249/95 determinou a revogação da correção monetária das demonstrações financeiras, vetando a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários (Brasil, 1995).

Para Azevedo (2004), a extinção da correção monetária das demonstrações contábeis foi um retrocesso para a contabilidade, pois as demonstrações dela originadas deixaram de fornecer informações relevantes aos seus usuários, com apresentação de lucros não condizentes com a realidade.

2.3.4 IAS 29 e CPC 42 - relato financeiro em economias hiperinflacionárias

Em junho de 1989 o *International Accounting Standards Committee* (IASC) emitiu a *International Accounting Standard 29* (IAS 29 - *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*), que é a Norma Internacional de Contabilidade que traz o relato financeiro em economias hiperinflacionárias. Essa norma foi reformatada em 1994, e em abril de 2001 o *International Accounting Standards Board* (IASB) decidiu que todas as Normas e Interpretações emitidas sob as constituições anteriores continuavam a ser aplicáveis, a menos

e até que fossem alteradas ou retiradas. A IAS 29 foi alterada pelas seguintes IFRS (*International Financial Reporting Standards*): IAS 21 Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (emitida em dezembro de 2003), IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (revisada em Setembro de 2007) e Melhorias às IFRS (emitidas em Maio de 2008).

No escopo da IAS 29 (§ 1 a 3) consta que esta norma deve ser aplicada às demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações financeiras consolidadas, de qualquer entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária. Em uma economia hiperinflacionária, a divulgação de resultados operacionais e posição financeira em moeda local sem correção não é útil, o dinheiro perde o poder de compra a uma taxa tal que a comparação de valores de transações e outros eventos que ocorreram em momentos diferentes, mesmo dentro do mesmo período contábil, é enganosa. A norma não estabelece uma taxa absoluta em que se considera que a hiperinflação surge, é uma questão de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis, de acordo com essa norma, se torna necessária. A hiperinflação é indicada por características do ambiente econômico de um país que incluem, mas não se limitando a:

- (a) a população em geral prefere manter a sua riqueza em ativos não monetários ou em uma moeda estrangeira relativamente estável. As quantias em moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- (b) a população em geral considera os valores monetários não em termos da moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira relativamente estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- (c) as vendas e compras a crédito ocorrem a preços que compensam a perda esperada de poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;
- (d) as taxas de juros, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- (e) a taxa de inflação acumulada ao longo de três anos aproxima-se, ou excede, 100%.

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta as minutas do Pronunciamento Técnico CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (correspondente à IAS 29 – *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*) e da Interpretação Técnica ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC 42 (correspondente à IFRIC 7 – *Applying the Restatement Approach under IAS 29*) em novembro de 2018.

Apesar da inaplicabilidade dos normativos contábeis na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), eles são requeridos em casos de empresas investidas em países com hiperinflação, além de fornecerem normatização segura para que as

demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade (Rosa, 2018).

Segundo declarações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), já em 2009, quando da edição do Pronunciamento Técnico CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41, pronunciamento este que consolidou a segunda e última fase do processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais emitidas pelo IASB (as IFRS), o Pronunciamento Técnico CPC 42 (...) não foi emitido tendo em vista a sua inaplicabilidade na situação brasileira atual e a experiência brasileira anterior com a correção integral de demonstrações contábeis. Este entendimento é mencionado nos Pronunciamentos Técnicos que se referem à situação de alta inflação, não obstante ser obrigatória a aplicação do conteúdo da IAS 29, com a técnica da correção integral, para as situações de investidas em países com alta inflação (Rosa, 2018).

Depois de cumprido o devido processo de aprovação do CPC 42, o CPC irá revisar as outras normas vigentes que se referem a efeitos de hiperinflação, como é o caso do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. O CPC 02, em seu item 14, determina o que se segue, quanto à necessidade de consideração dos efeitos de hiperinflação na elaboração das demonstrações contábeis: “14. Se a moeda funcional é a moeda de economia hiperinflacionária, as demonstrações contábeis da entidade devem ser reelaboradas nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 42 – Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (pelo método da correção integral enquanto não emitido esse Pronunciamento). A entidade não pode evitar a rerepresentação nos moldes requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC 42 mediante, por exemplo, a eleição de outra moeda que não seja aquela determinada em consonância com este Pronunciamento Técnico como sua moeda funcional (tal como a moeda funcional de sua controladora)” (Rosa, 2018).

A aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis esta registrada na Ata da 145ª Reunião Ordinária do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, realizada no dia 7 de dezembro de 2018. O CPC 42 teve vigência para exercícios sociais anuais que se iniciaram a partir de 1º/1/2018 (CPC, 2018).

A emissão do CPC 42 ocorreu quase 20 anos após as últimas revisões da IAS 29. Segundo o próprio CPC, devido à inaplicabilidade no país, uma vez que o Brasil apresenta índices inflacionários abaixo dos limites convencionados intencionalmente como hiperinflação. Contudo, de acordo com Relvas, Bertholini e Segato (2011), o CPC 42 já

estava elaborado anteriormente, mas não foi emitido devido o CPC ter entrado com pedido junto ao IASB para modificação dos procedimentos. Aparentemente, isso mostra uma falta de concordância do CPC com as diretrizes da IAS 29. No entanto, não houve mudanças nas regras para aplicação de correção em ambientes hiperinflacionários, e o CPC 42 foi emitido ao final de 2018 apresentado exatamente o mesmo escopo para economias hiperinflacionárias presentes na IAS 29.

A preocupação do CPC em relação às regras da IAS 29 em relação à inflação já é antiga. Em documento enviado ao IASB no ano de 2010, em resposta a um processo de consulta sobre quais deviam ser as prioridades do órgão global nos próximos anos, o CPC afirmou que a inflação em níveis muito menores do que o determinado na IAS 29 (100% em três anos), produzem impacto significativo no retorno do investimento, na posição financeira, e no desempenho de uma organização. Em uma reunião realizada no mesmo ano em Londres, na sede do IASB, representantes do Grupo Latino Americano de Normas de Informação Financeira (Glenif) defendeu mudanças nas regras da IAS 29, o Glenif pediu a retirada da referencia aos 100% e a possibilidade de se corrigir os balanços caso os usuários das informações financeiras julgarem que a perda do poder de compra de uma moeda tenha sido expressivo no decorrer de um período” (Torres, 2011).

A apresentação do Glenif em Londres foi feita por Ricardo Lopes Cardoso, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que foi coordenador do primeiro grupo técnico do Glenif, como ouvintes estavam o presidente do IASB, Hans Hoogervorst, além de outros três membros da diretoria do órgão, que é formada por quinze pessoas. Segundo Cardoso, “O IASB tem conhecimento de que diversos países com histórico de inflação relevante não estão contentes com o pronunciamento atual”. Cardoso salientou que o IASB não quer soluções prontas, que poderia ser o caso apenas se não existisse uma norma em vigor sobre o tema, “Eles querem que a gente deixe claro quais os problemas da IAS 29 e quais as alternativas, partindo da regra que já existe”. A visão do Glenif, de acordo com Cardoso, é de que não basta baixar o sarrafo dos 100% de inflação em três anos, “é preciso também melhorar a metodologia (de correção), mas como cada país desenvolveu domesticamente sua solução, talvez cada um queira crer que sua saída é melhor que a do outro” (Torres, 2011).

Apesar da norma internacional IAS 29 recomendar a correção da inflação apenas em economias hiperinflacionárias, com o cumulativo de 100% em três anos, é preocupante a não correção dos balanços em qualquer que seja o percentual inflacionário. Na visão de Miazzo, Nascimento, Parinos e Santos (2015), é constatado após a correção do balanço patrimonial

que existe possível valorização ou desvalorização dos bens com a inflação ou deflação do período, demonstrando a real situação econômica da organização. Percebe-se que a correção monetária é uma ferramenta indispensável para as tomadas de decisões.

Segundo relato da empresa de consultoria Ernest Young (EY) a IAS 29 deverá ser aplicada para fins de IFRS em 31 de dezembro de 2018, por entidades cuja moeda funcional seja as moedas dos seguintes países: Angola, Argentina, Sudão do Sul, Sudão, Síria e Venezuela. De acordo com os dados do documento emitido pela EY em julho de 2018, a previsão de inflação acumulada em 3 anos por estes países será acima de 100%, sendo consideradas economias hiperinflacionárias para fins de IFRS. A previsão de taxa de inflação é de 123,3% na Angola, 123% e 119% (índice para preços no consumidor, e preços no atacado, respectivamente) na Argentina, 2.300% no Sudão do Sul, 131,9% no Sudão, superior a 1.500.000% na Venezuela, e no caso da Síria, não há dados de inflação recentes disponíveis, mas devido a situação do país que não mudou, o país permanece classificado como hiperinflacionário (*Hyperinflationary economies*, 2018).

O documento emitido pela EY apontou também economias que atualmente não são hiperinflacionárias, mas devem ser monitoradas em 2018, sendo elas, a República democrática do Congo e Líbia. A EY ainda indicou o Suriname como uma economia que hoje é considerada hiperinflacionária, mas pode deixar de ser ao final do ano de 2018, sujeito a um monitoramento adicional (*Hyperinflationary economies*, 2018).

2.3.5 Impactos na comparabilidade temporal das demonstrações financeiras em ambientes inflacionários

Em 1994, com a circulação da nova moeda do país, o Real, a hiperinflação começou a ser derrubada no Brasil. Entre as medidas para controlar os preços das mercadorias, o governo também promoveu uma maior abertura às importações, e adotou as denominadas “âncoras” cambial e monetária (Rossi, 2011).

A âncora cambial implementou o regime de “bandas” cambiais, que fixava o valor da moeda, e barateava o custo dos importados. A âncora monetária buscava controlar o volume de dinheiro em circulação, evitando a pressão sobre os preços. Para tanto, foram elevadas a taxa de juros e as reservas compulsórias dos bancos, que são recursos que eles são obrigados a “deixar guardados” no Banco Central. Em 1999 essas âncoras foram substituídas pelo regime de metas de inflação, onde, as autoridades monetárias comprometem-se a cumprir metas

estabelecidas para o ano corrente próximo, o que ancora as expectativas do mercado. Uma das formas de atingir essa meta é através da taxa Selic. Ao elevar os juros, o governo “encarece” o custo do dinheiro, e faz cair a procura por produtos e serviços a venda (Rossi, 2011).

Até 1994, os ajustes efetuados na economia devido a inflação eram considerados como correção monetária de balanço, atualmente as correções econômicas são denominadas pelo princípio de atualização monetária. Passado o período em que o país sofreu com a hiperinflação, os novos reajustes na economia são baseados nas altas taxas de juros que as instituições financeiras praticam. Outro fator que se tornou comum na rotina da economia brasileira é o câmbio flutuante, que é responsável pelas oscilações da cotação do Dólar em relação ao Real. Dessa forma, a atualização monetária ou correção monetária, é praticada atualmente com o intuito de regular os valores da economia, baseando-se no preço da moeda, nos índices da inflação e na cotação do mercado financeiro (Gasparetto, 2013).

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a atualização monetária não representa uma nova avaliação, mas tão somente o ajuste dos valores originais (históricos) para uma determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período (CFC, 2010).

De acordo com Kanitz (2010), os Estados Unidos nunca desenvolveram o conceito de correção monetária como feito no Brasil. O lucro de 1921 do Citibank, por exemplo, ainda está registrado em dólares de 1921, apesar da enorme inflação de lá para cá. Economistas nunca desenvolveram o conceito de taxa de câmbio intertemporal, somente taxa de câmbio entre moedas. A correção monetária é uma taxa de câmbio entre moedas do mesmo país, mas em datas diferentes. Na visão dos economistas americanos, a moeda de 1921 é a mesma de 2010, mas não é, e deveria ser corrigida pelas suas respectivas taxas de câmbio intertemporais, que é a correção monetária.

Durante décadas conviveu-se no Brasil com o aumento descontrolado do nível de preços, hoje em consequência de uma situação econômica mais estável, a inflação não deixou de existir, mas encontra-se em níveis mais aceitáveis (Schalemborg & Schumacher, 2005).

A inflação parece ser um fenômeno contínuo e inevitável, fazendo com que até grandes potências econômicas como os Estados Unidos, Japão e Alemanha passassem por tal fenômeno (Pinto, 2012).

Apesar da reforma monetária do Plano Real de 1994 ter conseguido reduzir a aceleração dos preços (média atual em torno de 7% a.a), o país ainda exhibe números para a inflação que são quatro ou cinco vezes maiores do que os observados em países mais

desenvolvidos, em uma média do período de 2012-2015: Estados Unidos da America (1,3% a.a), Inglaterra (1,7% a.a) e França (0,84% a.a) (Lopes & Soares, 2018).

Para Souza (1997), o lado maléfico da inflação são os seus efeitos. Se a inflação fosse uniforme e afetasse as transações igualmente, seus efeitos seriam nulos. Uma variação no nível dos preços só é importante para a sociedade quando sua incidência é desigual. O principal efeito da inflação é a redistribuição de renda perversa, onde os preços e salários não se alteram à mesma taxa. Além disso, outro efeito da inflação é inibir investimentos e a produção em decorrência da especulação e das incertezas.

Todavia, a inflação não é necessariamente maléfica para o governo, pois em anos anteriores ele financiou o seu déficit, gerando inflação (Schalemborg & Schumacher, 2005).

Segundo Simonsen (1995) o déficit real do setor público terá que ser coberto pelo aumento real da base monetária mais a arrecadação do imposto inflacionário. Se o primeiro não for suficiente para cobrir todo o déficit público, os preços terão que subir continuamente para que as contas reais do governo fechem, via arrecadação do imposto inflacionário.

Rossi (2011) reforça esta questão, quando diz que não existe um número mágico para a inflação. Uma inflação muito alta ou muito baixa prejudica funcionamento da economia. Se estiver acima de 10% ao ano, por exemplo, atrapalha a capacidade da moeda como unidade de conta, as pessoas começam a perder a noção do valor da moeda, já que os preços dos produtos mudam rapidamente. Entretanto, se a inflação for negativa, ou muito próxima a zero, pode prejudicar a produção e desaquecer a economia. A questão é controversa, mas existe um certo consenso de que uma inflação entre 2% a 3%, ou até 5%, é um bom indicador de que a economia não tem desequilíbrios importantes.

Do ponto de vista dos princípios fundamentais da contabilidade, a moeda do país de uma empresa é a base para a contabilização de transações. Contudo, em períodos de redução ou aumento considerável do poder de compra, ou seja, de inflação ou deflação galopante, a moeda não é um bom padrão de avaliação das demonstrações contábeis (Schalemborg & Schumacher, 2005).

As demonstrações financeiras convencionais de uma empresa são baseadas na percepção de que a unidade monetária é estável. Entretanto, sob condições inflacionárias o poder de compra do dinheiro diminui, acumulando alguns números cruciais das demonstrações financeiras, especialmente o valor do lucro líquido e do patrimônio não monetário a ser distorcido (Goldschmidt & Yaron, 1991).

O sistema de correção monetária está estreitamente ligado a inflação, e teve grande relevo no resultado alcançado pelas empresas no tempo em que estava em vigor, uma vez que

os balanços eram corrigidos pelos índices inflacionários oficiais do governo (Schalemborg & Schumacher, 2005). Almeida (1995) compactua com esse pensamento, e reforça que o objetivo principal da correção monetária é empregar os efeitos da inflação sobre os elementos patrimoniais, de forma a possibilitar que as demonstrações contábeis sirvam para fins gerenciais e retratem o real estado econômico-financeiro da empresa.

Para Souza (2016), a principal justificativa para o fim da correção monetária no Brasil foi a veloz queda da inflação no país, contudo, ainda que os índices de inflação conferidos nos períodos posteriores ao Plano Real tenham-se mostrado significativamente menores em relação aos períodos anteriores, dado que comprova a eficácia deste plano, o problema econômico da inflação não foi inteiramente eliminado. Segundo ele, diversos autores apontam que a inflação não reconhecida nas demonstrações financeiras perdurou na distorção dos resultados, no comprometimento da capacidade informativa, e na perda de transparência destas demonstrações apresentadas pelas empresas.

Miazzo, Nascimento, Parinos e Santos (2015) reforçam essa questão, ao dizerem que:

Embora a Lei nº 9249/95 esteja em vigor até hoje, o contexto em que a mesma foi criada não corresponde à realidade do nosso país; a correção monetária não se faz necessária desde que não haja inflação, que era a proposta na implantação do Plano Real. Nota-se que hoje o Brasil é um país em que a moeda sofre alterações constantemente, e os valores atualizados de demonstrações financeiras sofrem impactos, e em alguns casos de distribuição de lucros tomam proporções problemáticas, prejudicando a vida financeira das empresas.

De forma a atenuar os impactos sobre o lucro apurado sem os efeitos da inflação, a Receita Federal brasileira desenvolveu o sistema dos juros sobre capital próprio, que é uma ferramenta que representa uma modalidade adicional de remuneração aos acionistas, passível de dedução fiscal (Martins, 2004).

A principal justificativa para a não correção do ativo permanente é que ao deixar de corrigir esse grupo o efeito observado é apenas temporal, pois em determinado momento os elementos a ele concernentes serão totalmente baixados, por depreciação ou alienação. O patrimônio líquido, contudo, tende ao aumento, uma vez que nele se mantém registrado o valor de capital social, acumulam-se os efeitos dos lucros auferidos e destinados a reservas ao longo do tempo, e alocam-se valores relativos a outros resultados abrangentes. Os juros sobre o capital próprio figuram, portanto, reconhecimento parcial dos efeitos da inflação aplicáveis apenas ao patrimônio líquido (Martins, 2004).

Segundo Nakamuta (2006), os objetivos finais das práticas de correção monetária e de juros sobre o capital próprio são distintos, mas estas práticas apresentam forte relação entre si sob o aspecto tributário.

A comparabilidade das demonstrações contábeis teve sua importância evidenciada com a harmonização internacional das práticas de contabilidade. A comparabilidade da informação é impactada pela ausência do reconhecimento contábil dos efeitos da inflação nas demonstrações financeiras. Dessa forma, embora a harmonização internacional tenha aproximado as práticas contábeis entre as empresas, este fato não assegura o adequado registro dos eventos econômicos nas organizações (Souza, 2016).

De acordo com Ambrozini (2006), o fato de as empresas não utilizarem a ferramenta de correção monetária impede que os relatórios contábeis apresentem, de forma adequada, a situação financeira da organização, além de gerar distorção da comparabilidade da informação entre dois períodos diferentes. Assim, como impactos diretos existem a possibilidade de descapitalização da companhia, ou comprometimento de sua continuidade.

Para Beuren (2007), a própria CVM reconhece a necessidade de atualização monetária das demonstrações contábeis ao indicar, através do ofício-circular CVM/SEP/SNC nº 1 de 2003, que as informações devem apresentar, dentre outros aspectos, o atributo qualitativo de comparabilidade, e que para isso as demonstrações devem ser elaboradas em moeda de capacidade aquisitiva constante.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Tipologia de pesquisa

O presente estudo é caracterizado como uma pesquisa empírico-analítica. O estudo também pode ser definido como exploratório, uma vez que seu objetivo é avaliar o impacto ocorrido na comparabilidade temporal das demonstrações financeiras em ambientes inflacionários, de empresas localizadas em países que fazem parte do G-20 e que seguem as normas IFRS, quando estas não efetuam correção monetária de seus balanços (Silveira, 2009).

O método de pesquisa do estudo é quantitativo, com paradigma de pesquisa positivista, onde expressará relação entre variáveis.

A pesquisa teve uma coleta de dados com base secundária, por meio das demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA (B3) (Brasil), BCBA (Argentina), BMV (México), NYSE, AMEX e NASDAQ (Estados Unidos), LME (Reino Unido), além de Bolsas Locais dos países das empresas estudadas, utilizando-se da plataforma de dados da Economática. Para analisar e confrontar os dados, e assim conceituar a pesquisa, foi efetuada também ampla pesquisa bibliográfica, de forma a fundamentar o tema.

A análise de dados foi executada com estatística inferencial, avaliando-se a distribuição de probabilidade estatística por meio dos testes de normalidade *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*. Se a distribuição for normal, será aplicado o teste paramétrico de diferenças de média, caso contrário, será aplicado o teste não paramétrico de diferenças de médias, teste de Wilcoxon.

3.2 População e amostra

Tendo em vista que o objetivo do trabalho é avaliar as implicações causadas na comparabilidade das demonstrações financeiras à luz das IFRS em ambientes inflacionários, a população de estudo escolhida foram os países membros do Grupo dos 20 (G20), para que se tivesse uma maior diversidade de situações, uma vez que o grupo é formado pelas nações mais desenvolvidas e também por países emergentes ou menos desenvolvidos.

Foi selecionada como amostra empresas de capital aberto dos membros do G20 que já aderiram às IFRS, pois somente estes seguem os princípios contidos na norma IAS 29. Na Tabela 5 temos o processo de seleção dos membros do G20 que farão parte da pesquisa.

Tabela 5

Seleção de amostra de pesquisa

Número total de membros do G20	20
Número de membros excluídos da pesquisa por não terem aderido as IFRS	6
Total de membros selecionados para a pesquisa	14

Nota. Fonte: Do autor.

Os seis membros excluídos por não terem aderido ainda às IFRS são: China, Índia, Indonésia, Japão, Arábia Saudita e Estados Unidos.

Optou-se por não excluir da amostra o Reino Unido e a União Europeia, pois apesar da complexidade destes membros, devido ao fato de representarem várias nações, é notável a sua importância, uma vez que são constituídos por países importantes para a economia mundial, sendo essencial tê-los como parte da pesquisa. O Reino Unido é formado por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. A União Europeia é um bloco Econômico com 28 países membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos (Holanda), Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia.

Dessa forma, a amostra final ficou constituída por 14 membros do G20: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, França, Itália, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

Os membros do G20 presentes na amostra aderiram às IFRS em anos diferentes, conforme apresentado na Tabela 6, dessa forma, para maior uniformidade e comparabilidade de resultados, o ano de início das análises será o do último país que convergiu às normas internacionais, no caso 2012, onde, Rússia, México e Argentina aderiram as IFRS. Portanto, foi selecionado como período amostral os anos de 2012 a 2018.

Tabela 6

Convergência dos membros do G20 às IFRS

Países	Ano de convergência às IFRS
União Europeia	2005
África do Sul	2005
Turquia	2005
Reino Unido	2005
Austrália	2005
França	2005
Alemanha	2005
Itália	2005
Brasil	2010
Coréia do Sul	2011
Canadá	2011
Rússia	2012
México	2012
Argentina	2012

Nota. Fonte: Do autor.

A pesquisa buscou empresas que tivessem como país sede os 14 membros do G20 avaliados. Foram encontradas organizações do Brasil, Argentina, México, Canadá, África do Sul, Austrália, Coréia do Sul, Rússia, Turquia, Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Dos 28 países membros da União Europeia foram encontrados dados de empresas de 8 países: Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda, Luxemburgo e Suécia, além de Alemanha, França, Itália e Reino Unido, já citados por serem membros diretos do G20. O total de países encontrados, portanto, foram 21 países, sendo os 13 membros do G20 que aderiram as IFRS, mais 8 países da União Europeia.

Foi extraída da base de dados da Economática uma amostra com 455 empresas. Entretanto, quando avaliadas as informações contábeis disponibilizadas, foi verificado que nem todas as empresas atendiam a prerrogativa de possuírem os dados de 2012 a 2018. Para manter a comparabilidade dos resultados, foram excluídas as empresas que não possuíam as demonstrações completas de todos os anos determinados. Foram eliminadas também as empresas que apresentaram suas demonstrações contábeis em dólar norte-americano, uma vez que se busca com esse trabalho analisar as implicações inflacionárias de cada país analisado em sua moeda local. Dessa forma, a amostra final ficou constituída por 257 empresas de 14 países, como pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7

Empresas componentes da amostra por país

País sede	Total de Empresas	Empresas com Balanços Incompletos (Excluídas)	Empresas com demonstrações em dólar US (Excluídas)	Amostra final
Bélgica	7	6	1	0
Dinamarca	3	1	1	1
Espanha	1	0	0	1
Finlândia	1	0	0	1
Grécia	13	3	10	0
Irlanda	5	2	3	0
Luxemburgo	9	6	3	0
Suécia	4	2	1	1
Turquia	1	1	0	0
Rússia	2	2	0	0
Alemanha	6	5	0	1
França	11	7	2	2
Itália	4	1	0	3
Austrália	11	3	4	4
Coréia do Sul	6	2	0	4
África do Sul	7	5	2	0
Reino Unido	53	30	15	8
Canadá	61	12	27	22
Brasil	63	2	0	61
Argentina	72	16	0	56
México	115	23	0	92
Total	455	129	69	257

Nota. Fonte: Do autor.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

Os dados brutos foram extraídos da base de dados da Economática, de todas as ações ordinárias ativas e listadas na BM&FBOVESPA (B3) (Brasil), BCBA (Argentina), BMV (México), NYSE, AMEX e NASDAQ (Estados Unidos), LME (Reino Unido), além de Bolsas Locais dos países sede das empresas avaliadas, para o período em que os países do G20 convergiram às normas internacionais (2012-2018).

Como exposto anteriormente a pesquisa buscou empresas que tivessem como país sede os 14 membros do G20 avaliados. Foram encontrados 21 países, sendo os 13 membros do G20 que aderiram as IFRS, mais 8 países da União Europeia.

Na definição dos critérios de seleção de dados do Economatica foram excluídas as empresas do setor de Serviços Financeiros e Seguros, pois essas corporações distorcem os resultados da amostra, devido a peculiaridades que envolvem o setor, como por exemplo, um baixo índice de ativo imobilizado. Esta foi a única limitação de setor, sendo colhidos dados de todos os outros setores disponíveis, dentro da amostra de membros do G20 estudados. Aqui cabe observar sobre a Arábia Saudita, que foi excluída da amostra por não ter adotado as IFRS, pois o país utiliza as IFRS de forma obrigatória apenas para empresas bancárias e de seguros, mas como este setor não faz parte do estudo, e o país não utiliza as IFRS para as demais áreas de seu país, o mesmo foi excluído da pesquisa.

Após a aplicação dos critérios de seleção do Economatica foi extraída uma amostra com 455 empresas, que após exclusão de empresas com balanços incompletos e com demonstrações contábeis com dólar americano como moeda, conforme elucidado no item anterior, chegou-se à amostra final de 14 países e 257 empresas.

Foi utilizado como índice de inflação para mensuração dos resultados, o índice inflacionário oficial de cada país. Para o Brasil foi usado o IPCA, tendo em vista sua adoção para fins de comparação da meta e teto estabelecidos pelo Governo brasileiro. Outros estudos utilizaram este mesmo indicador ao tratar de correção monetária, como Almeida (2008), Gregório (2005), Pinto (2012) e Souza (2016). Para os outros países foi aplicado o IPC, pois foi verificado que todos os outros países estudados adotam o IPC como índice padrão. O IPC é a forma de medição de inflação mais utilizada no mundo.

A obtenção dos dados históricos dos índices de inflação dos anos de 2012 a 2018 dos países avaliados foi por meio de acesso eletrônico ao inflation.eu, com exceção dos países Argentina e Austrália, que não tinham os dados de inflação disponíveis nessa plataforma eletrônica. Os dados da Austrália foram obtidos com acesso eletrônico ao Trading Economics. Os dados de inflação de 2012 a 2017 da Argentina foram obtidos através de publicação da Bolsa de Comércio de Santa Fé. A inflação da Argentina de 2018 foi obtida através do site El País (González, 2019). Todos os índices históricos de inflação obtidos, dos 14 países da amostra final, encontram-se na Tabela 8.

Tabela 8

Inflação histórica anual de 2012 a 2018 dos países estudados

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dinamarca	2,08%	0,71%	0,40%	0,40%	0,50%	1,00%	0,79%
Espanha	2,87%	0,25%	-1,04%	0,02%	1,57%	1,11%	1,18%
Finlândia	2,36%	1,61%	0,47%	-0,24%	1,03%	0,49%	1,18%
Suécia	-0,05%	0,14%	-0,31%	0,05%	1,74%	1,74%	2,04%
Alemanha	2,04%	1,43%	0,19%	0,17%	1,50%	1,38%	1,56%
França	1,33%	0,71%	0,06%	0,18%	0,61%	1,19%	1,59%
Itália	2,31%	0,66%	0,00%	0,09%	0,49%	0,90%	1,09%
Austrália	2,50%	2,40%	2,75%	1,40%	1,50%	2,00%	1,90%
Coréia do Sul	1,43%	1,14%	0,83%	1,13%	1,34%	1,41%	1,32%
Reino Unido	2,42%	1,95%	0,71%	0,50%	1,79%	2,74%	2,00%
Canadá	0,83%	1,24%	1,47%	1,61%	1,50%	1,87%	1,99%
Brasil	5,84%	5,91%	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%
Argentina	25,20%	27,90%	38,50%	27,80%	40,70%	24,70%	47,60%
México	3,57%	3,97%	4,08%	2,13%	3,36%	6,77%	4,83%

Nota. Fonte: Do autor.

3.4 Procedimentos de tratamento de dados

3.4.1 Correção monetária das demonstrações contábeis

Dentre as formas de mensuração do ativo, e consequentemente do lucro, o custo histórico corrigido se baseia no conceito de preservação de capital em termos do poder geral de compra (Gabriel, Assaf & Corrar, 2005).

Para aplicação dos ajustes de correção monetária e atender a proposição deste estudo, foi utilizado os desígnios presentes na IAS 29 - *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*), que é a Norma Internacional de Contabilidade que traz o relato financeiro em economias hiperinflacionárias. A correção monetária com base na IAS 29 foi efetuada de forma simplificada.

Para avaliar a implicação na comparabilidade temporal das demonstrações financeiras em ambientes inflacionários, foram apurados nos balanços os itens que sofrem impacto pela falta de correção da inflação. As demonstrações foram classificadas em itens monetários e não monetários e patrimônio líquido. Na Tabela 9 temos um detalhamento dos itens trabalhados nos balanços avaliados.

Tabela 9

Itens avaliados nos balanços das empresas estudadas

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Itens Monetários	Itens Não Monetários	Passivo	Patrimônio Líquido
Disponível e Investimentos CP	Estoques	Fornecedores CP	Patrimônio líquido consolidado
Clientes CP	Imobilizado	Financiamentos CP	
Outros Ativos CP	Intangíveis e Ágio	Outros Passivos CP	
Investimentos em Subsidiária e outros		Obrigações LP	
Outros Ativos		Impostos Diferidos LP	
		Outras Obrigações Diversas	
Receita líquida operacional			
Lucro líquido consolidado			

Nota. CP = curto prazo; LP = longo prazo. Fonte: Do autor.

Para o tratamento dos dados, levantamento dos índices utilizados, e correção dos balanços, foi aplicado o software Microsoft Excel.

Para a correção das demonstrações contábeis dos períodos estudados, foram aplicados os seguintes procedimentos: (Equação 1) apuração da variação dos itens não monetários e do patrimônio líquido anualmente, a partir de 2013, pois o ano de 2012 foi utilizado como ano base; (Equação 2) correção da variação dos itens não monetários, do patrimônio líquido e das contas de resultado pela taxa média de inflação de cada ano; (Equação 3) apuração dos saldos anuais ajustados de itens não monetários e patrimônio líquido considerando os acréscimos e decréscimos pela inflação média e a correção desses itens anual; (Equação 4) correção de todos os itens das demonstrações contábeis (itens monetários originais; itens não monetários e patrimônio líquido; e itens do resultado) pela inflação do período de referência até o ano de 2018, para representação das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo de 2018; (Equação 5) apuração de ganhos ou perdas de itens monetários em moeda de poder aquisitivo de 2018.

Pela Equação 1 foram apuradas as variações dos itens não monetários e do Patrimônio Líquido no ano de referência, sendo que nas equações e explicações aparece a identificação de itens não monetários (INM), contudo, as operações realizadas com eles são as mesmas aplicadas nas contas de Patrimônio líquido consolidado

Equação (1)

$\text{INM}_{\text{ano } n^*} - \text{INM}_{\text{ano } n-1}$

*A partir de 2013

$$\text{INM}_{2013} - \text{INM}_{2012}$$

$$\text{INM}_{2014} - \text{INM}_{2013}$$

$$\text{INM}_{2015} - \text{INM}_{2014}$$

$$\text{INM}_{2016} - \text{INM}_{2015}$$

$$\text{INM}_{2017} - \text{INM}_{2016}$$

$$\text{INM}_{2018} - \text{INM}_{2017}$$

Sendo,

$\text{INM}_{\text{ano } n}$ = Item não monetário do ano vigente avaliado

$\text{INM}_{\text{ano } n-1}$ = Item não monetário do ano anterior ao avaliado

A conta se inicia em 2013, com o saldo original de 2013, menos o saldo original de 2012, e assim sucessivamente até o ano final da pesquisa, 2018. Com os dados obtidos nessa equação, foi efetuada a correção monetária destas variações (acréscimos e decréscimos) de saldos anuais pela inflação média do período de referência, conforme equação (2). Neste caso, as inflações de cada ano foram divididas por dois para se ter a inflação média de cada ano, como se as variações tivessem ocorrido de forma linear no período. A utilização de variações médias substitui a utilização de taxas históricas, quando não causa distorções. Nesse contexto, foram utilizadas médias para estimação da realidade. As contas de resultado também foram corrigidas pela inflação média do período. Dessa forma, aonde se lê INM na fórmula, também é aplicável para as contas do patrimônio líquido e do resultado.

Equação (2)

$\text{INM variação}_{\text{ano } n^*} \times (1 + (\text{Infl.}_{\text{ano } n} / 2))$

*A partir de 2013

$$\text{INM variação}_{2013} \times (1 + (\text{Infl.}_{2013} / 2))$$

$$\text{INM variação}_{2014} \times (1 + (\text{Infl.}_{2014} / 2))$$

$$\text{INM variação}_{2015} \times (1 + (\text{Infl.}_{2015} / 2))$$

$$\text{INM variação}_{2016} \times (1 + (\text{Infl.}_{2016} / 2))$$

$$\text{INM variação}_{2017} \times (1 + (\text{Infl.}_{2017} / 2))$$

$$\text{INM variação}_{2018} \times (1 + (\text{Infl.}_{2018} / 2))$$

Sendo,

INM variação_{ano n} = Item não monetário da variação da Equação (1) do ano vigente

Infl._{ano n} = Inflação do ano avaliado

Tendo as variações de saldos anuais corrigidas pela inflação média, foi efetuado o cálculo dos saldos ajustados de cada ano, conforme Equação (3).

Equação (3)

$$\text{INM}_{\text{ano } n-1} \times (1 + \text{Infl.}_{\text{ano } n}) + \text{INM variação corrigida}_{\text{ano } n}$$

*A partir de 2013

$$\text{INM}_{2012} = \text{INM}_{2012}$$

$$\text{INM}_{2013} = \text{INM}_{2012} \times (1 + \text{Infl.}_{2013}) + \text{INM variação corrigida}_{2013}$$

$$\text{INM}_{2014} = \text{INM}_{2013} \times (1 + \text{Infl.}_{2014}) + \text{INM variação corrigida}_{2014}$$

$$\text{INM}_{2015} = \text{INM}_{2014} \times (1 + \text{Infl.}_{2015}) + \text{INM variação corrigida}_{2015}$$

$$\text{INM}_{2016} = \text{INM}_{2015} \times (1 + \text{Infl.}_{2016}) + \text{INM variação corrigida}_{2016}$$

$$\text{INM}_{2017} = \text{INM}_{2016} \times (1 + \text{Infl.}_{2017}) + \text{INM variação corrigida}_{2017}$$

$$\text{INM}_{2018} = \text{INM}_{2017} \times (1 + \text{Infl.}_{2018}) + \text{INM variação corrigida}_{2018}$$

Sendo,

INM_{ano n-1} = Item não monetário do ano anterior;

INM variação corrigida_{ano n} = Item não monetário da variação corrigida na Equação (2) do ano de referência.

O ano de 2012 é o ano base, portanto, não há alteração, são utilizados os dados históricos originais. As contas se iniciam em 2013, onde, o dado histórico original do balanço de 2012 de cada item não monetário e do patrimônio líquido é multiplicado pela inflação do ano de 2013, e somado a variação de saldo anual corrigido de 2013 da Equação (2). Nos anos seguintes utilizam-se os dados já calculados nessa equação, como por exemplo, 2014 utiliza o dado calculado com esta equação em 2013, multiplicado pela inflação de 2014 e somada a variação de saldo anual corrigido de 2014 da Equação (2), e assim sucessivamente.

Para a representação de todos os balanços na data base de 2018, faz-se necessário, conforme a IAS 29, corrigir os itens monetários dos balanços comparativos de 2012 a 2017. Dessa forma, as demonstrações contábeis apuradas anualmente, considerando a correção monetária dos itens não monetários, do patrimônio líquido e do resultado, foram corrigidas

monetariamente do período de referência até o ano de 2018, conforme Equação (4) para expressão dessas demonstrações anuais em moeda de poder aquisitivo de 2018.

Equação (4)

$EC \text{ dos saldos}_{ano\ n} \times ((1 + Infl._{ano\ n+1}) \times (1 + Infl._{ano\ n+2}) \times (...) \times (1 + Infl._{último\ ano}))$
--

$$EC \text{ dos saldos}_{2012} \times ((1 + Infl._{2013}) \times (1 + Infl._{2014}) \times (1 + Infl._{2015}) \times (1 + Infl._{2016}) \times (1 + Infl._{2017}) \times (1 + Infl._{2018}))$$

$$EC \text{ dos saldos}_{2013} \times ((1 + Infl._{2014}) \times (1 + Infl._{2015}) \times (1 + Infl._{2016}) \times (1 + Infl._{2017}) \times (1 + Infl._{2018}))$$

$$EC \text{ dos saldos}_{2014} \times ((1 + Infl._{2015}) \times (1 + Infl._{2016}) \times (1 + Infl._{2017}) \times (1 + Infl._{2018}))$$

$$EC \text{ dos saldos}_{2015} \times ((1 + Infl._{2016}) \times (1 + Infl._{2017}) \times (1 + Infl._{2018}))$$

$$EC \text{ dos saldos}_{2016} \times ((1 + Infl._{2017}) \times (1 + Infl._{2018}))$$

$$EC \text{ dos saldos}_{2017} \times (1 + Infl._{2018})$$

$$EC \text{ dos saldos}_{2018} = INM \text{ dos saldos}_{2018}$$

Sendo,

$EC \text{ dos saldos}_{ano\ n}$ = elementos contábeis das demonstrações contábeis corrigidas no ano de referência.

$Infl._{ano\ n+1} \times Infl._{ano\ n+2} \times ... \times Infl._{último\ ano}$ = Inflação dos anos seguintes ao de referência até o último ano.

Na Equação (4) foi efetuada a correção monetária dos novos saldos anuais de cada item não monetário, patrimônio líquido e resultado da Equação (3) e os itens monetários, multiplicando-o pelas inflações dos anos seguintes acumuladas. Contudo, o último ano avaliado, 2018, os valores não são corrigidos porque já estão expressos em moeda de poder aquisitivo do ano de 2018.

Por fim, foi efetuado o cálculo de ganhos e perdas com itens monetários (G/PIM), conforme a Equação (5), que foi obtido por diferença, portanto, já expressos em moeda de poder aquisitivo de 2018. Pela lógica contábil de que débitos e créditos são iguais (débitos menos créditos é igual a zero), portanto ativo é igual a passivo mais patrimônio líquido. Como os itens não monetários são corrigidos monetariamente e os itens monetários não o são, pode-se obter por diferença o efeito da inflação sobre os itens monetários, que é reconhecido como ganho ou perdas com itens monetários.

Equação (5)

$G/PIM = A_{corrigido} - (P + PL)_{corrigido}$
--

Sendo,

A = Ativo Total corrigido

P = Passivo corrigido

PL = Patrimônio Líquido corrigido

O valor de G/PIM foi acrescido ao valor do Lucro Líquido Consolidado anual e, consequentemente ao Patrimônio Líquido Consolidado.

3.4.2 Variáveis de estudo

A avaliação do desempenho econômico-financeiro de uma empresa busca identificar, através da análise das demonstrações contábeis, os reflexos das decisões tomadas pela administração na estrutura patrimonial, liquidez ou rentabilidade. Os indicadores de rentabilidade expressam a atratividade dos investimentos (Gabriel, Assaf & Corrar, 2005).

O uso de indicadores também é adequado para as análises por apresentar dados relativos e não absolutos. A análise de dados absolutos pode ocasionar distorções, pois as entidades apresentam tamanhos e volumes de diferentes magnitudes. Dessa forma, os indicadores aplicados para avaliação das variáveis do estudo, antes e depois da correção monetária, foram o ROA (Retorno sobre o Ativo), ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido), LPA (Lucro Líquido por Ação) e R/TA (Receita sobre o total de ativos).

O ROA é um indicador que avalia a rentabilidade do ativo total de uma empresa, tendo como principal finalidade mostrar qual está sendo a capacidade da empresa de gerar lucro com o montante de ativos que ela possui. O ROE é um indicador econômico-financeiro que tem a capacidade de medir o quanto uma empresa gera de valor a partir dos seus próprios recursos e dos recursos de seus acionistas (Camargo, 2017).

O LPA é um índice que representa a parcela do lucro líquido pertencente a cada ação emitida pela empresa, é o resultado líquido obtido em determinado período, sendo assim, o LPA é um indicador da rentabilidade de uma organização em suas ações disponíveis (Reis, 2018).

O R/TA é conhecido como “giro do ativo”. É um indicador contábil que relaciona os ativos de uma companhia com a sua receita líquida. Nele é feita a relação do total de vendas

produzidas (receita) com o ativo total da empresa, mostrando quantas vezes o ativo girou no período. Corresponde a um índice de eficiência do uso dos ativos (Tibúrcio, 2012).

Para análise das receitas optou-se pelo R/TA para obter-se a relevância da não correção das demonstrações contábeis na análise de suas receitas.

Uma vez realizada a correção monetária de todos os itens elencados do balanço, foram obtidos os indicadores ROA, ROE, LPA e R/TA, tanto para os dados originais sem correção, quanto para os dados corrigidos, conforme as fórmulas a seguir.

$$\text{ROA} = (\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo total}) \times 100$$

$$\text{ROE} = (\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$$

$$\text{LPA} = \text{Lucro Líquido} / \text{Número de ações emitidas}$$

$$\text{R/TA} = \text{Receita Líquida} / \text{Total de Ativos}$$

Após efetuar os cálculos em todos os balanços das 257 empresas estudadas foi iniciada a análise dos resultados, verificando se a distribuição de dados (LPA, ROA, ROE e R/TA, antes e depois da correção) é normal, utilizando-se os testes de normalidade *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e *Shapiro-Wilk* (S-W) e posteriormente foi utilizado o teste não paramétrico de diferenças de médias, teste de Wilcoxon.

O tratamento dos dados foi efetuado inicialmente com a base completa e posteriormente por países.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 Análise e discussão dos resultados da base completa

As variáveis de estudo (ROA, ROE e R/TA obtidas das demonstrações contábeis originais e ROAc, ROEc e R/TAc obtidas das demonstrações contábeis corrigidas) estão apresentadas na Tabela 10 e representados graficamente na Figura 3. O LPA não foi apresentado aqui, pois se trata de um valor absoluto e não pode ser apurado na média de diferentes moedas.

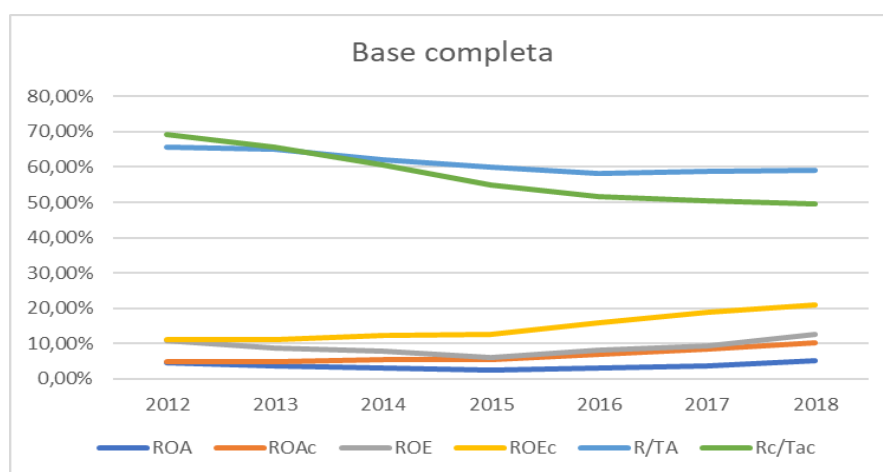


Figura 3. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária.

Visualmente é possível notar que as variáveis obtidas das demonstrações contábeis antes e depois da correção vão se distanciando com o passar do tempo, embora apresentem uma certa relação nas tendências de suas curvas.

Tabela 10

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	R/TA	Rc/TAc
2012	4,60%	4,79%	10,84%	11,09%	65,60%	69,27%
2013	3,77%	5,00%	8,81%	11,17%	64,92%	65,52%
2014	3,17%	5,40%	7,81%	12,28%	61,96%	60,60%
2015	2,39%	5,41%	6,18%	12,60%	59,82%	54,88%
2016	3,12%	6,82%	8,04%	15,86%	58,07%	51,61%
2017	3,75%	8,48%	9,44%	18,90%	58,92%	50,52%
2018	5,22%	10,10%	12,51%	21,08%	58,94%	49,64%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que as variáveis de estudo apresentam diferentes valores quando obtidos das demonstrações contábeis sem correção monetária e de demonstrações contábeis corrigidas monetariamente. Portanto, para saber se esses valores são estaticamente diferentes foram aplicados testes estatísticos, conforme a seguir.

Uma grande quantidade de métodos estatísticos supõe que seus dados provêm de uma distribuição Normal, permitindo que seja utilizada a maioria das técnicas de inferência estatística. Existem disponíveis alguns testes para avaliar se a distribuição de um conjunto de dados adere à distribuição Normal, como por exemplo, *Anderson-Darling*, *Cramer-Von Mises*, *D'Agostino-Pearson*, *Jarque-Bera*, *Kolmogorov-Smirnov*, e *Shapiro-Wilk* (Lopes, Castelo Branco & Soares, 2013).

Para verificar se a distribuição de dados deste estudo era normal foram aplicados os Testes de normalidade *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e *Shapiro-Wilk* (S-W), por meio da ferramenta estatística *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

O SPSS é usado para a análise de dados e permite manipular, transformar, criar tabelas e gráficos que resumam as informações obtidas. As suas potencialidades vão além da análise descritiva de um conjunto de dados. É possível realizar com este *software* procedimentos mais avançados, como inferência estatística, testes de hipóteses e estatísticas multivariadas para dados qualitativos e quantitativos (Lopes, Castelo Branco & Soares, 2013).

Os testes K-S e S-W fornecem o parâmetro valor de prova (valor-p, *p-value* ou significância), que pode ser interpretado como a medida do grau de concordância entre os dados e a hipótese nula (H_0), sendo H_0 correspondente à distribuição Normal. Quanto menor for o valor-p, menor é a consistência entre os dados e a hipótese nula. Então, a regra de decisão adotada para saber se a distribuição é Normal ou não é rejeitar H_0 : (i) se o valor-p $\leq \alpha$, rejeita-se H_0 , ou seja, não se pode admitir que o conjunto de dados em questão tenha distribuição Normal; (ii) se o valor-p $> \alpha$, não se rejeita H_0 , ou seja, a distribuição Normal é uma distribuição possível para o conjunto de dados em questão (Lopes, Castelo Branco & Soares, 2013).

Quando se detecta normalidade na distribuição dos dados de uma amostra aplicam-se testes paramétricos para realizar os testes da pesquisa, já em casos onde a distribuição de dados não é normal, aplicam-se testes não paramétricos para executar o estudo. Os testes paramétricos e não paramétricos são testes de hipóteses. Os paramétricos utilizam os

parâmetros de distribuição, ou uma estimativa destes, para o cálculo de sua estatística, são testes rigorosos e possuem mais pressuposições para sua validação. Os testes não paramétricos utilizam, para o cálculo de sua estatística, postos atribuídos aos dados ordenados e são livres da distribuição de probabilidades dos dados estudados (Reis & Ribeiro, 2007).

Para determinar se a amostra estudada possuía distribuição de dados (ROA, ROE, LPA e R/TA) normal, e assim determinar se seriam efetuados testes paramétricos ou não paramétricos, foram aplicados os Testes de normalidade K-S e S-W. Os testes foram aplicados em cima da base completa de dados, conforme Tabela 11.

Tabela 11

Testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W) sobre a base completa de dados

	Kolmogorov-Smirnov*			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df**	Sig.***	Estatística	df	Sig.
ROA	0,2780	1799	0,00000	0,4010	1799	0,00000
ROE	0,3850	1799	0,00000	0,0990	1799	0,00000
LPA	0,5100	1799	0,00000	0,0680	1799	0,00000
R/TA	0,1220	1799	0,00000	0,8220	1799	0,00000
ROAc	0,2810	1799	0,00000	0,2550	1799	0,00000
ROEc	0,4240	1799	0,00000	0,0330	1799	0,00000
LPAc	0,5040	1799	0,00000	0,0750	1799	0,00000
Rc/TAc	0,1240	1799	0,00000	0,8000	1799	0,00000

Nota. ROAc, ROEc, LPAc e Rc/TAc = c: dados após correção monetária; *Correção de significância Lilliefors; ** df = quantidade de amostras; ***Sig. = Significância ou valor-p. Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk é de que a distribuição é normal. Como o Sig. obtido é inferior à 5% não se pode aceitar a hipótese nula. Portanto, as distribuições de dados não são normais e serão aplicados testes não paramétricos.

O teste não paramétrico escolhido foi o Teste de Wilcoxon. O Teste de Wilcoxon (*Wilcoxon Signed-ranks test*) é um método não paramétrico para comparação de duas amostras pareadas. É um método baseado nos postos (*ranks*) dos valores obtidos. Postos são as posições, representadas por números, que os valores ocupam quando colocados em ordem crescente. A princípio são calculados os valores numéricos da diferença entre cada par, sendo possíveis três condições: aumento, diminuição ou igualdade. Uma vez calculadas todas as diferenças entre os valores obtidos para cada par de dados, essas diferenças são ordenadas pelo seu valor absoluto (sem considerar o sinal), substituindo-se então os valores originais pelo posto que ocupam na escala ordenada. O teste da hipótese de igualdade entre os grupos é

baseado na soma dos postos das diferenças negativas e positivas (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009).

Este teste para dados pareados, ao invés de considerar apenas o sinal das diferenças entres os pares, considera o valor dessas diferenças, sendo assim um teste não paramétrico dos mais poderosos e populares. A prova de Wilcoxon provavelmente é a prova não paramétrica de contraste de médias com dados relacionados de maior utilidade em pesquisa educativa. Esta prova dá um peso maior às diferenças grandes entre cada par de pontuações. Quando as suposições paramétricas são atendidas, a eficiência do teste de Wilcoxon é de cerca de 95%, tanto para pequenas quanto para grandes amostras (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009).

O teste não paramétrico de Wilcoxon foi aplicado à base completa de dados, conforme Tabela 12.

Tabela 12

Teste de Wilcoxon sobre a base completa de dados – Teste Estatístico

Test Statistics^a				
	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-14,459 ^b	-10,325 ^b	-21,882 ^b	-24,058 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = *Based on negative ranks* (baseado nos postos negativos); c = *Based on positive ranks* (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE e LPA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias apuradas são estatisticamente diferentes à um nível de significância de 1%. Dessa forma, realizar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas e países estudados.

Porém, os países estudados apresentam diferentes níveis inflacionários, dessa forma, vamos analisar a partir de agora os indicadores por país.

4.2 Análise e discussão dos resultados por país

Serão apresentados a seguir os valores médios de ROA, ROE, LPA e R/TA por país e os resultados dos testes estatísticos de diferenças de médias individualmente.

Para países que possuem quantidades pequenas de empresas disponíveis para o estudo foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon. Para países que possuem mais de 30 empresas disponíveis para o estudo, foi efetuado primeiramente o teste de normalidade para avaliar se a distribuição de dados era normal ou não, para então, determinar se o teste aplicado seria paramétrico ou não paramétrico.

4.2.1 Alemanha

Os indicadores estudados da Alemanha estão demonstrados na Tabela 13 e representados graficamente na Figura 4.

Tabela 13

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Alemanha

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	10,52%	10,63%	19,92%	20,12%	2,30	2,47	60,45%	61,07%
2013	12,27%	12,41%	20,72%	20,87%	2,71	2,90	62,06%	61,91%
2014	8,52%	8,60%	16,74%	16,82%	2,67	2,85	45,60%	45,28%
2015	7,38%	7,49%	13,12%	13,26%	2,49	2,66	50,24%	49,85%
2016	8,21%	8,43%	13,77%	14,04%	2,96	3,18	49,83%	49,31%
2017	9,54%	9,74%	15,88%	16,02%	3,30	3,52	55,20%	54,05%
2018	7,94%	8,13%	14,16%	14,24%	3,33	3,52	47,99%	46,84%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

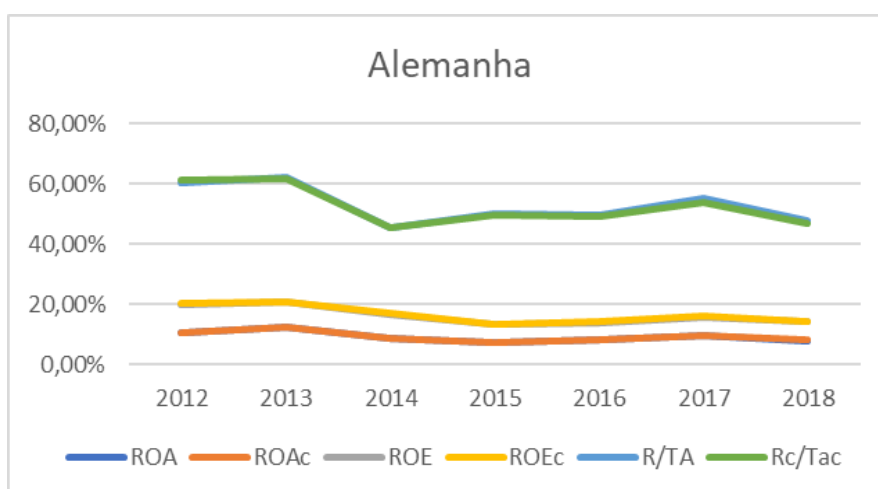


Figura 4. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Alemanha.

A amostra da Alemanha é composta por apenas 1 empresa, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon, conforme demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14

Teste de Wilcoxon– Teste Estatístico – Alemanha**Test Statistics^a**

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-2,366 ^b	-2,197 ^b	-2,366 ^b	-1,521 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,018	0,028	0,018	0,128

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE e LPA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 5% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 5%. Assim, efetuar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE e LPA das empresas da Alemanha, cuja inflação no período foi de 2,04% (2012), 1,43% (2013), 0,19% (2014), 0,17% (2015), 1,50% (2016), 1,38% (2017), 1,56% (2018), e um acumulado de 8,55% (2012-2018). No entanto, na análise do R/TA, as médias se apresentaram estatisticamente iguais, antes e depois da correção monetária, a um nível de significância de 5%, dessa forma, efetuar a correção monetária não altera significativamente o R/TA.

4.2.2 Argentina

Os indicadores estudados da Argentina estão demonstrados na Tabela 15 e representados graficamente na Figura 5.

Tabela 15

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Argentina

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	5,17%	5,82%	10,40%	11,71%	52,69	347,82	81,86%	92,17%
2013	5,86%	9,25%	12,02%	17,67%	73,29	653,56	74,65%	73,32%
2014	5,54%	11,95%	11,51%	21,61%	78,19	949,81	75,70%	65,23%
2015	2,86%	11,06%	6,26%	20,31%	145,93	1.474,85	57,49%	44,19%
2016	-0,81%	11,01%	-2,35%	22,89%	-2,23	1.511,52	50,05%	36,94%
2017	4,51%	15,65%	11,84%	30,50%	210,80	2.083,63	51,95%	33,92%
2018	6,25%	15,54%	13,41%	26,93%	485,36	2.718,60	44,66%	32,42%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

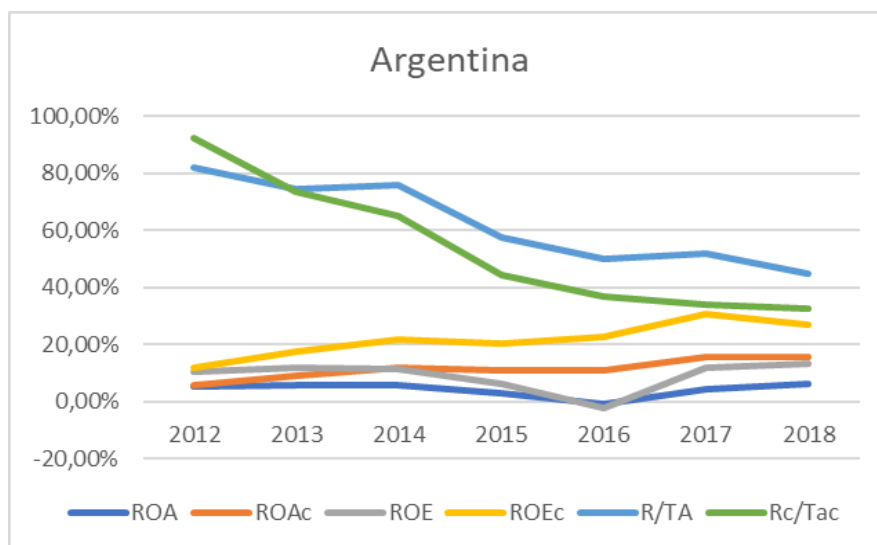


Figura 5. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Argentina.

A amostra da Argentina é composta por 56 empresas, com isso, inicialmente foi realizado os testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, para avaliar se a distribuição dos dados era normal ou não.

Tabela 16

Testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W) - Argentina

	Kolmogorov-Smirnov [*]			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df ^{**}	Sig. ^{***}	Estatística	df	Sig.
ROA	0,279	392	0,000	0,405	392	0,000
ROE	0,410	392	0,000	0,162	392	0,000
LPA	0,316	392	0,000	0,397	392	0,000
R/TA	0,100	392	0,000	0,886	392	0,000
ROAc	0,295	392	0,000	0,218	392	0,000
ROEc	0,132	392	0,000	0,829	392	0,000
LPAC	0,378	392	0,000	0,205	392	0,000
Rc/TAc	0,136	392	0,000	0,808	392	0,000

Nota. ^{*}Correção de significância Lilliefors; ^{**} df = quantidade de amostras; ^{***}Sig. = Significância ou valor-p.
Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk é de que a distribuição é normal. Como o Sig. é inferior à 5% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as distribuições não são normais e serão aplicados testes não paramétricos.

Tabela 17

Teste de Wilcoxon – Teste Estatístico - Argentina**Test Statistics^a**

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-7,701 ^b	-3,447 ^b	-10,518 ^b	-11,339 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,001	0,000	0,000

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 1%. Dessa forma, realizar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas da Argentina, cuja inflação no período foi de 25,20% (2012), 27,90% (2013), 38,50% (2014), 27,80% (2015), 40,70% (2016), 24,70% (2017), 47,60% (2018), e um acumulado de 634,01% (2012-2018).

4.2.3 Austrália

Os indicadores estudados da Austrália estão demonstrados na Tabela 18 e representados graficamente na Figura 6.

Tabela 18

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Austrália

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	-42,79%	-43,17%	-51,09%	-51,55%	-0,06	-0,06	17,30%	17,46%
2013	-51,83%	-54,37%	-62,52%	-64,02%	-0,06	-0,07	21,50%	21,73%
2014	-56,60%	-60,75%	-69,86%	-71,80%	-0,10	-0,11	20,84%	21,07%
2015	-38,77%	-41,81%	-42,60%	-44,52%	-0,05	-0,06	10,36%	10,40%
2016	-72,24%	-76,58%	-80,32%	-81,20%	-0,08	-0,09	9,69%	9,70%
2017	-33,24%	-39,45%	-41,77%	-45,79%	-0,04	-0,05	15,43%	15,38%
2018	-32,49%	-39,88%	-44,20%	-48,74%	-0,15	-0,19	23,96%	23,69%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa.

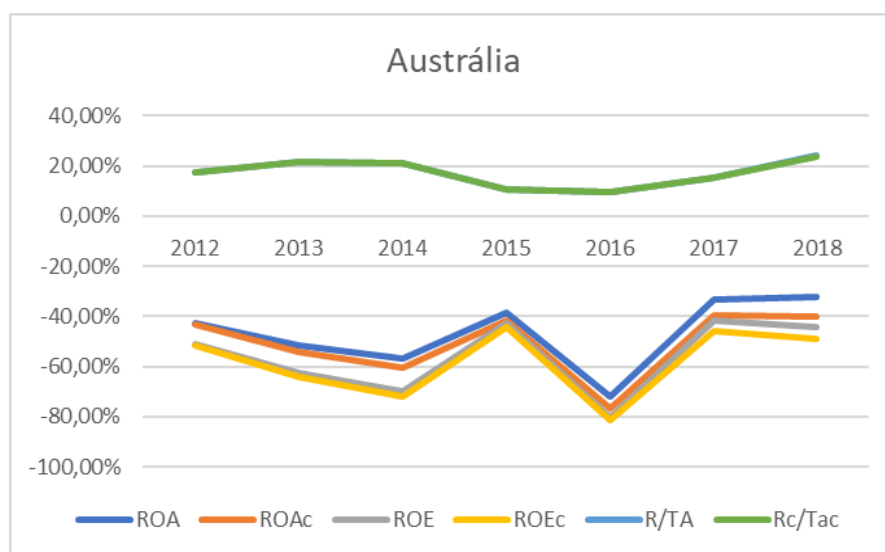


Figura 6. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Austrália.

A amostra da Austrália é composta por 4 empresas, dessa forma, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 19

Teste de Wilcoxon – Teste Estatístico – Austrália

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-4,623 ^b	-3,575 ^b	-4,623 ^b	-2,163 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,031

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 5% para essa variável não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias de R/TA são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 5%. Dessa forma, efetuar a correção monetária altera significativamente o R/TA das empresas da Austrália.

A H_0 do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE e LPA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância

de 1%. Assim, efetuar a correção monetária altera significativamente o ROA, o ROE e o LPA das empresas da Austrália, cuja inflação no período foi de 2,50% (2012), 2,40% (2013), 2,75% (2014), 1,40% (2015), 1,50% (2016), 2,00% (2017), 1,90% (2018), e um acumulado de 15,37% (2012-2018).

4.2.4 Brasil

Os indicadores estudados do Brasil estão demonstrados na Tabela 20 e representados graficamente na Figura 7.

Tabela 20

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Brasil

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	3,15%	3,24%	7,56%	7,78%	105,89	154,32	41,79%	43,01%
2013	2,98%	3,81%	6,49%	8,12%	73,66	109,73	48,04%	47,76%
2014	1,31%	3,06%	3,13%	6,96%	75,35	116,08	47,73%	45,94%
2015	-2,08%	1,64%	-5,78%	4,13%	-19,57	12,02	45,20%	42,09%
2016	1,94%	6,74%	5,18%	15,99%	98,73	160,40	46,66%	40,62%
2017	2,55%	7,53%	6,81%	17,78%	101,90	162,99	44,94%	38,10%
2018	5,53%	10,34%	14,16%	23,49%	164,03	221,83	47,68%	40,10%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

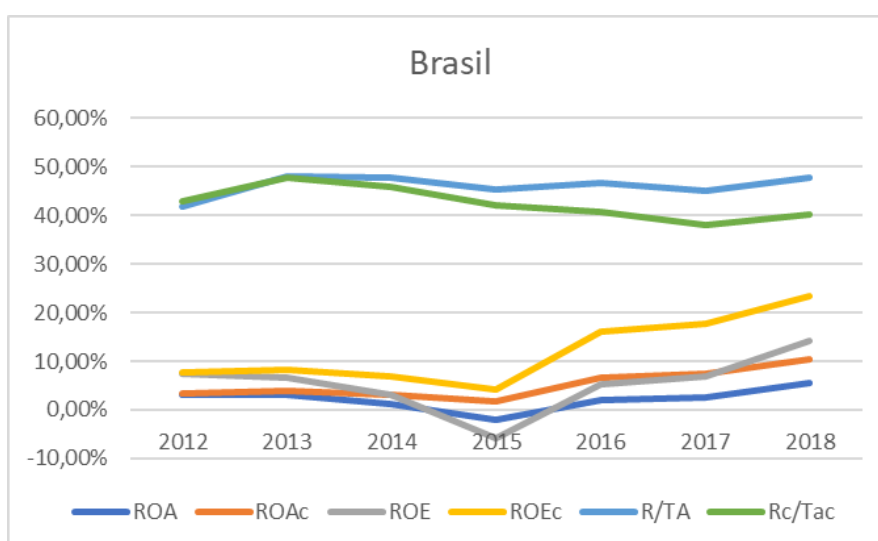


Figura 7. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária do Brasil.

A amostra do Brasil é composta por 61 empresas, com isso, inicialmente foi realizado os testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, para avaliar se a distribuição dos dados era normal.

Tabela 21

Testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W) – Brasil

	Kolmogorov-Smirnov [*]			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df ^{**}	Sig. ^{***}	Estatística	df	Sig.
ROA	0,107	427	0,000	0,868	427	0,000
ROE	0,194	427	0,000	0,637	427	0,000
LPA	0,193	427	0,000	0,715	427	0,000
R/TA	0,169	427	0,000	0,665	427	0,000
ROAc	0,161	427	0,000	0,837	427	0,000
ROEc	0,133	427	0,000	0,777	427	0,000
LPAc	0,196	427	0,000	0,729	427	0,000
Rc/TAc	0,177	427	0,000	0,658	427	0,000

Nota. *Correção de significância Lilliefors; ** df = quantidade de amostras; ***Sig. = Significância ou valor-p.
Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk é de que a distribuição é normal. Como o Sig. é inferior à 5% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as distribuições não são normais e serão aplicados testes não paramétricos.

Tabela 22

Teste de Wilcoxon – Teste Estatístico – Brasil**Test Statistics^a**

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-6,895 ^b	-5,069 ^b	-9,464 ^b	-12,402 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 1%. Dessa forma, realizar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas do Brasil, cuja inflação no

período foi de 5,84% (2012), 5,91% (2013), 6,41% (2014), 10,67% (2015), 6,29% (2016), 2,95% (2017), 3,75% (2018), e um acumulado de 49,87% (2012-2018).

4.2.5 Canadá

Os indicadores estudados do Canadá estão demonstrados na Tabela 23 e representados graficamente na Figura 8.

Tabela 23

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Canadá

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	4,32%	4,33%	9,95%	9,99%	37,42	41,37	45,96%	46,15%
2013	3,99%	4,44%	9,23%	10,25%	34,92	42,01	46,85%	46,68%
2014	3,97%	4,91%	9,48%	11,66%	33,85	45,15	46,19%	45,58%
2015	-0,39%	1,23%	-0,97%	3,06%	-9,96	3,48	37,52%	36,59%
2016	2,12%	4,16%	5,18%	10,10%	20,40	40,04	34,81%	33,59%
2017	3,92%	6,23%	9,07%	14,29%	36,49	60,79	34,02%	32,64%
2018	3,24%	6,18%	7,39%	13,97%	35,14	65,37	36,82%	34,84%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

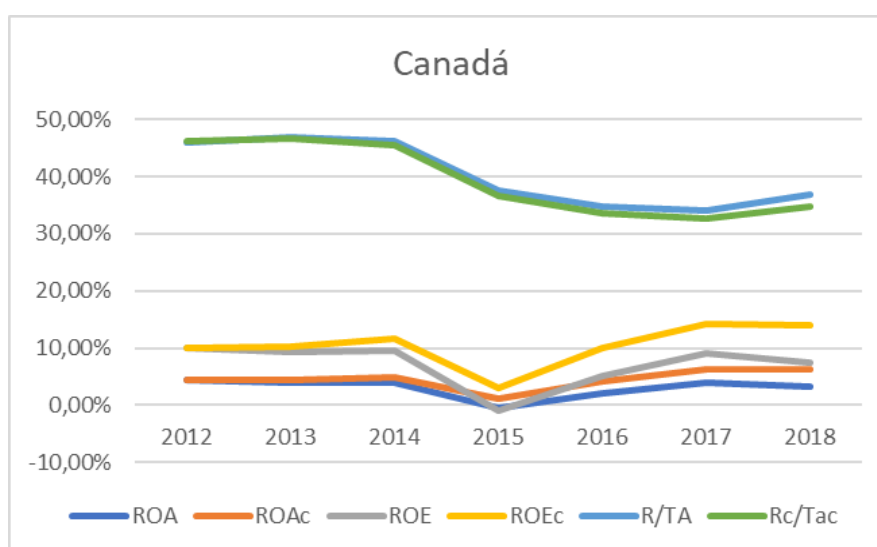


Figura 8. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária do Canadá.

A amostra do Canadá é composta por 22 empresas, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 24

Teste de Wilcoxon – Teste Estatístico – Canadá**Test Statistics^a**

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-9,493 ^b	-9,386 ^b	-9,659 ^b	-9,309 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 1%. Assim, efetuar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas do Canadá, cuja inflação no período foi de 0,83% (2012), 1,24% (2013), 1,47% (2014), 1,61% (2015), 1,50% (2016), 1,87% (2017), 1,99% (2018), e um acumulado de 10,99% (2012-2018).

4.2.6 Coréia do Sul

Os indicadores estudados da Coréia do Sul estão demonstrados na Tabela 25 e representados graficamente na Figura 9.

Tabela 25

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Coréia do Sul

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	0,24%	0,24%	0,57%	0,57%	42,76	46,24	57,59%	58,01%
2013	1,23%	1,59%	2,91%	3,73%	41,12	46,64	55,26%	55,11%
2014	2,03%	2,61%	4,78%	6,12%	38,81	45,70	55,32%	54,78%
2015	5,16%	5,99%	11,23%	12,97%	43,78	52,96	52,95%	52,10%
2016	3,43%	4,59%	7,26%	9,65%	50,15	61,42	49,77%	48,56%
2017	2,76%	4,25%	5,84%	8,88%	81,66	95,07	50,86%	49,17%
2018	1,09%	2,91%	2,39%	6,27%	65,40	79,36	49,02%	47,00%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

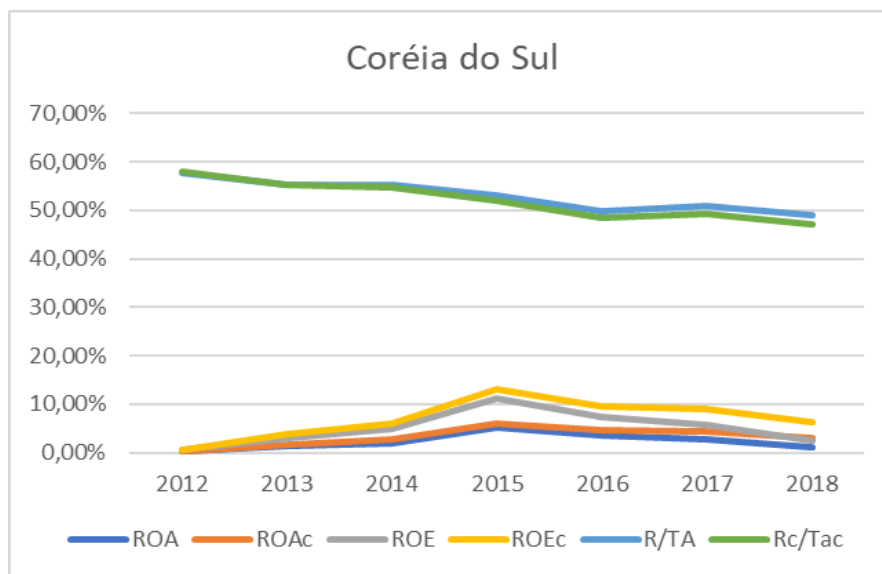


Figura 9. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Coréia do Sul.

A amostra da Coréia do Sul é composta por apenas 4 empresas, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 26

Teste de Wilcoxon– Teste Estatístico – Coréia do Sul

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-3,803 ^b	-3,029 ^b	-4,463 ^b	-3,803 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,002	0,000	0,000

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test. . b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos). c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 1%. Assim, realizar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas da Coréia do Sul, cuja inflação no período foi de 1,43% (2012), 1,14% (2013), 0,83% (2014), 1,13% (2015), 1,34% (2016), 1,41% (2017), 1,32% (2018), e um acumulado de 8,92% (2012-2018).

4.2.7 Dinamarca

Os indicadores estudados da Dinamarca estão demonstrados na Tabela 27 e representados graficamente na Figura 10.

Tabela 27

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Dinamarca

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	32,64%	32,98%	52,75%	53,30%	38,27	40,16	118,82%	120,05%
2013	35,80%	35,72%	59,16%	58,82%	45,79	47,27	118,82%	118,84%
2014	34,36%	34,15%	65,72%	64,88%	11,41	11,71	115,24%	114,92%
2015	37,97%	37,71%	74,22%	73,13%	13,41	13,70	117,57%	117,13%
2016	38,88%	38,56%	83,78%	82,13%	14,87	15,13	114,60%	114,01%
2017	37,25%	36,89%	76,54%	74,70%	14,95	15,11	109,13%	108,34%
2018	34,87%	34,44%	74,52%	72,28%	15,15	15,19	100,96%	99,79%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

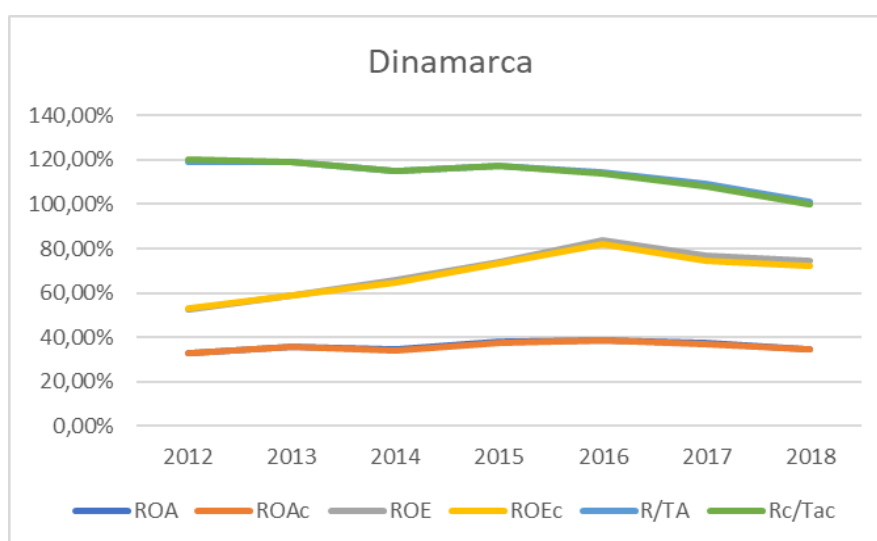


Figura 10. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Dinamarca.

A amostra da Dinamarca é composta por 1 empresa, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 28

Teste de Wilcoxon– Teste Estatístico – Dinamarca

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-1,521 ^b	-2,028 ^b	-2,366 ^c	-1,014 ^b
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,128	0,043	0,018	0,310

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é superior à 5% podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente iguais a um nível de significância de 5%.

A H_0 do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROE e LPA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig é inferior à 5% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 5%. Assim, efetuar a correção monetária altera significativamente o ROE e LPA das empresas da Dinamarca, cuja inflação no período foi de 2,08% (2012), 0,71% (2013), 0,40% (2014), 0,40% (2015), 0,50% (2016), 1,00% (2017), 0,79% (2018), e um acumulado de 6,02% (2012-2018).

4.2.8 Espanha

Os indicadores estudados da Espanha estão demonstrados na Tabela 29 e representados graficamente na Figura 11.

Tabela 29

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Espanha

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	3,39%	3,44%	15,92%	16,15%	0,97	1,01	48,05%	48,74%
2013	4,18%	4,29%	18,08%	18,54%	1,09	1,15	48,01%	47,99%
2014	2,66%	2,35%	10,74%	9,50%	0,70	0,64	41,19%	41,18%
2015	2,34%	2,05%	10,45%	9,19%	0,62	0,56	38,40%	38,59%
2016	1,94%	2,29%	8,45%	9,97%	0,48	0,58	42,09%	42,20%
2017	2,94%	3,82%	12,69%	16,42%	0,65	0,87	45,20%	44,84%
2018	3,46%	4,85%	14,64%	20,34%	0,76	1,09	42,70%	42,02%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

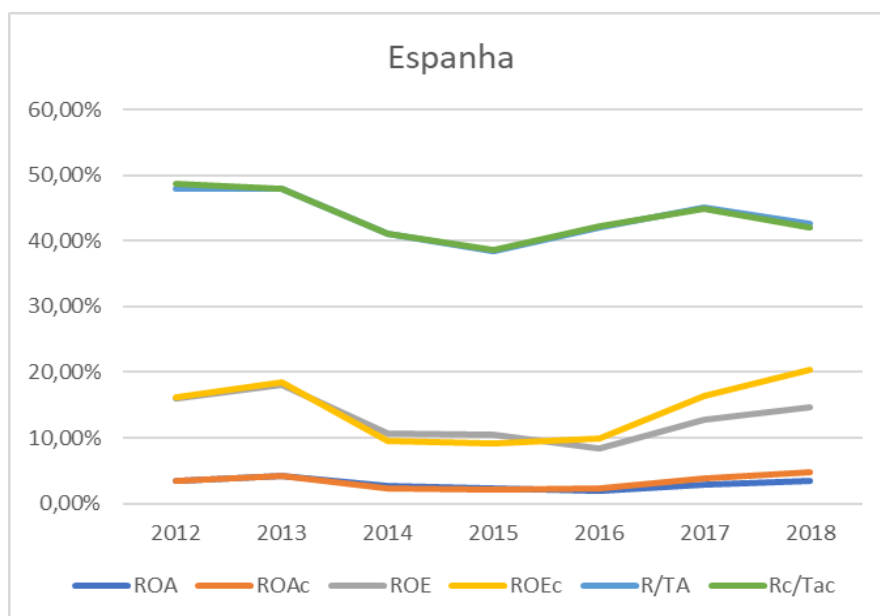


Figura 11. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Espanha.

A amostra da Espanha é composta por apenas 1 empresa, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 30

Teste de Wilcoxon– Teste Estatístico – Espanha

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-1,183 ^b	-1,183 ^b	-1,521 ^b	0,000 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,237	0,237	0,128	1,000

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A H_0 do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é superior à 5% podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente iguais a um nível de significância de 5%. Assim, efetuar a correção monetária não altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas da Espanha, cuja inflação no período foi de 2,87% (2012), 0,25% (2013), -1,04% (2014), 0,02% (2015), 1,57% (2016), 1,11% (2017), 1,18% (2018), e um acumulado de 6,07% (2012-2018).

4.2.9 Finlândia

Os indicadores estudados da Finlândia estão demonstrados na Tabela 31 e representados graficamente na Figura 12.

Tabela 31

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Finlândia

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	-12,65%	-12,80%	-40,11%	-40,58%	-1,01	-1,07	100,76%	101,95%
2013	-2,93%	-3,03%	-11,10%	-11,29%	-0,20	-0,21	50,45%	50,64%
2014	16,50%	16,28%	40,10%	39,05%	0,93	0,94	60,45%	60,21%
2015	5,71%	5,57%	11,35%	10,99%	0,30	0,30	59,73%	59,31%
2016	-2,03%	-2,23%	-4,35%	-4,74%	-0,16	-0,18	52,59%	52,61%
2017	-3,50%	-3,76%	-8,86%	-9,34%	-0,25	-0,27	56,42%	56,17%
2018	-0,85%	-1,18%	-2,18%	-2,97%	-0,06	-0,08	57,10%	56,78%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

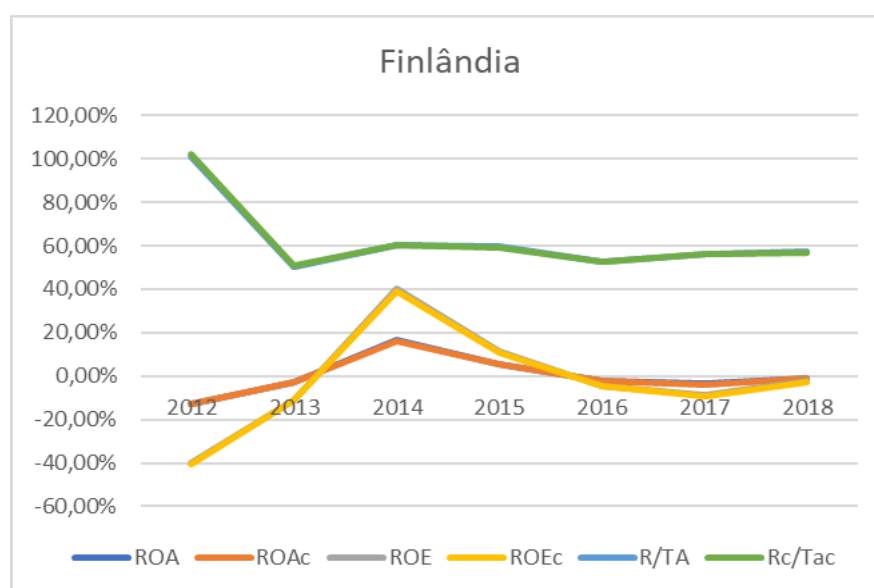


Figura 12. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Finlândia.

A amostra da Finlândia possui apenas 1 empresa, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 32

Teste de Wilcoxon– Teste Estatístico – Finlândia

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-2,366 ^b	-2,366 ^b	-1,690 ^b	-0,676 ^b
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,018	0,018	0,091	0,499

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é superior à 5% podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente iguais a um nível de significância de 5%.

A H_0 do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA e ROE, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 5% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 5%. Assim, efetuar a correção monetária altera significativamente o ROA e ROE das empresas da Finlândia, cuja inflação no período foi de 2,36% (2012), 1,61% (2013), 0,47% (2014), -0,24% (2015), 1,03% (2016), 0,49% (2017), 1,18% (2018), e um acumulado de 7,08% (2012-2018).

4.2.10 França

Os indicadores estudados da França estão demonstrados na Tabela 33 e representados graficamente na Figura 13.

Tabela 33

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – França

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	5,11%	5,14%	8,92%	8,98%	3,42	3,60	35,83%	36,06%
2013	4,03%	4,13%	6,79%	6,95%	2,70	2,89	34,69%	34,62%
2014	4,63%	4,72%	8,01%	8,15%	3,40	3,61	35,04%	34,85%
2015	4,29%	4,39%	7,53%	7,70%	3,30	3,52	34,09%	33,89%
2016	4,59%	4,74%	8,32%	8,55%	3,85	4,12	33,18%	32,93%
2017	8,57%	8,78%	14,68%	14,92%	6,80	7,21	36,29%	35,81%
2018	3,96%	4,42%	7,47%	8,22%	3,53	4,04	32,04%	31,40%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

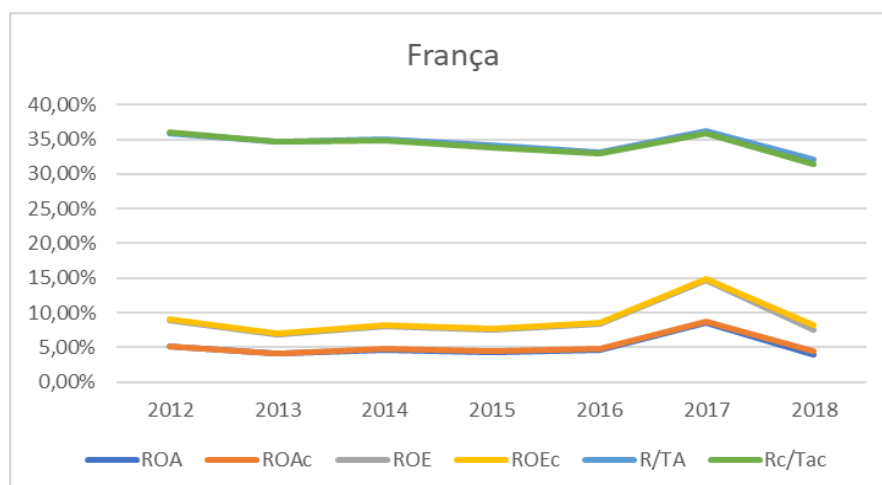


Figura 13. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da França.

A amostra da França é composta por 2 empresas, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 34

Teste de Wilcoxon– Teste Estatístico – França

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-0,157 ^b	-0,220 ^b	-1,664 ^b	-1,664 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,875	0,826	0,096	0,096

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A Hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é superior à 5% podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente iguais a um nível de significância de 5%. Assim, efetuar a correção monetária não altera significativamente o ROA, ROE, LPA e o R/TA das empresas da França, cuja inflação no período foi de 1,33% (2012), 0,71% (2013), 0,06% (2014), 0,18% (2015), 0,61% (2016), 1,19% (2017), 1,59% (2018), e um acumulado de 5,80% (2012-2018).

4.2.11 Itália

Os indicadores estudados da Itália estão demonstrados na Tabela 35 e representados graficamente na Figura 14.

Tabela 35

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Itália

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAC	R/TA	Rc/TAc
2012	3,39%	3,42%	8,57%	8,67%	1,82	1,90	73,06%	73,91%
2013	2,23%	2,36%	5,71%	6,05%	-0,03	0,01	67,12%	67,07%
2014	1,27%	1,40%	3,28%	3,61%	-0,52	-0,49	61,15%	60,91%
2015	-4,23%	-4,05%	-11,62%	-11,09%	-2,83	-2,86	43,34%	43,16%
2016	0,26%	0,55%	0,65%	1,39%	-0,38	-0,29	39,16%	38,94%
2017	2,54%	3,08%	6,50%	7,80%	0,45	0,64	49,85%	49,34%
2018	1,64%	2,45%	4,14%	6,11%	1,67	1,95	52,42%	51,57%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

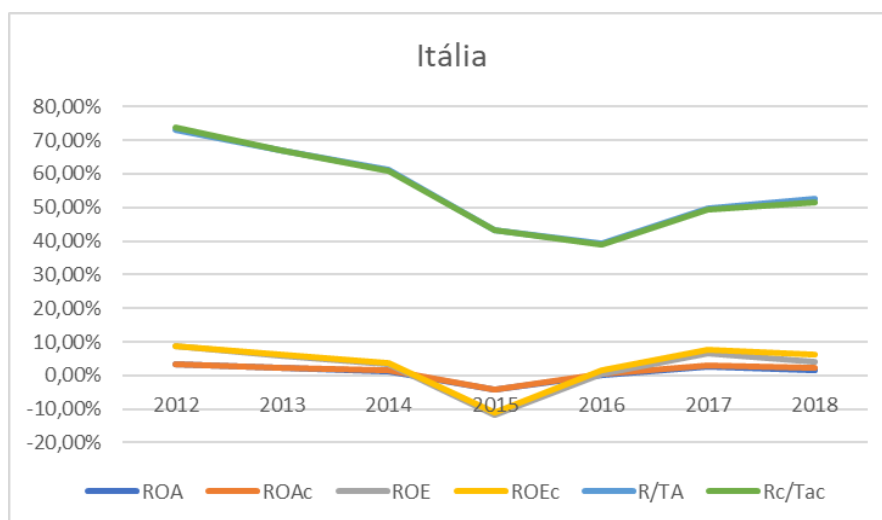


Figura 14. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Itália.

A amostra da Itália é composta por 3 empresas, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 36

Teste de Wilcoxon– Teste Estatístico – Itália**Test Statistics^a**

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAC - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-3,667 ^b	-3,841 ^b	-2,277 ^b	-2,346 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,023	0,019

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA e ROE, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 1%. A H_0 do teste de Wilcoxon é de que as médias (LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 5% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 5%. Dessa forma, efetuar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas da Itália, cuja inflação no período foi de 2,31% (2012), 0,66% (2013), 0,00% (2014), 0,09% (2015), 0,49% (2016), 0,90% (2017), 1,09% (2018), e um acumulado de 5,65% (2012-2018).

4.2.12 México

Os indicadores estudados do México estão demonstrados na Tabela 37 e representados graficamente na Figura 15.

Tabela 37

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – México

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	5,46%	5,56%	12,76%	12,98%	101,96	132,69	79,62%	81,04%
2013	3,49%	4,00%	8,50%	9,57%	-3,51	11,48	74,44%	74,34%
2014	3,21%	4,14%	8,19%	10,20%	127,65	186,78	69,06%	67,73%
2015	3,91%	4,99%	10,22%	12,50%	150,54	212,20	69,54%	67,00%
2016	4,05%	5,37%	10,24%	12,96%	251,15	356,99	66,43%	63,79%
2017	4,06%	6,14%	9,99%	14,10%	342,87	461,07	68,47%	64,61%
2018	4,94%	7,35%	12,01%	16,43%	342,43	449,86	72,50%	66,07%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

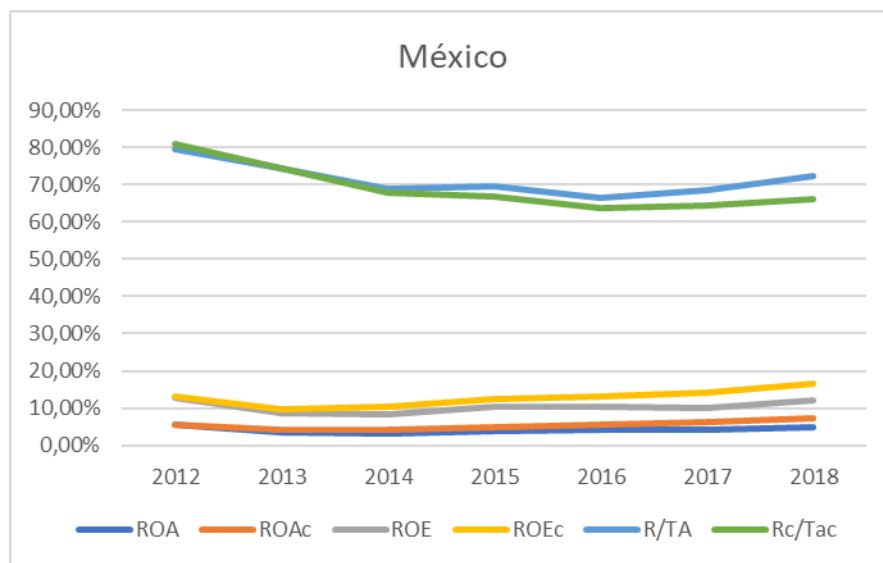


Figura 15. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária do México.

A amostra do México é composta por 92 empresas, devido a isso, inicialmente foi realizado os testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, para avaliar se a distribuição dos dados era normal.

Tabela 38

Testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W) – México

	Kolmogorov-Smirnov *			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df**	Sig.***	Estatística	df	Sig.
ROA	0,251	644	0,000	0,386	644	0,000
ROE	0,273	644	0,000	0,480	644	0,000
LLA	0,299	644	0,000	0,431	644	0,000
R/TA	0,098	644	0,000	0,920	644	0,000
ROAc	0,241	644	0,000	0,434	644	0,000
ROEc	0,470	644	0,000	0,028	644	0,000
LLAc	0,292	644	0,000	0,449	644	0,000
Rc/Tac	0,097	644	0,000	0,918	644	0,000

Nota. *Correção de significância Lilliefors; ** df = quantidade de amostras; ***Sig. = Significância ou valor-p.
Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk é de que a distribuição é normal. Como o Sig. é inferior à 5% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as distribuições não são normais e serão aplicados testes não paramétricos.

Tabela 39

Teste de Wilcoxon – Teste Estatístico – México

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-7,229 ^b	-5,702 ^b	-12,082 ^b	-16,201 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A H_0 do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 1%. Dessa forma, efetuar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas do México, cuja inflação no período foi de 3,57% (2012), 3,97% (2013), 4,08% (2014), 2,13% (2015), 3,36% (2016), 6,77% (2017), 4,83% (2018), e um acumulado de 32,42% (2012-2018).

4.2.13 Reino Unido

Os indicadores estudados do Reino Unido estão demonstrados na Tabela 40 e representados graficamente na Figura 16.

Tabela 40

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Reino Unido

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAc	R/TA	Rc/TAc
2012	7,19%	7,28%	33,42%	33,82%	4,54	5,06	50,08%	50,68%
2013	7,94%	8,77%	36,45%	40,04%	6,04	7,16	47,78%	47,63%
2014	6,37%	7,47%	30,23%	35,13%	4,61	5,73	46,50%	45,84%
2015	8,43%	9,57%	37,63%	42,38%	6,16	7,52	42,44%	41,74%
2016	3,61%	5,41%	16,03%	23,73%	1,53	3,17	39,79%	39,04%
2017	7,50%	10,32%	30,57%	41,38%	7,24	9,94	43,83%	42,40%
2018	6,44%	10,05%	25,78%	39,37%	5,21	8,16	44,51%	42,29%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

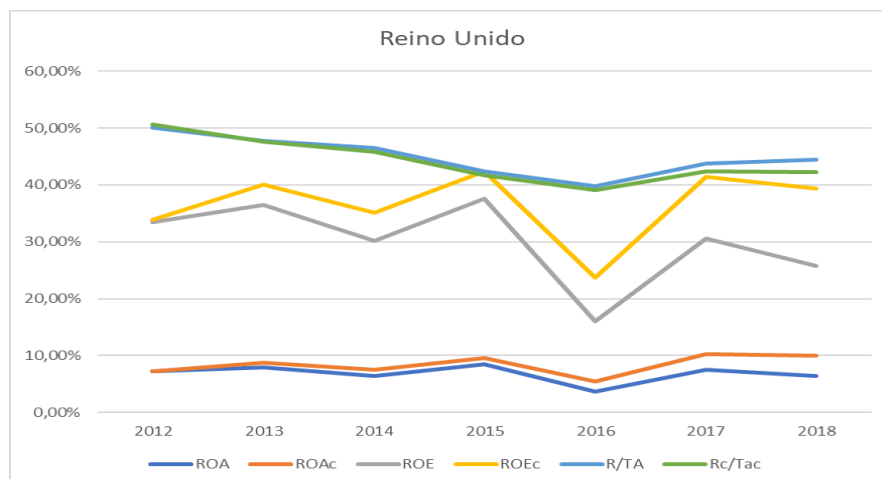


Figura 16. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária do Reino Unido.

A amostra do Reino Unido possui 8 empresas, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 41

Teste de Wilcoxon – Teste Estatístico – Reino Unido

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-6,265 ^b	-4,698 ^b	-6,289 ^b	-5,041 ^c
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos); c = based on positive ranks (baseado nos postos positivos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é inferior à 1% não podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente diferentes a um nível de significância de 1%. Assim, realizar a correção monetária altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas do Reino Unido, cuja inflação no período foi de 2,42% (2012), 1,95% (2013), 0,71% (2014), 0,50% (2015), 1,79% (2016), 2,74% (2017), 2,00% (2018), e um acumulado de 12,73% (2012-2018).

4.2.14 Suécia

Os indicadores estudados da Suécia estão demonstrados na Tabela 42 e representados graficamente na Figura 17.

Tabela 42

ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária – Suécia

Ano	ROA	ROAc	ROE	ROEc	LPA	LPAC	R/TA	Rc/TAc
2012	2,16%	2,16%	4,29%	4,29%	1,80	1,89	82,83%	82,81%
2013	4,52%	4,49%	8,60%	8,53%	3,68	3,86	84,47%	84,49%
2014	3,80%	3,83%	7,67%	7,74%	3,37	3,59	77,66%	77,58%
2015	4,81%	4,84%	9,28%	9,34%	4,08	4,33	86,83%	86,89%
2016	0,67%	0,41%	1,35%	0,81%	0,57	0,36	78,56%	78,81%
2017	-13,46%	-13,95%	-35,00%	-35,14%	-10,52	-11,25	77,26%	77,03%
2018	-2,34%	-3,00%	-7,15%	-8,70%	-1,88	-2,46	78,45%	77,91%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa

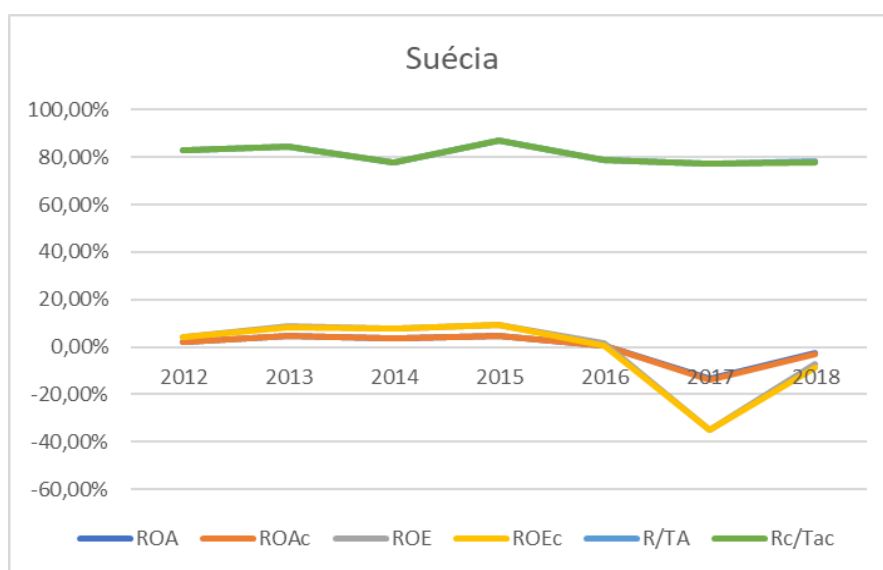


Figura 17. Representação gráfica das variáveis de estudo: ROA, ROE e R/TA antes e depois da correção monetária da Suécia.

A amostra da Suécia é composta por apenas 1 empresa, portanto, foi aplicado diretamente o teste não paramétrico de Wilcoxon.

Tabela 43

Teste de Wilcoxon– Teste Estatístico – Suécia

Test Statistics^a

	ROAc - ROA	ROEc - ROE	LPAc - LPA	Rc/TAc - R/TA
Z	-1,352 ^b	-1,183 ^b	-0,338 ^b	-0,507 ^b
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,176	0,237	0,735	0,612

Nota. a = Wilcoxon Signed Ranks Test; b = based on negative ranks (baseado nos postos negativos). Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese nula (H_0) do teste de Wilcoxon é de que as médias (ROA, ROE, LPA e R/TA, antes e depois da correção) são estatisticamente iguais. Como o Sig. é superior à 5% podemos aceitar a hipótese nula. Portanto, as médias são estatisticamente iguais a um nível de significância de 5%. Assim, efetuar a correção monetária não altera significativamente o ROA, ROE, LPA e R/TA das empresas da Suécia, cuja inflação no período foi de -0,05% (2012), 0,14% (2013), -0,31% (2014), 0,05% (2015), 1,74% (2016), 1,74% (2017), 2,04% (2018), e um acumulado de 5,44% (2012-2018).

4.3 Análise comparativa dos resultados dos países da amostra

Nesse item serão analisados os resultados obtidos comparativamente entre os países estudados, apresentados de forma resumida na Tabela 44.

Tabela 44
Resumo dos resultados obtidos por país

País	Inflação acumulada	Quantidade de empresas	Sig. ROAc - ROA	Sig. ROEc - ROE	Sig. LPAc - LPA	Sig. R/TAc - R/TA	AM/TA
Alemanha	8,55%	1	0,018	0,028	0,018	0,128	33,52%
Argentina	634,01%	56	0,000	0,001	0,000	0,000	43,72%
Austrália	15,37%	4	0,000	0,000	0,000	0,031	23,93%
Brasil	49,87%	61	0,000	0,000	0,000	0,000	41,67%
Canadá	10,99%	22	0,000	0,000	0,000	0,000	25,53%
Coréia do Sul	8,92%	4	0,000	0,002	0,000	0,000	25,61%
Dinamarca	6,02%	1	0,128	0,043	0,018	0,310	50,20%
Espanha	6,07%	1	0,237	0,237	0,128	1,000	34,02%
Finlândia	7,08%	1	0,018	0,018	0,091	0,499	71,45%
França	5,80%	2	0,875	0,826	0,096	0,096	29,31%
Itália	5,65%	3	0,000	0,000	0,023	0,019	37,87%
México	32,42%	92	0,000	0,000	0,000	0,000	45,69%
Reino Unido	12,73%	8	0,000	0,000	0,000	0,000	32,47%
Suécia	5,44%	1	0,176	0,237	0,735	0,612	69,24%

Nota. AM/TA = Ativo monetário/Total de ativos. Fonte: Dados da pesquisa

Dos 14 países estudados, 10 apresentaram significância em relação ao ROA, mostrando que efetuar a correção monetária altera significativamente o ROA das empresas destes países, o que equivale a uma relevância de 71,43% deste indicador em relação ao total da amostra.

Tabela 45

Países que deram significância com o ROA

	Quantidade	%
Total de países da amostra	14	100,00%
Países que deram significância no ROA	10	71,43%
Países que não deram significância no ROA	4	28,57%

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 4 países que não apresentaram significância na correção monetária em relação ao ROA, 3 possuem apenas 1 empresa em estudo, e 1 país possui 2 empresas em estudo. Dos 10 países que apresentaram significância em relação ao ROA, apenas 2 possuem apenas 1 empresa em estudo, todos os outros possuem no mínimo 3 empresas na composição da amostra. Avaliando-se a amostra total observa-se que países com um número muito reduzido de empresas tendem a apresentar uma maior distorção nos resultados, devido aos dados que compõem o cálculo de lucro líquido sobre ativo total (ROA) estarem influenciados pelos resultados e investimentos de apenas 1 ou 2 empresas, não tendo uma base considerável de valores, de onde se possa desconsiderar os *outliers* (valor aberrante ou atípico, é uma observação que apresenta um grande afastamento das demais da série ou que é inconsistente).

Tabela 46

Países que deram significância com o ROE

	Quantidade	%
Total de países da amostra	14	100,00%
Países que deram significância no ROE	11	78,57%
Países que não deram significância no ROE	3	21,43%

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 14 países estudados, 11 apresentaram significância em relação ao ROE, mostrando que efetuar a correção monetária altera significativamente o ROE das empresas destes países, o que equivale a uma relevância de 78,57% deste indicador em relação ao total da amostra.

Dos 3 países que não apresentaram significância na correção monetária em relação ao ROE, 2 possuem apenas 1 empresa em estudo, e 1 país possui 2 empresas em estudo. Dos 11 países que apresentaram significância em relação ao ROE, 3 possuem apenas 1 empresa em estudo, todos os outros possuem no mínimo 3 empresas na composição da amostra. Avaliando-se a amostra total observa-se que países com um número muito reduzido de empresas tendem a apresentar uma maior distorção nos resultados, devido aos dados que compõem o cálculo de lucro líquido sobre patrimônio líquido (ROE) estarem influenciados pelos resultados e investimentos de apenas 1 ou 2 empresas, não tendo uma base considerável de valores, de onde se possa desconsiderar os *outliers*.

Tabela 47

Países que deram significância com o LPA

	Quantidade	%
Total de países da amostra	14	100,00%
Países que deram significância no LPA	10	71,43%
Países que não deram significância no LPA	4	28,57%

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 14 países estudados, 10 apresentaram significância em relação ao LPA, mostrando que efetuar a correção monetária altera significativamente o LPA das empresas destes países, o que equivale a uma relevância de 71,43% deste indicador em relação ao total da amostra.

Dos 4 países que não apresentaram significância na correção monetária em relação ao LPA, 3 possuem apenas 1 empresa em estudo, e 1 país possui 2 empresas em estudo. Dos 10 países que apresentaram significância em relação ao LPA, apenas 2 possuem apenas 1 empresa em estudo, todos os outros possuem no mínimo 3 empresas na composição da amostra. Avaliando-se a amostra total observa-se que países com um número muito reduzido de empresas tendem a apresentar uma maior distorção nos resultados, devido aos dados que compõem o cálculo de lucro líquido sobre número de ações emitidas (LPA) estarem influenciados pelos resultados e investimentos de apenas 1 ou 2 empresas, não tendo uma base considerável de valores, de onde se possa desconsiderar os *outliers*.

Tabela 48

Países que deram significância com o R/TA

	Quantidade	%
Total de países da amostra	14	100,00%
Países que deram significância no R/TA	8	57,14%
Países que não deram significância no R/TA	6	42,86%

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 14 países estudados, 8 apresentaram significância em relação ao R/TA, mostrando que efetuar a correção monetária altera significativamente o R/TA das empresas destes países, o que equivale a uma relevância de 57,14% deste indicador em relação ao total da amostra.

Dos 6 países que não apresentaram significância na correção monetária em relação ao R/TA, 5 possuem apenas 1 empresa em estudo, e 1 país possui 2 empresas em estudo. Dos 8 países que apresentaram significância em relação ao R/TA, todos possuem no mínimo 3 empresas na composição da amostra. Avaliando-se a amostra total observa-se que países com um número muito reduzido de empresas tendem a apresentar uma maior distorção nos resultados, devido aos dados que compõem o cálculo de receita sobre total de ativos (R/TA) estarem influenciados pelos resultados e investimentos de apenas 1 ou 2 empresas, não tendo uma base considerável de valores, de onde se possa desconsiderar os *outliers*. O R/TA foi o indicador que teve o maior número de países compostos por apenas 1 empresa, que não demonstraram significância na correção monetária.

Tabela 49

Países que não deram significância com nenhum dos indicadores (ROA, ROE, LPA e R/TA)

	Quantidade	%
Total de países da amostra	14	100,00%
Países que deram significância com algum dos indicadores (ROA, ROE, LPA, R/TA)	11	78,57%
Países que não deram significância com nenhum dos indicadores (ROA, ROE, LPA, R/TA)	3	21,43%

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 14 países estudados, 11 apresentaram significância em relação a pelo menos 2 dos 4 indicadores avaliados (ROA, ROE, LPA e R/TA), mostrando que efetuar a correção monetária altera significativamente dois ou mais destes indicadores das empresas estudadas, o que equivale a uma relevância de 78,57% em relação ao total da amostra. Três países não apresentaram significância na correção monetária em relação a nenhum dos indicadores avaliados, sendo 2 países compostos por 1 empresa, e 1 país composto por 2 empresas.

Para todos os países estudados com inflação acumulada acima de 10% nota-se que a não correção monetária das demonstrações contábeis geram diferenças significativas na apuração de seus indicadores, independente da composição de itens monetários e não monetários de seus balanços.

5 Conclusão

Os episódios de inflação acontecem a séculos por todo o mundo causando consequências avassaladoras em diversos países. O efeito da inflação gera distorções preocupantes nas demonstrações financeiras emitidas pelas organizações. Apesar do impacto que a inflação provoca nas demonstrações financeiras, aos países que seguem as normas internacionais de contabilidade (IFRS), segundo a norma IAS 29, só é recomendada a correção monetária quando os índices de inflação se aproximam ou excedem 100% em três anos. Muitos estudos vêm manifestando preocupação com as regras que concernem a IAS 29, pois observa-se que mesmo em países com inflação pequena, as demonstrações financeiras sem ajustes adequados à inflação não refletem a situação financeira efetiva da empresa.

Baseado neste contexto o presente estudo se conduziu pela questão de pesquisa: “Quais as implicações causadas na comparabilidade das demonstrações financeiras à luz das IFRS em ambientes inflacionários?”. Tendo por objetivo promover uma discussão sobre os impactos que podem ocorrer quando as companhias não efetuam a correção monetária de seus balanços, mesmo quando não atingem o índice inflacionário determinado pela IAS 29. Para alcançar o propósito desta pesquisa, o estudo foi aplicado a empresas dos países membros do G20 que já convergiram às IFRS, abrangendo assim grandes potências mundiais, além de países emergentes na economia mundial.

Para responder as indagações levantadas no tema foi efetuada a correção monetária dos dados das demonstrações contábeis, verificando a comparabilidade dos dados corrigidos com os balanços mensurados originalmente a valor histórico. Para análise das variáveis do estudo foram aplicados os indicadores ROA, ROE, LPA e R/TA. Foram empregados também os testes de normalidade K-S e S-W, e posteriormente o teste não paramétrico de Wilcoxon, para verificação da distribuição de dados.

Os testes demonstraram por meio dos resultados obtidos que ocorre diferença significativa na comparabilidade das demonstrações corrigidas em relação às demonstrações mensuradas ao custo histórico, independente do índice de inflação.

Observou-se no teste de Wilcoxon, tanto aplicado para a base completa de dados, quanto aplicado por país, que na grande maioria da amostra, a correção monetária é significativa para todos os indicadores ROA, ROE, LPA e R/TA.

Apesar de um alto índice de relevância obtido nos testes, alguns países não apresentaram significância na correção monetária em relação ao ROA, ROE, LPA e R/TA,

sendo estes países constituídos por amostras pequenas, de 1 ou 2 empresas. Essa baixa quantidade de empresas leva a uma distorção dos resultados, devido aos dados estarem influenciados pelos resultados e investimentos de poucas companhias, não tendo uma base considerável de valores, de onde se possam desconsiderar os *outliers*, e dessa forma prejudicando os resultados.

Os resultados obtidos correspondem ao objetivo do trabalho exprimindo a importância da correção monetária das demonstrações financeiras, mesmo em países que não atingem a inflação de 100% em três anos, estabelecida pela IAS 29. Com este resultado sugere-se a revisão tanto do índice de 100%, quanto do prazo de três anos, pois se observou nesta pesquisa, que tanto países com economias hiperinflacionárias, como a Argentina, quanto países com inflações menores, como a Itália, apresentam significância na correção das demonstrações financeiras. Ressalta-se que a partir da inflação acumulada de 10% se torna relevante a apresentação de demonstrações contábeis apresentadas ao custo histórico, com correção monetária dos elementos contábeis e apuração de ganhos ou perdas com os itens monetários sujeitos aos efeitos inflacionários.

Os resultados obtidos nesta pesquisa colaboram de forma teórica para os acadêmicos em relação à mensuração dos elementos contábeis. É notável que a mensuração dos elementos contábeis a custo histórico é impactada consideravelmente em ambientes inflacionários quando não são corrigidos monetariamente. Assim, o estudo buscou enfatizar a importância do uso de custo histórico corrigido em ambientes inflacionários com inflação acumulada acima de 10%.

O trabalho contribui também com os analistas de mercados e normatizadores, com a proposta de revisão da IAS 29, visto a relevância da correção das demonstrações contábeis em ambientes de inflação acumulada acima de 10%, devido às distorções nos resultados das demonstrações financeiras pela falta da correção monetária.

A presente pesquisa verifica também a importância do debate entre os órgãos internacionais de contabilidade, no que concerne essa questão, visando uma maior aplicabilidade da IAS 29 em diferentes cenários de inflação.

Por fim, sabendo-se da globalização de mercados e que a convergência as IFRS atingem mais de 100 nações em todo o mundo, torna-se cada vez mais importante a apresentação de demonstrações financeiras concisas e com qualidade de informação, dessa forma, para se evitar distorções nos resultados, é necessária a revisão da IAS 29, e baseado nos resultados da pesquisa, a volta da correção monetária para muitos países.

Referências

- Ageu, J. D., & Firmino, R. G. (2014). A utilização do custo corrente corrigido como forma de aprimorar a qualidade das informações gerenciais para tomada de decisão. *Revista FAFIC*, 1, 1-14.
- Almeida, E. (2017). História da contabilidade – Do surgimento aos dias atuais. Recuperado de <https://suficienciacontabil.com.br/2017/09/19/historia-da-contabilidade/>
- Almeida, M. C. (1995). *Curso básico de contabilidade: introdução à metodologia da contabilidade e contabilidade básica* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Almeida, J. C. (2008). *Os reflexos da extinção da correção monetária nas demonstrações contábeis em decorrência da lei nº. 9.249, de 26/12/1995* (Dissertação de mestrado em ciências contábeis). Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil.
- Ambrozini, M. A. (2006). *O impacto do fim da correção monetária no resultado das companhias brasileiras de capital aberto e na distribuição de dividendos: estudo empírico no período de 1996 a 2004* (Dissertação de mestrado em controladoria e contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Andrade, J. R. M., Segantini, G. T., & Silva, J. D. G. (2011). Análise dos perfis dos artigos com estrato qualis CAPES sobre teoria dos ajustamentos contábeis do lucro. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 30(3), 33-43. Recuperado de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/14937/8326>
- Antunes, J., Antunes, G.M.B., & Penteado, I.M. (2007). A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1. *X Semead - Seminários em Administração FEA-USP*. Recuperado de http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=30
- Antunes, M. T. P., Pelucio-Grecco, M. C., Formigoni, H., & Mendonça Neto, O. R. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 10(20), 5-19.
- Assaf, A., Neto. (2007). *Finanças corporativas e valor* (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Azevedo, C.E.C., Marques, J.A.V.C., & Pereira, C.A. (2004). *Aspectos jurídicos da extinção da correção monetária das demonstrações contábeis: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Pensar contábil.
- Barbieri, G., & Santos, A. (1996). Fim da correção monetária de balanços e início da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre o capital próprio: alguns de seus principais efeitos. *Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços*, 30(16), 152-162.

- BBC (2018). Como se resolveram os 5 maiores episódios de hiperinflação da história. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/16/como-se-resolveram-os-5-maiores-episodios-de-hiperinflacao-da-historia.ghml>
- Berk, J., & DeMarzo, P. (2009). *Finanças empresariais* (C. B. Andrei, Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Beuren, I. M., Klann, R. C., & Souza, J. C. (2007). O impacto do não reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis a distribuição de dividendos. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. 1(1), 59-78.
- Bezerra, J. (2018). G20 - Grupo dos 20. Toda Matéria. Recuperado de <https://www.todamateria.com.br/g20-grupo-dos-vinte/>
- Bolsa de Comercio de Santa Fé. (2018). *Inflación En Argentina: Periodo 2007-2017*. Centro de Estudios y Servicios. Recuperado de <https://www.infocampo.com.ar/wp-content/uploads/2018/03/Informe-Lautaro-1.pdf>
- Brasil Econômico (2019). Argentina fecha 2018 com inflação de 47,6%, a segunda maior da America latina. Recuperado de <https://economia.ig.com.br/2019-01-15/inflacao-na-argentina-em-2018.html>
- Camargo, R. F. (2017). ROA (Retorno sobre o ativo): saiba o que é e qual a importância de índice de rentabilidade. Recuperado de <https://www.treasy.com.br/blog/roa-retorno-sobre-o-ativo/>
- CNN (2009). Officials: G-20 to supplant G-8 as international economic council. Recuperado de <http://edition.cnn.com/2009/US/09/24/us.g.twenty.summit/index.html>
- Costa, J. A., Theóphilo, C. R., & Yamamoto, M. M. (2012). A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(2), 110-126. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8347/a-aderencia-dos-pronunciamentos-contabeis-do-cp--->
- Coutinho, J. S., & Silva, A.H.C. (2013). Impactos da adoção às normas internacionais de contabilidade nas companhias abertas brasileiras do setor da construção civil. Recuperado de <http://www.labcont.com/4publica/Impactos%20da%20ado%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- CRCSP (2018). Conselho Federal de Contabilidade oferece à Audiência Pública minutas da Interpretação Técnica ICPC 22, CPC 42 e ICPC 23. Recuperado de http://www.crcsp.org.br/portal/publicacoes/crcsp-online/materias/503_01.htm
- Deliberação CVM n. 29, de 05 de fevereiro de 1986*. Deliberou aprovar e referendar o pronunciamento anexo do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), sobre estrutura conceitual básica da contabilidade. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0001/deli029.pdf>
- Deliberação CVM n. 539, de 14 de março de 2008*. Aprova o pronunciamento conceitual básico do CPC que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0500/deli539.pdf>

- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*.
- Fernandes, T. M. C. B. M. (1998). Ativo e sua mensuração. *Caderno de estudos*, (18), 01-12. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000200002
- Franco, H. (2006). *Contabilidade Geral* (23a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gabriel, F., Assaf, A., Neto, & Corrar, L. J. (2005). O impacto do fim da correção monetária no retorno sobre o patrimônio líquido dos bancos no Brasil. *Revista de Administração*, 40(1), 44-54. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16828/o-impacto-do-fim-da-correcao-monetaria-no-retorno-sobre-o-patrimonio-liquido-dos-bancos-no-brasil>
- Galvão, P. R. (2016). *Contabilidade Geral* (1a ed.). Florianópolis: Laureate Brasil.
- Gasparetto, A., Jr. (2013). Correção Monetária. Recuperado de <https://www.infoescola.com/economia/correcao-monetaria/>
- Global-rates. (2018). Números de Inflação 2018. Recuperado de <https://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/2018.aspx>
- Goldschmidt, Y., & Yaron, J. (1991). Inflation adjustments of financial statements: application of international accounting standard 29: financial reporting in hyperinflationary economies. *Policy Research Working Paper Series 670, The World Bank*. Recuperado de <https://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/670.html>
- González, E. (2019). Argentina registra em 2018 inflação de 47,6%, a mais alta em 27 anos. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/internacional/1547578125_658156.html
- Gorla, M. C., Oliveira, C. G., & Lavarda, C. E. F. (2010). Análise crítica comparativa da utilização do IGP-M e índices de preços setoriais para a tradução das demonstrações contábeis em moeda de valor constante. *XVII Congresso brasileiro de custos*, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/775>
- Gregório, J. (2005). *Análise comparativa da rentabilidade do setor bancário privado atuante no Brasil no período de 1997 a 2004* (Dissertação de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Hanke, S. H. (2014). *A hiperinflação mais negligenciada da história*. Mises Brasil. Recuperado de <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1591>
- Hanke, S. H., & Bushnell, C. (2017). On measuring hyperinflation: Venezuela's episode. *World Economics*, 18(3), 1-18. Recuperado de https://sites.krieger.jhu.edu/iae/files/2018/02/Hanke-Bushnell_Venezuela.pdf
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade* (A. Z. Sanvicente, Trad.). São Paulo: Atlas.

- Hyperinflationary economies (2018). Recuperado de [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-devel-136-hyperinflationary-economies-updated-july-2018/\\$File/ey-devel-136-hyperinflationary-economies-updated-july-2018.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-devel-136-hyperinflationary-economies-updated-july-2018/$File/ey-devel-136-hyperinflationary-economies-updated-july-2018.pdf)
- Hoffman, E. (2004). *Os efeitos proporcionados pelo não reconhecimento da correção monetária de balanço: o caso da "Unicafé"* (Monografia de Pós Graduação Lato Sensu). Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Espírito Santo, Brasil.
- IAS 29, 1 January 2009. Financial Reporting in Hyperinflationary Economies. Recuperado de <https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias29>
- IBGE, junho de 2015. Indicadores IBGE: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor. Recuperado de https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201507caderno.pdf
- Ikuno, L. M., Niyama, J. K., Santana, C. M., & Botelho, D. R. (2012). Contabilidade internacional: uma análise da produção científica nos principais períodos internacionais da área – 2000 a 2009. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 142-163.
- InfoMoney. (2011). Entenda melhor como funcionam os índices de inflação. Recuperado de <https://www.google.com/amp/s/www.infomoney.com.br/educacao/guias/amp/noticia/124230>
- Inflation.eu (2010-2019). Inflação histórica. Recuperado de <https://pt.inflation.eu/>
- Instrução CVM n. 64, de 19 de Maio de 1987. Dispõe sobre os procedimento para elaboração e publicação de demonstrações contábeis complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, para pleno atendimento ao princípio do denominador comum monetário. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/001/inst064.pdf>
- Iudícibus, S. (1998). *Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira* (7a ed.). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. (2009). *Análises de balanço* (10a ed.). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. (2017). *Teoria da Contabilidade* (11a ed.). São Paulo: Atlas.
- Jansen, L. (2014). A origem da correção monetária. Recuperado de <http://www.letacio.com/blog/2014/04/04/a-origem-da-correcao-monetaria/>
- Kang, T. (2012). The cross-country comparability of IFRS earnings and book values: evidence form France and Germany. *Journal of International Accounting Research*, 11, 185-190.
- Kanitz, S. (2010). Correção monetária de balanços nos EUA? Recuperado de <https://gilbertomelo.com.br/o-desastre-chamado-volcker/>
- Krugman, P., & Wells, R. (2007). *Introdução à economia* (H. Hoffmann, Trad.). Rio de Janeiro: Elsevier.

- Leal, D. A. (2011). A correção monetária no Brasil e sua aplicação aos tributos federais. Recuperado de [file:///C:/Users/casa/Downloads/0508ayltoncorrecao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/casa/Downloads/0508ayltoncorrecao%20(1).pdf)
- Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.* Altera a legislação do imposto de renda e da outras providencias. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L3470.htm
- Lei nº. 4.357/64, de 16 de julho de 1964.* Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4357.htm
- Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.* Dispões sobre as sociedades por ações. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L6404consol.htm
- Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.* Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm
- Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007.* Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, e a Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm
- Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009.* Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nos 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nos 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nos 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nos 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm
- Lesme, A. (n.d.). G20 financeiro. Brasil Escola. Recuperado de <https://brasilestela.uol.com.br/geografia/g-20-financeiro.htm>
- Lima, V. S. (2011). *Incentivos no nível da firma e consequências econômicas da convergência ao IFRS no Brasil* (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis).

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- Lopes, M. M., Castelo Branco, V. T. F., & Soares, J. B. (2013). Utilização dos testes estatísticos de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk para verificação da normalidade para materiais de pavimentação. *Revista Transportes*, 21(1), 59-66. Recuperado de <https://www.revistatransportes.org.br/anpet/article/viewFile/566/467>
- Lopes, L. S., & Soares, T. C. (2018). Regimes inflacionários e ciclos econômicos: a experiência brasileira pós-plano real. *Revista Brasileira de Economia*, 72(4), 410-428. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402018000400410&lang=pt
- Martini, L. (2013). Contabilidade Geral. Recuperado de https://educacaocoletiva.com.br/assets/system_files/material/phpCggYZ11779.pdf
- Martins, E. (1991). Análise quanto à prática da lei n. 8.200/91: correção monetária das demonstrações contábeis. *Boletim IOB: Temática Contábil de balanços*, 25, 299-312.
- Martins, E. (1994a). A ONU aprovou, em 1989, a Correção Integral (1ª parte). *Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços*, 28(18), 136-140.
- Martins, E. (1994b). A ONU aprovou, em 1989, a Correção Integral (2ª parte e última). *Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços*, 28(19), 144-147.
- Martins, E. (2004). Um pouco da história dos juros sobre o capital próprio. *Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços*, 38(49), 1-7.
- Martins, E., & Assaf, A., Neto. (1986). *Administração Financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias*. São Paulo: Atlas.
- Matos, E. B. S., Marques, M. M., Ferreira, L. O. G., & Tavares, A. L. (2013). Correção monetária: comparativo das normas brasileira, argentina e internacional. *Revista Eletrônica de Alto Vale do Itajaí*, 2(2), 11-23.
- Melo, S., Martins, E., Nagai, C., Amaral, J. V., & Salotti, B. M. (2012). Demonstrações contábeis sem efeitos inflacionários: uma abordagem relativa às empresas distribuidoras de energia elétrica. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(2), 63-77.
- Miazzo, A. C., Nascimento, L. M., Parinos, L., & Santos, R. G. (2015). A importância da correção monetária das demonstrações financeiras para tomada de decisão do administrador. V *Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano*. Lins, SP, Brasil. Recuperado de www.unisalesiano.edu.br/artigo0150
- Moreira, D. S., Jr. (n.d.). Ciclo contábil. Recuperado de <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/economia-financas/ciclo-contabil.htm>
- Mundo Carreira. (2014). Conheça as causas e consequências da inflação no Brasil. Recuperado de <http://www.mundocarreira.com.br/economia-e-financas/conheca-causas-e-consequencias-da-inflacao-brasil/>

- Nakamuta, C. A. (2006). *Uma avaliação dos efeitos da correção monetária não reconhecida nas demonstrações contábeis no período de 31 de dezembro de 1995 a 31 de dezembro de 2003* (Dissertação de mestrado em ciências contábeis e finanças). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Nunes, P. (2019). Custo histórico (contabilidade). Recuperado de <http://knoow.net/cienceconempr/contabilidade/custo-historico-contabilidade/>
- Oliveira, A. T., Marques, J. A. V. C., & Canan, I. (2007). 11 anos sem correção! uma análise dos efeitos da correção monetária não reconhecida nas demonstrações contábeis do serviço social da indústria - SESI de 1996 a 2006. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 12(3), 1-13.
- Oliveira, G. A. (2019). Indicadores inflacionários. *Mundo Educação*. Recuperado de <https://www.google.com/amp/s/m.mundoeducacao.bol.uol.com.br/amp/matematica/indicadores-inflacionarios.htm>
- Oliveira, K. P. S., Cavalcanti, B. S. B., Lima, A. S., & Silva, J. D. G. (2013). Impacto da aplicação do custo histórico corrigido: evidências em empresas do setor de telecomunicação listadas na BM&FBovespa. *REUNIR - Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 3(2), 90-106.
- Oliveira, V. A., & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 155-173. Recuperado de <http://www.periodicos.usp.br/rcf/article/view/34332/37064>
- Pasini, A. K. (2015). As normas internacionais de contabilidade – IFRS: adoção no Brasil. *RISUS – Journal on Innovation and Sustainability*, 6(3), 97-114.
- Paula, G. B. (2013). O que é classificação das contas contábeis: ativo, passivo, receita e despesa. Recuperado de <https://www.treasy.com.br/blog/o-que-classificacao-contabil-ativo-passivo-receita-e-despesa/>
- Pelucio-Grecco, M. C., Formigoni, H., Geron, C. M. S., & Segura, L. C. (2013). Percepção dos profissionais brasileiros com relação ao processo de convergência contábil às normas internacionais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 32(3), 111-128.
- Pelucio-Grecco, M. C., Geron, C. M. S., Grecco, G. B., & Lima, J. P. C. (2014). The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. *Emerging Markets Review*, 21, 42-66.
- Pereira, A. L. A., & Ramalho, W. (1998). *Números índices: conceitos e aplicações*. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Departamento de Estatística, Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS* (3a ed.). Lisboa: Sílabo.
- Pinto, A. D. S. (2012). *A relevância da correção monetária nas demonstrações contábeis das empresas do setor de mineração brasileiro* (Dissertação de mestrado em ciências

contábeis). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, SP, Brasil.

Porque.Uol. (n.d.). O que pressiona a inflação no longo prazo. Recuperado de <http://porque.uol.com.br/cards/o-que-pressiona-a-inflacao-no-longo-prazo/>

Porto, P. C. C. (1998). *Alguns efeitos da falta do reconhecimento da inflação nos demonstrativos contábeis e seus impactos financeiros: um caso prático* (Dissertação de mestrado em controladoria e contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Pronunciamento técnico CPC, de março de 2008. Pronunciamento conceitual básico: Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Recuperado de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/455_CPC00%20Pronunciamento.pdf

Pronunciamento técnico CPC 00 (R1), de 2 de dezembro de 2011. Pronunciamento conceitual básico (R1): Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Recuperado de http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/cpc_pronunciamentos_2011.pdf

Pronunciamento técnico CPC 42, de 7 de dezembro de 2018. Contabilidade em Economia Hiperinflacionária. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=73>

R7 (2016). Brasil tem a 3ª maior inflação entre as 20 maiores economias do mundo. Recuperado de <https://noticias.r7.com/economia/brasil-tem-a-3-maior-inflacao-entre-as-20-maiores-economias-do-mundo-08012016>

Reis, G. M., & Ribeiro, J. I., Jr. (2007). Comparação de testes paramétricos e não paramétricos aplicados em delineamentos experimentais. *III Saepto – UFV*, 1-13.

Reis, T. (2018). Lucro por ação: um indicador muito importante na análise de empresas. Recuperado de <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/lucro-por-acao/>

Relvas, T. R. S., Bertholini, A., & Segato, V. D. (2011). *Manual de Técnicas e Práticas de Aplicação da Lei 11.638/07 nas pequenas e médias empresas*. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. Desenvolvimento Profissional Comissão de Desenvolvimento Científico. Recuperado de http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/crcsp_m03.pdf

Resolução CFC n. 750, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios da contabilidade (PC). Recuperado de http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc

Resolução CFC n. 774, de 16 de dezembro de 1994. Aprova o apêndice a resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Recuperado de http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_774.doc

Resolução CFC n. 785, de 28 de julho de 1995. Aprova a NBC T1 – Das características da informação contábil. Recuperado de http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_785.doc

- Resolução CFC n. 1.121, de 28 de março de 2008.* Aprova a NBC TG – Estrutura conceitual – estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Recuperado de http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1121.doc
- Resolução CFC n. 1.282, de 28 de maio de 2010.* Dispõe os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Recuperado de http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001282
- Ribeiro, C. W. L., & Braunbeck, G. O. (2017). Adoção das normas IFRS no âmbito mundial e o seu impacto na comparabilidade das demonstrações contábeis. *RAGC*, 5(21), 87-97.
- Rodrigues, D. J. (2015). Artigos e resenhas - ativo, passivo, patrimônio líquido, receita e despesa. Recuperado de <https://sevilhacontabilidadegoiania.jusbrasil.com.br/artigos/750609904/ativo-passivo-patrimonio-liquido-receita-e-despesa?ref=feed>
- Rodrigues, M. (2014). *O efeito da implantação das normas internacionais de contabilidade – IFRS nos indicadores macroeconômicos: PIB, produção industrial, desemprego, inflação e poupança* (Dissertação de pós-graduação em economia). Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Roessing, A. C., Lazzarotto, J. J., & Mello, H. C. (2003). *Atualização monetária e índices econômicos: teoria e prática*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Documentos 219, Londrina, PR, Brasil.
- Rosa, A. (2018). Conheça a proposta de Norma sobre Contabilidade em Economia Hiperinflacionária. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Recuperado de <https://cfc.org.br/sem-categoria/proposta-de-norma-sobre-contabilidade-em-economia-hiperinflacionaria/>
- Rossi, P. (2011). Como os governos controlam a inflação. Recuperado de <http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/>
- Santiago, E. (n.d.). G20 (Grupo dos 20). Infoescola. Recuperado de <https://www.infoescola.com/geografia/g20-grupo-dos-20/>
- Santos, A. (1980). *Aspectos da conversão de demonstrações financeiras para a moeda estrangeira* (Dissertação de mestrado em controladoria e contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Santos, F. (2012). Hans Hoogervorst, Presidente do IASB. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (193), 6-15. Recuperado de <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/973>
- Santos, L. E. (2009). Fundamentos decifrados de contabilidade. Contabilidade Decifrada. Recuperado de <http://www.contabilidadedecifrada.com.br/midia/Fundamentos-AULA01/A-001-01-05-03-02-b/Texto-completo.pdf>
- Schalemborg, C. M., & Schumacher, L. I. (2005). Inflação: evolução histórica da correção monetária no Brasil e seu impacto sobre as informações contábeis. 1º Simpósio de

iniciação científica dos cursos de Ciências Contábeis de Santa Maria. *Revista Eletrônica de Contabilidade*. Curso de Ciências Contábeis UFSM, Edição Especial.

Schmidt, P., Santos, J. L., & Fernandes, L. A. (2005). Manual de conversão de demonstrações financeiras (1a ed.). São Paulo: Atlas.

Silva, M. N. P. (2019). Índices Inflacionários. Brasil Escola. Recuperado de <https://brasilecola.uol.com.br/matematica/Indices-inflacionarios.htm>

Silveira, D., & Gerhardt, T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Educação a Distância - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Simonsen, M. H., & Cysne, R. P. (1995). *Macroeconomia* (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Souza, A. K. S., & Botinha, R. A. (2017). *Adoção das IFRS: Análise dos impactos nas relações comerciais nos países do G20*. Recuperado de <http://repositorio.fucamp.com.br/handle/FUCAMP/146>

Souza, I. (2017). O que é o G20? Politize! Recuperado de <https://www.politize.com.br/g20-o-que-e/>

Souza, N. J. (1997). *Introdução a Economia* (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Souza, W. R. S. (2016). *Impacto da ausência da correção monetária na característica qualitativa de comparabilidade da informação: um estudo aplicado às empresas brasileiras de siderurgia e metalurgia listadas na BM&FBovespa* (Dissertação de mestrado em ciências contábeis). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, SP, Brasil.

Szuster, N., & Monteiro, D. R. (1989). O impacto da inflação na análise das demonstrações financeiras. *Conjuntura Econômica*, 45-54. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/58257/56726>

Szuster, N., Cardoso, R. L., Szuster, Fortunée R., Szuster, Fernanda R., & Szuster, Flávia R. (2008). *Contabilidade geral: Introdução à contabilidade societária* (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Taplin, R. (2004). A unified approach to the measurement of international Accounting harmony. *Accounting and business research*, 34, 57-73.

Thiry-Cherques, H. R. (2011). Convergência dos modelos de governança corporativa e relativismo moral: resenha e apreciação crítica. In IBGC (Org.), *Governança corporativa – Internacionalização e convergência - os novos rumos das práticas de governança* (1a ed., Cap. 4). São Paulo: Saint Paul.

Tibúrcio, C. (2012). Giro do Ativo. Recuperado de <http://avaliacaodeempresas.blogspot.com/2012/03/giro-do-ativo.html>

Tinoco, J. E. P. (1992). Avaliação patrimonial em contabilidade a valores de entrada e saída. Caderno de estudos FIPECAFI, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad06/avaliacao.pdf>

- Torres, F. (2011). Contabilidade e IFRS: Latinos querem corrigir balanços. Recuperado de <http://www.abbc.org.br/noticiasview.asp?idNoticia=290>
- Trading Economics. (n.d.). Austrália - Taxa de Inflação. Recuperado de <https://pt.tradingeconomics.com/australia/inflation-cpi>
- Trevizan, K., & Cavallini, M. (2018). Quais as diferenças entre os índices de inflação no Brasil? Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/quais-as-diferencas-entre-os-indices-de-inflacao-no-brasil.ghtml>
- University of Toronto (2010). G20 information centre. Trinity College - University of Toronto. Recuperado de <http://www.g20.utoronto.ca/g20whatisit.html>
- Van de Tas, L. G. (1988). Measuring harmonization of financial reporting practice. *Accounting and business research*, 18, 157-169.
- Vieira, L. (2015). G20 – O grupo dos 20. Estudo Fácil. Recuperado de <https://www.estudofacil.com.br/g20-objetivos-paises-membros-e-origem/>
- Yamamoto, M. M. (1988). *Correção Integral: uma abordagem prática* (Dissertação de mestrado em controladoria e contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Yip, R. W. Y., & Young, R. (2012). Does mandatory IFRS adoption improve information comparability? *The Accounting Review*, 87(5), 1767-1789.
- Zeff, S. A. (2014). A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25, 300-320. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000500300